

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE**

**OS VELHOS CASARÕES DE ANTÔNIO PRADO:
PROCESSOS CULTURAIS, PATRIMÔNIO E CONFLITO**

TEREZINHA DE OLIVEIRA BUCHEBUAN

Caxias do Sul – RS
2010

TEREZINHA DE OLIVEIRA BUCHEBUAN

**OS VELHOS CASARÕES DE ANTÔNIO PRADO:
PROCESSOS CULTURAIS, PATRIMÔNIO E CONFLITO**

Dissertação apresentada à Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade.

Linha de pesquisa:

Processos culturais e regionalidade

Orientador:

Prof. Dr. Rafael José dos Santos

Caxias do Sul - RS

2010

*Tombam templos. Tombam prédios.
Não falta tombar mais nada.
Fujamos, fujamos
Antes que a noite seja tombada.¹*

¹ Quadrinha composta por Manuel Bandeira no final de uma longa reunião do Conselho Consultivo, citada de memória por Afonso Arinos na 124ª reunião, em 13.01.1987. (FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005, p. 213)

AGRADECIMENTOS

Num primeiro momento, um pensamento egoísta me fez acreditar, que todo o mérito deste trabalho era meu. “Meu”: pelas angústias intelectuais e pessoais, pelas noites mal dormidas ou não dormidas, pelo tempo e espaço que ocupou em minha vida. Enfim, pelo produto final que levava minha assinatura.

Mas, antes mesmo de iniciar a escrita, percebi que sua concretização só foi possível graças a várias situações e pessoas especiais, por isso agradeço:

à sempre professora e amiga Ana Elísia Costa, que, com uma simples indagação: “Por que você não faz mestrado na UCS?”, abriu caminhos que me fizeram chegar a este resultado;

ao professor e amigo Paulo Rogério De Mori por reforçar esta ideia;

à professora Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro e ao professor José Clemente Pozenato, por ouvirem minhas inquietações profissionais, pessoais e por sugerirem a ideia-embrião deste estudo e indicarem o orientador;

ao meu orientador, professor Dr. Rafael José dos Santos, por ouvir minhas aflições teóricas, metodológicas, por vezes profissionais e por lançar desafios que me conduziram a percursos intelectuais desconhecidos até então;

à Tranqüila Moresco Brando, pelo carinho e por providenciar cantinhos de estudo que se revelaram férteis para minha concentração e produção dissertativa;

às funcionárias da secretaria do mestrado, em especial à Ariela Siqueira Dal Piaç, pela atenção e pela resolução de nossos problemas;

à professora Dra. Elisa Battisti, por ter cedido as entrevistas do BDSer, e aos bolsistas do banco, pela atenção, em especial à Natália Brambatti Guzzo, por me sugerir que consultasse este rico material de pesquisa e pela revisão do português;

ao Secretário de Planejamento de Antônio Prado, Sr. Admir Zanella, pela consulta à legislação de Antônio Prado e pelas informações sobre o pórtico da cidade;

ao Círculo Ítalo-brasileiro de Antônio Prado, pelo empréstimo dos exemplares do jornal Panorama Pradense;

às minhas fieis escudeiras nos trabalhos do Escritório Técnico, Simone Schiochet Viali e Paula Lovatel Soso, por me auxiliarem na seleção das reportagens do jornal Panorama Pradense, por fotografarem, se encantarem e se divertirem com as histórias de sua terra;

à outra fiel escudeira que retorna ao Escritório Técnico, Raquel Carpeggiani Cabral, por auxiliar na tentativa de melhoria da imagem do espaço urbano da cidade e por me ajudar com a formatação dos apêndices, da dissertação e com o empréstimo do computador;

aos colegas da sede do IPHAN em Porto Alegre, pela torcida, em especial à Superintendente Estadual, Ana Lúcia Meira, pelo apoio e incentivo e à arquiteta, Elizabeth Schoenardie, pela atenção e carinho que me dispensa sempre;

aos meus colegas do mestrado, pela convivência e pelas experiências intelectuais, em especial à Tríssia e ao Tales, pelos cafés e conversas edificantes, e ainda ao Tales e à Juliana, pela força constante, mesmo por MSN;

aos meus amigos de longe: Tatiane, Sandra, Mônia, Eduardo e Francine, pelos e-mails, pelos recados de incentivo e pelo carinho;

aos meus amigos de perto: Márcio, Mônica e Vivian, pela preocupação e amizade, em especial à Daniela, por ouvir minhas inquietações num momento difícil e por se preocupar em sempre saber como estou;

aos meus afilhados, Vinícius, Lucas e Mariana, por me receberem sempre com um abraço e um sorriso carinhoso;

ao meu irmão Ivanir e à minha cunhada Édera, por cederem o espaço de sua casa para minhas “férias” com estudos dissertativos e por conseguirem um computador quando o meu resolveu não mais funcionar, antes de concluir a dissertação;

à minha irmã Miriam, pela torcida a cada capítulo entregue;

às minhas sobrinhas, Ana Carolina e Letícia, por me mostrarem que um simples sorriso na minha chegada não tem preço;

ao meu pai, Ildo, por ter me ensinado que “saber não ocupa espaço”, me levando desta forma a valorizar todo tipo de conhecimento;

à minha mãe, Enaura, por facilitar minha vida e pelo silêncio que tudo entende;

ao transcendente que convenciamos chamar de Deus, cuja força me reergue quando acredito não ser mais capaz de seguir em frente.

RESUMO

Este estudo trata do conflito gerado pelo ato de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado. A abordagem de discursos heterogêneos em suas condições de produção – documentos técnicos, entrevistas sociolinguísticas e reportagens jornalísticas – e, temporalmente – antes, durante e após o ato de tombamento -, a partir de uma perspectiva sociológica, subsidiou o entendimento do contexto cultural envolvido nesse ato. Sob este ponto de vista, foram identificados os sujeitos e os agentes enredados na crise gerada pela ação de preservação imposta por um órgão estatal. Os lugares de fala dos envolvidos no processo refletiram suas posições no campo social e propiciaram um mapeamento das representações e sentidos atrelados às edificações tombadas. Os embates ideológicos resultaram em contradições acerca dos valores atribuídos a elas - patrimônio histórico e artístico ou “casas velhas” - e revelaram o conflito entre os interesses públicos e os individuais. Isso não impediu que os velhos casarões, produtos arquitetônicos da cultura particular de uma região, por uma ação de distintividade étnica pronunciada ou institucionalizada, se tornassem uma marca da representação da italianidade ou da nacionalidade.

Palavras-chave: processos culturais, patrimônio, conflito, tombamento, Antônio Prado/RS.

SINTESI

Questo studio riguarda il conflitto nato dalla decisione di vincolare il Complesso Architettonico e Urbanistico di Antônio Prado. L'approccio di discorsi eterogenei nelle loro condizioni di produzione – documenti tecnici, interviste sociolinguistica e articoli giornalistici – e, temporaneamente – prima, durante e dopo l'atto del vincolo –, attraverso una prospettiva sociologica, ha favorito la comprensione del contesto culturale coinvolto. Da questo punto di vista sono stati identificati i soggetti e gli agenti coinvolti in questa crisi causata dall'azione di preservazione imposta da un ente di stato. Il discorso dei coinvolti in questo processo ha riflesso le loro posizioni in campo sociale e ha fornito una mappatura delle rappresentazioni e significati legati agli edifici vincolati. Gli scontri ideologici provocano contraddizioni sui valori attribuiti a questi edifici - patrimonio storico e artistico o "vecchie case" - e hanno rivelato il conflitto tra interessi pubblici e privati. Questo non ha impedito che i vecchi palazzi, complessi architettonici della cultura tipica di una regione, a causa di una distinzione etnica pronunciata o istituzionalizzata, diventassero un segno di rappresentazione di italianità o di nazionalità.

Parole chiave: processi culturali, patrimonio, conflitto, vincolo architettonico, Antônio Prado/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização e vistas da cidade de Antônio Prado.....	21
Figura 2: Mapa de localização e imagens das casas tombadas de Antônio Prado.....	23
Figura 3: Mapa de traçado urbano e perfis das vias de Antônio Prado.....	31
Figura 4: Dados e imagens da Casa da Neni, em Antônio Prado.....	35
Figura 5: Primeira publicação da história em quadrinhos com o personagem <i>Nono</i>	129
Figura 6: Imagens e <i>slogan</i> da administração municipal de 1983/1988.....	154
Figura 7: Imagens e <i>slogan</i> da administração municipal de 2004/2012.....	155
Figura 8: Edificações novas nas áreas protegidas e não protegidas pelo IPHAN.....	157
Figura 9: Pórtico de Antônio Prado.....	159

LISTA DE SIGLAS

BDSer	Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha
CPC	Centro Popular de Cultura
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
ECIRS	Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul
FNpM	Fundação Nacional <i>pró</i> -Memória
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994-atual)
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
RCI	Região Colonial Italiana
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990)
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	5
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	10
1 SENTIDOS EM LUTA - O CASO DE ANTÔNIO PRADO	16
1.1 O Tombamento	29
1.2 Voltando no tempo	38
2 DE MONUMENTO A DOCUMENTO	46
2.1 Os estados nacionais e o popular	55
2.2 O mosaico brasileiro	68
3 O SELO DA ITALIANIDADE	82
3.1 Um pouco de história	96
3.2 Elementos de identificação grupal	101
4 AS MARCAS EM ANTÔNIO PRADO	111
4.1 Os olhares "de fora" e as feridas "de dentro"	124
4.2 As marcas arquitetônicas	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	168
ANEXO A - CD com imagens digitalizadas do corpus utilizado na pesquisa	175
ANEXO B - Resposta da Prefeitura Municipal sobre legislação	176
ANEXO C - Documento referente à eleição do pórtico de Antônio Prado	179

INTRODUÇÃO

As divergências são inerentes aos processos sociais. Diferentes agentes, de diferentes campos, com diferentes interesses, interagindo numa mesma situação, vão gerar, por consequência, diferentes representações ou sentidos. Não foi de outra forma com o tombamento de Antônio Prado, cidade originária do processo de ocupação da encosta nordeste do Rio Grande do Sul por imigrantes italianos e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987. O conflito social instaurado a partir deste ato de violência simbólica teve consequências na sociedade local. Identificar os sujeitos e/ou agentes envolvidos e entender esse conflito em suas mais variadas nuances constituem a finalidade deste estudo.

Em se tratando de um ato imposto pelo governo, o tombamento vai deixar uma ferida exposta, e o conflito faz emergir muitas representações, que ficam mais latentes em época de crise. Esse conflito, segundo alguns autores, é inerente às questões patrimoniais e embora, após a crise inicial, alguns habitantes do local reconheçam os valores culturais apontados pelos agentes do campo do patrimônio, a aceitação não é total até os dias de hoje. No entanto, não é prerrogativa de Antônio Prado, uma vez que outros estudos apontam para uma unanimidade, nos tombamentos em várias cidades, a questão da propriedade privada e a limitação ao direito de construir no entorno de bens tombados. Além disso, a interferência nos projetos de futuro e de poupança dos proprietários também figura como fator de rejeição.

A motivação que impeliu a escolha deste problema de pesquisa foi de cunho profissional. Atuando num núcleo histórico tombado pelo IPHAN, a cidade de Antônio Prado, como arquiteta e responsável pelo Escritório Técnico local, passei a observar, numa percepção intuitiva, contradições com relação aos valores ou sentidos atribuídos ao patrimônio tombado. De um lado, proprietários descontentes com sua condição de “não donos de seu próprio patrimônio” ou mesmo outros membros da comunidade relutantes em aceitar o tombamento, fato ainda observado na

atualidade; de outro lado, um órgão preservacionista atuando mais como punitivo do que como educativo, com depoimentos acalorados e unânimes por parte de seus servidores, dando conta das dificuldades de atuação profissional neste núcleo histórico. No meio disso tudo, um poder público municipal que por vezes figura como aliado e por outras como contrário a ambos os lados. Em contraposição, pessoas alheias a esse processo, como visitantes que extasiados com a paisagem local - sejam turistas ou profissionais ligados à área cultural -, pareciam se encantar com o quadro de preservação e paisagem que encontravam. Diante do potencial ainda inexplorado, tanto material quanto imaterial, pairava no ar a indagação de como entender esse processo tão complexo e suas variáveis, partindo da realidade local.

Como tentativa de entendimento do contexto cultural envolvido no ato de tombamento de Antônio Prado – para, a partir dele, entender as ações, os produtos e as representações mentais das pessoas que produzem esta cultura –, foram utilizados textos para-literários. Neste estudo, o texto foi visto como uma mediação entre o dito e o a dizer, não como um dito definitivo. Na perspectiva sociológica com que foi conduzida esta investigação, se entendeu que o texto produz sua própria ideologia. Apreender esta ideologia oculta é essencial para a interpretação do todo cultural, sendo que o discurso passa a se constituir no lugar onde se pode observar a relação entre a língua e a ideologia. Deve-se salientar que, neste caso, não foi empreendida uma análise *da* linguagem, mas *através* dela.

Para o mapeamento, foi utilizado um *corpus* heterogêneo de discursos, tanto em suas condições de produção quanto cronologicamente, e só o cruzamento dos dados obtidos permitiu a interpretação do contexto cultural. O *corpus* é constituído por documentos e artigos de cunho técnico elaborados por agentes do campo do patrimônio; entrevistas sociolinguísticas disponíveis no Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha (BDSer) da Universidade de Caxias do Sul (UCS), feitas com moradores de Antônio Prado; e reportagens jornalísticas em periódicos com tiragem nacional, estadual, regional e local relativas ao tema do tombamento de Antônio Prado. O recorte temporal abarca o período anterior ao tombamento, com reportagens do jornal local. Já o período que compreende o tombamento, desde o provisório até a publicação do ato no Diário Oficial, foi abordado através dos discursos técnicos e de reportagens dos jornais de tiragem nacional, estadual,

regional e local. O período após o tombamento foi analisado à luz das publicações no jornal local e das entrevistas sociolinguísticas.

A eleição desse conjunto de textos responde ao primeiro princípio metodológico do estudo das representações sociais, que é a coleta de amostra de dados que podem ser expressas em entrevistas ou cristalizadas em produções sociais como livros, documentos, mídia escrita. Cabe considerar, relativamente às práticas sociais, que, pela característica do *habitus* envolvido em cada campo, as categorizações são anteriores aos processos que ordenam as representações. Por esse motivo, os textos foram lidos e, à medida que as categorias iam sendo identificadas, remeteram a estudos de ordem conceitual e teórica. Essa ação não foi executada independentemente, mas se deu de forma concomitante, pois, à medida que os dados eram mapeados, as representações e os sentidos iam sendo apreendidos e relacionados com a teoria. Sob essa perspectiva, os discursos técnicos registraram as falas dos agentes do campo do patrimônio, dando sentido aos olhares “de fora”, e as entrevistas sociolinguísticas possibilitaram o registro das falas dos moradores da cidade, permitindo a apreensão das feridas “de dentro”. As matérias jornalísticas permearam os dois polos e, desta forma, ofereceram um contraponto ao estudo.

Além do exposto acima, foi utilizada a linguagem artística, neste caso, representada pelo romance e pela arquitetura. Ao longo do texto, foram inseridas citações da trilogia *A Cocanha, O Quatrilho e A Babilônia*, do escritor José Clemente Pozenato, numa tentativa, pelo princípio da verossimilhança², de ilustrar o contexto histórico e as representações envolvidas nos processos de constituição da identidade étnica da Região Colonial Italiana (RCI).

Já a linguagem arquitetônica será referida com a intenção de entendimento da discussão aberta, pelo tombamento, acerca do valor de “casa velha” ou de patrimônio. A relação icônica adquiriu inflexões particulares, já que a imagem das casas tombadas figura no imaginário coletivo.

Do ponto de vista de construção do presente texto, é preciso destacar que ele

² A literatura, embora sendo imaginária, pode, pelo princípio da verossimilhança, remeter ao real. Com o uso de criaturas e situações imaginárias, passa a impressão de verdade e, não sendo da ordem do real, passa a mesma força do real. O produto literário carrega consigo o contexto cultural. (CHAVES, Flávio Loureiro. *Literatura e Regionalidade no Sistema Literário Brasileiro*. Anotações pessoais da disciplina no Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre de 2008)

se ancora em recortes das obras literárias relativas ao tema pesquisado. São eles que introduzem os assuntos abordados em cada capítulo ou ilustram determinadas passagens, fazendo contraponto com a teoria ou a arquitetura. Cabe salientar que a arquitetura transpassa todo o texto, sendo o fio condutor do estudo. Dessa forma, acredita-se que, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, tem-se uma pesquisa qualitativa que tem função de construir tessituras levando-se em conta vários referenciais: documentos técnicos e oficiais, mídia jornalística, entrevistas sociolinguísticas, como instrumentos de pesquisa; livros ou artigos, como referencial teórico ou conceitual; obras literárias, como contraponto; e arquitetura, como eixo norteador do estudo.

A organização textual foi constituída de quatro capítulos, cada um dividido em três partes, sendo que a primeira sempre remete a uma questão mais geral e as demais complementam as ideias inicialmente levantadas. O Capítulo 1 aborda o tema norteador do trabalho: o conflito gerado pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado. Segue, a partir da elucidação dos períodos da arquitetura na região, com considerações a respeito da casa como símbolo de distinção. São consideradas ainda as relações de força empreendidas no ato de tombamento e explanadas as questões relativas à propriedade privada e ao direito de construir, o qual fica limitado a partir do rito de instituição do tombamento. Por fim, faz menção à história de Antônio Prado, com considerações particulares a respeito das questões da política regional e da geografia, geradoras de representações peculiares que vão repercutir nos discursos a favor e contra o tombamento.

No Capítulo 2, será realizada uma incursão nos conceitos de monumento, monumento histórico e patrimônio, até chegar ao hoje propagado turismo cultural. Além da compreensão do que constituiu concretamente os objetos do patrimônio, esclarece os momentos internacional e nacional que levaram a uma ampliação na concepção dos conceitos do que é bem cultural. Além disso, apresenta uma relação entre a formação dos Estados-nação na modernidade e o uso da cultura popular como símbolo nacional, sempre vinculado aos temas de passado, memória e tradição.

O contexto regional será elucidado no Capítulo 3, relacionando o momento de *revival* étnico na região aos processos homogeneizadores da globalização dos

mercados e da mundialização da cultura, não deixando de mencionar o advento da sociedade de consumo como constituidora de identidades na contemporaneidade. Para o entendimento dessas variáveis, é apresentada uma breve incursão histórica do processo de imigração italiana à região nordeste do Rio Grande do Sul. Encerra com a identificação dos elementos que constituíram a identidade étnica regional, considerando a arquitetura como uma marca de concretização do discurso de italianidade.

Os capítulos 2 e 3 constituíram um exercício de entendimento de quadro teórico não familiar à autora, resultando, por este motivo, num texto mais extenso. No entanto, em decisão conjunta com o orientador, se optou pela permanência aos moldes do que foi apresentado para a banca final, em função de ter sido considerada a possibilidade de consulta desta revisão teórica por futuros pesquisadores.

O Capítulo 4 tem a função de fechar a compreensão das variáveis abordadas até então, apresentando o conjunto tombado de Antônio Prado como uma marca identitária não só da região, mas também como constituinte da nação a partir do momento que se assume o discurso da unidade na diversidade. A apresentação dos resultados foi realizada pelas duas faces interdependentes que constituem as representações sociais: a simbólica e a icônica. A simbólica foi abordada por meio de explanação das significações ou sentidos apreendidos no cruzamento de dados resultante da análise do *corpus* em relação ao patrimônio tombado. Já a face icônica foi apresentada com imagens da época do tombamento e do período atual, numa tentativa de demonstrar que os elementos arquitetônicos das casas tombadas estão mais presentes no imaginário local do que se imagina.

O ambiente do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, dentro da linha de pesquisa “Processos culturais e regionalidade”, possibilitou o desenvolvimento de um trabalho inovador, na medida em que abriu espaço para um estudo interdisciplinar da linguagem arquitetônica. A arquitetura foi estudada não sob o ponto de vista da forma, da tecnologia ou da função, mas sob a ótica de um produto que é resultado da cultura de um grupo humano. Esse produto, com suas generalidades e particularidades, por uma ação de distintividade étnica pronunciada ou por uma ação

institucionalizada, se tornou uma marca de identidade étnica e nacional.

Através desse construto foi apresentada uma interpretação, no último capítulo, relacionada com a teoria analisada nos três primeiros. Deve-se ressaltar que não é pretensão esgotar o assunto, mas apontar situações e seus sentidos sem, no entanto, banalizar os temas de preservação de patrimônios históricos protegidos.

[...] Penteou os cabelos em bandós, para os brincos ficarem bem à vista, e colocou o colar de pérolas e o bracelete de ouro. Não dava muito valor a esses luxos, mas o Ângelo achava que não deviam parecer miseráveis. Afinal de contas, tinham construído uma das melhores casas de Caxias. Toda de pedra e tijolo, com dois andares, portão de ferro trabalhado, enfeites em cima da porta e das janelas. Ela mesma gostava de parar na frente, do outro lado da rua, para ficar admirando. E era a sua casa, que todos olhavam com inveja.³

1| SENTIDOS EM LUTA – O CASO DE ANTÔNIO PRADO

A citação acima traduz em parte o significado que os descendentes de imigrantes italianos atribuem à sua casa. Representando a primeira geração nascida em solo brasileiro, o casal Ângelo Gardone e Pierina Boschini⁴ demonstra, através dos bens – sejam eles móveis, como as jóias, ou imóveis, como a casa –, que obteve sucesso econômico. Observa-se que, na narrativa, a casa ganha sentido especial, pois sua solidez, conferida pela pedra e pelo tijolo, e seus adornos, como o portão trabalhado e os enfeites, representam a vitória sobre a miserabilidade dos primeiros tempos e ainda despertam inveja nos passantes. Ou seja, a propriedade sintetiza a superação de todas as adversidades dos pioneiros: a relativa insularidade, a derrubada da mata, as primeiras lavouras, o habitar em abrigos provisórios de madeira, a vergonha pela língua, pela condição social e econômica. As belas edificações de alvenaria tornam-se símbolos e, principalmente no ambiente urbano, se revestem de um sentido que denota progresso e modernização. Representam, pois, que a ascensão social se deu em parte em função do poder econômico.

No entanto, os sentimentos que uma casa desperta não são prerrogativa deste grupo. Os processos históricos oferecem exemplos de reverência em relação à casa, desde que o homem deixou de ser nômade e passou a necessitar de abrigo para si e para seu grupo. Dessa concepção de refúgio e de lugar de proteção para seus ocupantes contra as intempéries da natureza e as ameaças externas, foram

³ POZENATO, José Clemente. *O Quatrilho*. 7ª Edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. Série: Novo Romance, nº 5.

⁴ Personagens principais da obra literária *O Quatrilho*.

incorporados à casa, ao longo da história, outros significados, de ordem prática ou cultural.

A mudança no sentido da concepção do espaço, que ocorre a partir do final do século XVIII, faz com que a arquitetura comece a se especializar e a se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Passa também a se utilizar dele, para alcançar objetivos econômicos e políticos. Esse processo teve repercussão na casa, que, de espaço indiferenciado, passa a se tornar funcional e a se especializar, pela definição de lugares próprios para as diferentes atividades.⁵

Na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, emerge a noção de moradia como espaço sanitário e como santuário doméstico. Na sequência, o *habitat* moderno é construído articulando as noções de casa como lar, como espaço sanitário, e como local de repouso e vida familiar. Também ganha terreno a concepção da casa como estojo do homem privado, referindo o espaço como afirmação da individualidade. Já a ideia de máquina de morar articula três preocupações: garantir reposição de energias para o trabalho, reduzir os gastos com construção e agilizar as tarefas domésticas.⁶

No percurso entre o “santuário doméstico”, de Samuel Smiles, o “estojo do homem privado”, de Walter Benjamin, e a “máquina de morar”, de Le Corbusier, a moradia se equipa, reunindo uma crescente quantidade e variedade de mercadorias, que atestam a ascensão do sentido da casa como lugar de consumo.⁷

Pierina, ou algum dos filhos, estava em campanha para ele colocar um telefone dentro de casa. Não iam convencê-lo tão fácil, isso era um luxo sem necessidade. [...] Pierina nunca tinha sido de luxos, [...] Mas enfim, ela podia estar precisando mostrar que era moderna. Não se podia negar que era uma tentativa. Em poucos anos até ele, que vivia na roça, tinha se acostumado com o automóvel, com gramofone, com eletrola, com geladeira, com rádio. Nem conseguia mais imaginar como dava para viver sem isso tudo.⁸

O elemento de distinção na sociedade de consumo moderno é a própria modernidade dos objetos, não no sentido da utilidade racional, mas, essencialmente, pelo grau de avanço técnico que envolve. Consumir os bens da indústria passa a ser

⁵ CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870/1950*. São Carlos: RIMA, 2004, p. 47.

⁶ *Idem*, p. 47-48.

⁷ *Ibidem*, p. 48/76.

⁸ POZENATO, José Clemente. *A Babilônia*. Caxias do Sul: Editora Maneco, 2006, p. 29-30.

percebido como um consumo sofisticado, legítimo e acima de tudo moderno, numa espécie de oposição ao passado. Também as mudanças no campo da arquitetura vão refletir esse processo de oposição ao passado e legitimação de um “novo mundo” burguês moderno, onde a utilização de novos materiais, como o vidro e o ferro, passa a se impor como elemento de racionalização das construções e modernização dos espaços.⁹

Nesse contexto de evolução, há que se acrescentar que a ideia da casa como propriedade se difunde e que a moradia se torna expressão do direito básico consagrado pela sociedade burguesa e também instrumento de controle social sobre o trabalhador, com o desenvolvimento de hábitos de trabalho e economia.¹⁰ A casa, além disso, se revela um dos indicadores da situação de seu dono na sociedade de classes. É, portanto, um símbolo de poder e *status*.¹¹

Rosa respirou fundo o cheiro das paredes, de tábuas ainda verdes. Era a casa, a sua casa. Tinha três por quatro metros, uma janela na frente e outra nos fundos, mas parecia enorme. O piso era de terra batida e a mesa, de tábua áspera, mais parecia mesa de carpinteiro. Não importava, era dela a casa. [...]

- Falta alguma coisa? – perguntou Aurélio.

Ela não ia dizer o que faltava, estavam apenas no começo, o resto iam conseguir com o tempo. [...]

É provisório – desculpou-se ele. – Esta casa vai ser a cozinha, depois de fazer outra casa de dormir.¹²

A história da Região Colonial Italiana¹³, desde a colonização até os dias atuais, parece refletir esses processos, pois a casa, que foi inicialmente abrigo

⁹ RETONDAR, Anderson Moebus. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume, Campina Grande: EDUFCEG, 2007, p. 42.

¹⁰ CORREIA, T. *Op. cit.*, 2004, p. 47.

¹¹ *Idem*, p. 59.

¹² POZENATO, José Clemente. *A Cocanha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p. 152-154.

¹³ A RCI está localizada na encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul e foi colonizada por imigrantes italianos a partir de 1875. Para Manfrói (1975), com o fracasso da política colonizadora exercida pelo Governo Provincial no Rio Grande do Sul, o Governo Imperial retoma o processo de colonização e promove o povoamento das colônias Conde D’Eu e Dona Isabel, fundadas em 1869 pelo governo provincial. Em 1875, o Governo Imperial funda uma nova colônia, chamada Fundos de Nova Palmira, rebatizada em 1877 como Colônia Caxias. Em 1877, foi fundada a colônia de Silveira Martins, formando então os quatro principais centros da colonização italiana. A expansão dessa colonização efetuou-se na periferia das antigas colônias, tomando direções cada vez mais distantes, sendo que a primeira etapa foi marcada pela fundação das colônias de Alfredo Chaves, Nova Prata, Nova Bassano, Antônio Prado e Guaporé. Thales de Azevedo (1975) refere-se aos municípios que nasceram e se formaram com os italianos e seus descendentes: Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Antônio Prado, Veranópolis, Nova Prata, Encantado e Guaporé. (*Apud* MOCELLIN, Maria Clara. *Trajetórias em rede: representações de italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul*. Campinas, SP: [s. n.], 2008, Tese de doutorado, p. 37-38)

provisório, passou a ser símbolo de distinção no período de apogeu e hoje parece encarar a situação de máquina de consumo, a exemplo de tantos outros lugares no mundo.

No entanto, algumas significações permanecem no decorrer dos processos culturais, como identidade da cultura, a exemplo das cozinhas espaçosas nas habitações dos imigrantes italianos e de seus descendentes. É a manifestação de um significado cultural que parece indicar que a necessidade de espaço para a convivência familiar ao redor da mesa continua presente.¹⁴

Embora não se possa fixar cronologicamente, são identificados alguns períodos referentes às construções das casas dos imigrantes. Mesmo nas colônias novas – norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná –, fundadas após a ocupação inicial da Serra Gaúcha, esses períodos se repetem. O primeiro período é representado pelas construções provisórias; já a fase das construções permanentes inicia-se com o período primitivo, que se caracteriza pelas edificações que sucederam os abrigos provisórios, ainda com caráter modesto. Em seguida, o período do apogeu – cerca de duas décadas após a ocupação da terra – revela as construções de maior porte. Essa escala mostra a arquitetura como monumento à auto-afirmação, e os materiais provêm tanto do artesanato familiar quanto de beneficiamento industrial. Por fim, o período tardio é caracterizado pela redução da escala das edificações e pelo maior uso de materiais beneficiados.¹⁵

Do ponto de vista da produção arquitetônica da imigração italiana, podem-se considerar algumas características principais: o emprego do trabalho humano livre, com trabalho manual e elaboração artesanal das construções; diversidade de soluções técnicas; linguagem arquitetônica própria com alguma relação com a arquitetura rural do norte italiano do ponto de vista construtivo, mas não transposição, com inovações observadas principalmente na distribuição dos espaços e no uso abundante da madeira; uso de materiais existentes no entorno – madeira, pedra e barro do próprio meio.¹⁶

Salienta-se ainda que, inicialmente, a arquitetura da zona urbana, e posteriormente também a da zona rural, sofreu influências luso-brasileiras, a partir

¹⁴ POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educus, 2003, p. 29-30.

¹⁵ POZENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p. 75-96.

¹⁶ *Idem*, p. 71-75.

dos prédios da administração pública e das residências de seus funcionários, os quais passam a representar um paradigma para as casas comerciais e as residências suntuosas, especialmente dos comerciantes. Há que se considerar ainda uma influencia alemã, em função de as colônias alemãs e italianas estarem relativamente próximas. Por fim, houve uma influência internacional, principalmente nas áreas urbanas, de tradição erudita italiana, para edificações comerciais e igrejas; além do chalé, que constituiu um paradigma para as edificações requintadas em madeira nos núcleos urbanos.¹⁷

Ao afirmar que a casa é um monumento à auto-afirmação, o estudo que delimitou esses períodos parece indicar que ela, para o imigrante italiano, era a confirmação de sua ascensão.

Outros estudos afirmam que a casa, na primeira fase de autoconstrução e autoprodução, por falta de recursos materiais, era despojada de revestimentos e enfeites, mas era composta por espaços generosos, numa demonstração de auto-afirmação em contraposição à situação social em que os imigrantes viviam na Itália.¹⁸ Ao longo do tempo, como aparece no romance *O Quatrilho* e nos estudos descritos anteriormente, revestimentos e adornos vão sendo incorporados às novas edificações.

Portanto, do processo de ocupação do território inóspito até os dias de hoje, as substituições das edificações por exemplares novos são recorrentes e parecem ser o símbolo mais visível de que o colono veio, trabalhou e venceu.¹⁹

No meio rural ainda é possível encontrar uma sorte de edificações mais antigas, mas as cidades da região, a partir da década de 1950, assistiram a substituições desse tipo de casas por exemplares novos e modernos, seja nos materiais ou nas formas arquitetônicas, sendo poucos e isolados os exemplares remanescentes. No entanto, por vários fatores, que serão elencados ao longo deste trabalho, Antônio Prado (figura 1), ao contrário das cidades da região, permaneceu,

¹⁷ *Ibidem*, p. 517-521.

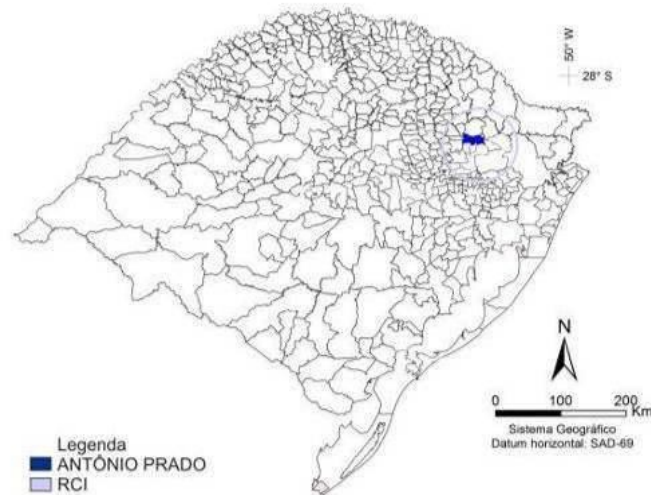
¹⁸ BERTUSSI, Paulo Iroquez. *Elementos de arquitetura da imigração italiana*, p. 131-132. In: GÜNTER, Weimer (org.). *A arquitetura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 121-154.

¹⁹ Para saber mais sobre a evolução dos modos de morar do imigrante italiano, tendo como base a trilogia *A Cocanha*, *O Quatrilho* e *A Babilônia*, do escritor José Clemente Pozenato, consultar FILIPPON, Maria Isabel. *A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar*. Universidade de Caxias do Sul, 2007. Dissertação de Mestrado.

Localização



Região Colonial Italiana



Zonas de Atuação do IPHAN Antônio Prado



Vista aérea de satélite de Antônio Prado

Fonte: Google Earth, acessado em maio/2007.



Vistas de Antônio Prado

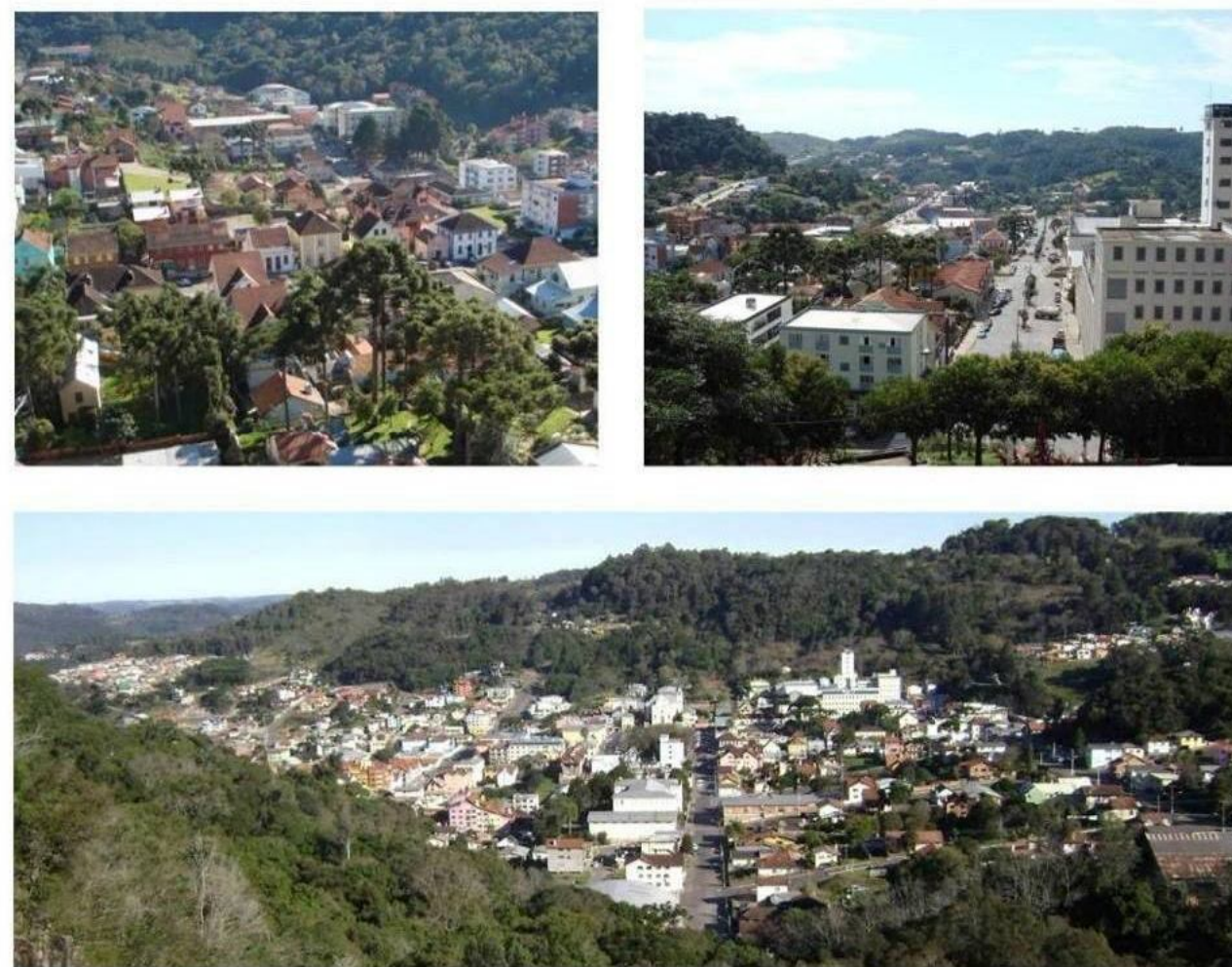


Figura 1: Localização e vistas da cidade de Antônio Prado. Dados e fotos: Escritório Técnico II - Antônio Prado / IPHAN-RS

pelo menos em parte, com a mesma fisionomia de cidade antiga.

Partindo do pressuposto de que a casa era um dos símbolos de ascensão, denotando distinção social numa dada sociedade, especula-se que a representação que a personagem Pierina, do romance *O Quatrilho*, tem acerca de seu lar não pode ser compartilhada por parte dos moradores de Antônio Prado, pelo menos por aqueles que tiveram suas “casas velhas e podres” declaradas “patrimônio histórico e artístico nacional” pelo IPHAN.²⁰

Essa arquitetura é o testemunho particular de um processo de aperfeiçoamento no manejo da madeira que, paralelamente à evolução tecnológica da indústria madeireira, permitiu o aparecimento de um tipo característico de construção. As riquezas dos detalhes, a exemplo dos imaginosos desenhos dos lambrequins²¹, demonstram o aprendizado e o domínio de uma técnica nova para o imigrante, que teve sua expressão maior nos aglomerados urbanos, ou seja, nas sedes das colônias.²²

Aqui reside o fato da importância da arquitetura urbana de Antônio Prado, pois seu Centro Histórico guarda o testemunho desses períodos. Mais do que isso, “as construções em madeira existentes em Antônio Prado formam o conjunto mais homogêneo de todo o acervo arquitetônico legado pela imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul e constituem, igualmente, testemunho inequívoco de identidade social e cultural”.²³ (Figura 2)

Portanto, o que todas as cidades da região perderam é o que se conserva em Antônio Prado e por isso, após várias ações, que serão explicitadas ao longo deste estudo, seu núcleo urbano foi tombado pelo IPHAN. A partir desse ato, a arquitetura

²⁰ Criado em 1937 com a sigla SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – passou por diferentes denominações. Em 1946 passou a se chamar DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, em 1970 se transforma no IPHAN, em 1979 volta a se denominar SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e divide atribuições com a FNpM – Fundação Nacional pró-Memória. Em 1990 ambas são extintas e é criado o IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Finalmente em 1994, o IBPC volta a ser chamar IPHAN. Neste texto, a fim de evitar confusões, doravante a Instituição será sempre designada pelo seu nome atual, independentemente do período histórico que esteja sendo tratado, salvo quando a referência for necessária. (RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.69)

²¹ Lambrequim é uma palavra francesa de origem holandesa (lamperkijm) e traduz o conceito de ornato em madeira, metal ou pano, usado em beirais, interiores e brasões. Na Serra, os primeiros registros datam do fim do século XIX. (Caderno 135 anos de cultura. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 1/jun/2010, p. 20). Em Antônio Prado, são usados nas empenas dos beirais de edificações ao estilo do chalé internacional e possuem uma diversidade de desenhos.

²² BERTUSSI, P. *Op cit.*, 1987, p. 131.

²³ SOUZA, Alcídio Mafra de. Parecer do Processo nº 1.145-T-85. Processo de Tombamento da Casa da Neni.

Mapa de localização das Edificações Tombadas

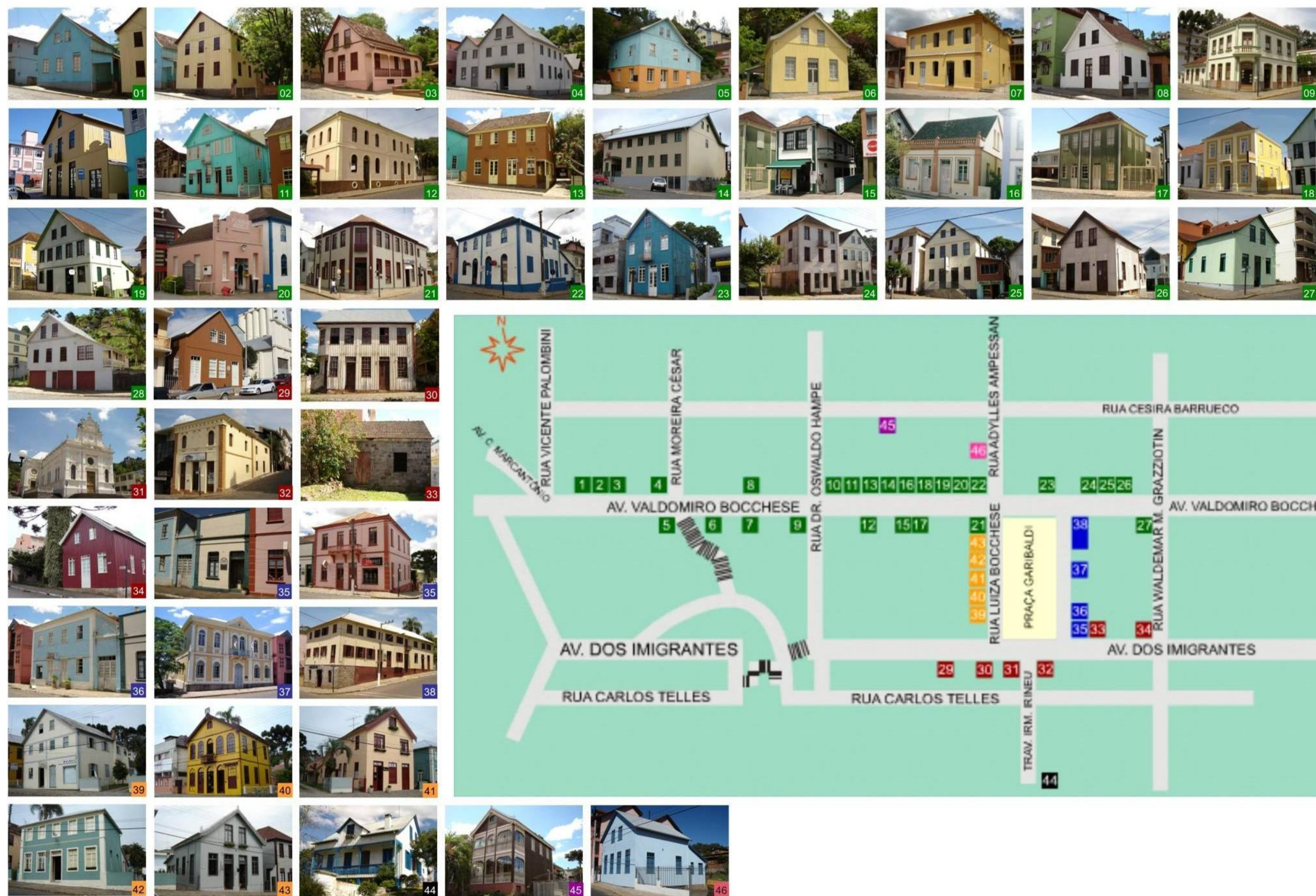


Figura 2: Mapa de localização e imagens das edificações tombadas da cidade de Antônio Prado. Dados e fotos: Escritório Técnico II - Antônio Prado / IPHAN-RS

citadina pradense passa a ser um dos elementos que representam para a região a “história viva de um povo”²⁴, tornando-se uma das marcas de representação da identidade da RCI. Além disso, tendo sido imposto por um órgão de preservação nacional, esse ato passa também a representar para a nação o “testemunho do legado cultural da imigração italiana no país”.²⁵

Não são antagônicas as duas concepções, de marca de representação de uma identidade étnica e de uma identidade nacional, a partir do momento em que é interesse da região ser reconhecida e em que o discurso estatal apregoa uma “unidade na diversidade”.²⁶ A constituição dessas identidades e os aspectos envolvidos nesse processo serão abordados ao longo do trabalho.

Tanto a identidade nacional quanto a regional são construções simbólicas modernas. As sociedades modernas são caracterizadas pela diversidade, e as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações acerca de um mesmo fato social. Esses centros mais diversos de poder exigem autoridade e legitimação, e o fenômeno das representações sociais pode, neste sentido, ser visto como a forma com que a vida coletiva se adaptou a essas condições descentradas de legitimação.²⁷

As representações estão relacionadas com o pensamento simbólico e com toda forma de vida mental que pressupõe linguagem. A representação está interessada, por um lado, em questões de vínculos sociais e da ação e, por outro lado, no conhecimento social, na comunicação e na linguagem, porque pensamos através de uma linguagem e organizamos pensamentos de acordo com um sistema condicionado pela cultura. A finalidade de toda representação é tornar familiar o não-familiar. O “não familiar”, que é produzido e se situa, na maioria das vezes, dentro do “universo reificado” das ciências, se torna familiar a partir do momento em que é transposto ao “universo consensual” do dia-a-dia.²⁸

Entre os processos originários das representações sociais, tem-se primeiramente a ancoragem, na qual as ideias estranhas são reduzidas a categorias e imagens comuns. Para concretizar a ancoragem, inicialmente classifica-se algo,

²⁴ Slogan da Prefeitura Municipal de Antônio Prado, administração de 1983-1988.

²⁵ Revista SPHAN Pró-Memória. N° 44 de Nov-dez/1988. ISSN 0101-3467, p. 5-7.

²⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (4ª reimpr., 5ª Ed. de 1994.), p. 93.

²⁷ DUVEEN, Gerard. *Introdução: O poder das idéias*. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen, traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.15-18.

²⁸ *Idem*, 2003, p. 54.

para em seguida gerar uma nomeação. A nomeação de algo o liberta de um anonimato perturbador, para localizá-lo na matriz de identidade de uma cultura. Em seguida se tem a objetivação, que transforma algo abstrato em quase concreto, ou seja, o que é incomum e imperceptível para uma geração torna-se familiar e óbvio para outra. Assim, um conceito abstrato transforma-se em uma imagem, tornando-se um dos elementos da realidade. A ancoragem e a objetivação são maneiras de lidar com a memória. É da soma de experiências e memórias comuns que extraímos as imagens, linguagens e gestos necessários para superar o não-familiar. É necessário tentar descobrir a característica não-familiar que motivou as representações, sendo que a mudança para o familiar só poderá ser percebida e aceita desde que represente certo tipo de vivência.²⁹

Levando-se em consideração o presente estudo, identifica-se que a característica não-familiar, geradora de representações diversas acerca do conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado, foi o ato do tombamento. O processo de preservação trouxe a oposição de uma parcela considerável dos moradores, rebelada contra o caráter irreversível do tombamento. “De um lado da trincheira estão os defensores ‘arejados’ da preservação do patrimônio histórico e, de outro, os ‘arcaicos, atrasados e estreitos’ moradores de Antônio Prado.”³⁰

Sob esse ponto de vista, pode-se inferir que a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes. Mas é preciso considerar que não existem relações de forças puras, mas também não existem relações de sentido que não estejam referidas e/ou determinadas por um sistema de dominação.³¹

Neste processo de estudo das diferentes representações produzidas dentro de um campo social, devem-se levar em conta alguns princípios metodológicos: o primeiro diz respeito à obtenção de material de amostra de conversações normalmente usadas na sociedade; o segundo considera as representações sociais como meio de recriar a realidade através da comunicação; na sequência, é

²⁹ *Ibidem*, 2003, p. 60-78.

³⁰ Jornal Zero Hora. 42ª reunião anual do SBPC – num país pobre, até preservação fica complicada. 12/jun/1990. Citação baseada no depoimento do antropólogo Bernardo Lewgoy.

³¹ MICELI, Sergio. *A força do sentido*, p. XII-XIII. Introdução in: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli.

necessário considerar que o caráter das representações sociais é revelado especialmente em tempos de crise; por fim, deve-se levar em conta que as pessoas que elaboram tais representações são vistas com algo parecido a “professores” amadores, e os grupos que formam como equivalentes modernos daquelas sociedades de professores amadores que existiam há mais ou menos um século.³² Muitas representações provêm também de trabalhos profissionais que se dirigem a um público “amador”.³³

A compreensão do processo de constituição das representações sociais referentes ao sentimento de italianidade da região e à identidade nacional se deu à luz de estudos sobre o tema e de referências literárias. Com relação às repercussões acerca do patrimônio arquitetônico de Antônio Prado, foram usados, nesta análise, documentos técnicos, entrevistas sociolinguísticas, reportagens jornalísticas e bibliografia. Cabe salientar que o texto jornalístico adquire particular inflexão em função de o jornal local oferecer matérias antes, durante e após a crise, identificada neste caso como o ato de tombamento. Ou seja, será possível, pelo menos parcialmente, verificar as representações sobre o patrimônio da cidade em diferentes momentos.

Considerando que a elaboração ou mediação das representações é em geral realizada por divulgadores científicos de todos os tipos, sejam institucionais, como o poder público e as escolas, ou privados, como jornalistas, comentaristas econômicos, políticos, professores, propagandistas e empresários, ressalta-se mais ainda a importância da análise com base num meio de comunicação, que, para esses mediadores/agentes, é um recurso extraordinário. Vale acrescentar que as representações podem ser determinadas pelos meios de comunicação – jornais, rádio, conversações, etc. – e pela organização social – igreja, partidos, etc. –, sendo que a organização coletiva do conhecimento e a circulação de opiniões são também influenciadas por esses meios.³⁴

É importante destacar que a comunicação é uma interação socialmente estruturada e que toda relação de interações tem envolvidas questões de poder. Os

³² Essas relações se encontram na natureza da maioria das reuniões não oficiais, das discussões em bares e clubes, ou reuniões políticas onde os modos de pensamento e expressão refletem as curiosidades que são comentadas e os laços sociais que são estabelecidos nessas reuniões. (MOSCOVICI, S. *Op. cit.*, 2003, p. 92)

³³ Esses trabalhos seriam realizados por certos pedagogos, popularizadores da ciência ou determinado tipo de jornalista, cujos escritos tornam possível a qualquer um considerar-se um sociólogo, economista, físico, doutor ou psicólogo. (MOSCOVICI, S. *Op. cit.*, 2003, p. 92)

³⁴ MOSCOVICI, S. *Op. cit.*, 2003, p. 35.

agentes de fala entram em ação num campo³⁵ onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas.³⁶

Considera-se ainda que os sistemas de classificação, as categorizações lógicas que ordenam a própria representação social, são anteriores às práticas do indivíduo que os interiorizou. Ou seja, a prática é produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*.³⁷

O produto do trabalho dos agentes de um determinado campo, no caso em análise, os discursos, são trocas que se estabelecem em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor e um consumidor ou mercado. “Os discursos não são apenas signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também ‘signos de riqueza’ a serem avaliados, apreciados, e ‘signos de autoridade’ a serem acreditados e obedecidos.”³⁸

Deve-se salientar que não existe ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo: “as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de sua produção – ou seja, às posições ocupadas por seus autores no campo da produção – e, por outro lado, ao mercado para o qual foram produzidas (que não é outra coisa senão o próprio campo de produção) e, eventualmente, aos mercados sucessivos de recepção de tais obras”.³⁹

É relevante apontar que, para o entendimento das representações geradas a partir do ato do tombamento, se faz necessário identificar os agentes envolvidos e seu campo de atuação. Determinar a posição de quem fala ou escreve e de quem se

³⁵ O campo, entendido aos moldes de Bourdieu, pressupõe um espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. Os atores agem no interior de um campo socialmente pré-determinado, onde podem ser travadas lutas concorrenciais em torno de interesses específicos. A posição que o agente ocupa no seio deste campo é determinada por seu capital, seja ele econômico, cultural, social. Por esse motivo, o campo é o espaço por excelência onde as relações de poder se manifestam. (ORTIZ, Renato. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Org. [coletânea Renato Ortiz]. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1994, 2ª Ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39, p. 18)

³⁶ ORTIZ, R. Introdução. In: BOURDIEU, P. *Op. cit.*, 1994, p. 13.

³⁷ O *habitus* conforma e orienta a ação, mas, sendo produto das relações sociais, tende a assegurar a reprodução destas mesmas relações objetivas que o engendram. No entanto, não se aplica somente à interiorização das normas e dos valores, inclui também os sistemas de classificação que pré-existem às representações sociais. (ORTIZ, R. Introdução. In: BOURDIEU, P. *Op. cit.*, 1994, p. 14)

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Prefácio de Sérgio Miceli. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 53.

³⁹ Cabe considerar que, para Bourdieu, a lógica de funcionamento dos campos é a mesma, independentemente do tipo (político, econômico, cultural, social, etc.). BOURDIEU, P. *Op. cit.*, 1998, p. 129.

torna ouvinte é imprescindível, pois, como já destacado, o discurso não pode ser interpretado sem referir suas condições sociais de produção e recepção.

Levando-se em conta a crise deflagrada com o tombamento de Antônio Prado, podemos identificar algumas falas dos diferentes agentes. Para um proprietário, o ato representou um “grande espetáculo de segunda classe”.⁴⁰ Já para um morador, é “uma ideia para o turismo como opção econômica viável”.⁴¹ Ainda dentro da esfera local, um empresário apoiador de ações afeitas aos temas culturais declara que “a ideia inicial era incentivar a preservação histórica, não obrigá-la através de lei”.⁴² Já para os profissionais da arquitetura, o núcleo histórico da cidade é um autêntico “representante de peculiaridades regionais, manifestadas nos três estados do sul e ainda preservadas na forma de conjunto em Antônio Prado”.⁴³ O Projeto ECIRS⁴⁴, importante aliado da então SPHAN nos estudos e ações educativas na cidade, registra que preservar este acervo é “privilegiar as manifestações culturais de minorias”.⁴⁵ Já o órgão oficial de preservação, a então SPHAN, refere-se ao patrimônio de Antônio Prado como o “maior e melhor preservado conjunto arquitetônico e paisagístico representativo das primeiras décadas de vida dos imigrantes italianos no Brasil”.⁴⁶

Aqui parece residir a explicação para os sentidos permanecerem em luta, pelo menos em parte, com relação às casas tombadas de Antônio Prado: são interesses divergentes de diferentes agentes, com diferentes *habitus*, de diferentes campos, naturalmente produzindo distintas representações sobre um mesmo tema – o tombamento.

⁴⁰ MADALENO, Érika Hanssen. Antônio Prado, tombamento divide a população da cidade. *Jornal Zero Hora*. 04/dez/1988, p. 36.

⁴¹ TREZZI, Humberto. Só o turismo pode alegrar Antônio Prado. *Jornal Zero Hora*. 8/abr/1990, p. 33.

⁴² *Idem*.

⁴³ LUZ, Maturino. A arquitetura popular de Antônio Prado. *Jornal do IAB*. Jun-jul/1988.

⁴⁴ Sigla que designa o Programa de pesquisa Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), vinculado à Universidade de Caxias do Sul, que, dentre outros trabalhos, estuda em caráter multidisciplinar e com abordagem antropológica a imigração italiana na Serra Gaúcha. Disponível em www.ucs.br. Acesso: jun/2009.

⁴⁵ PEDROSO, Néri. ECIRS e SPHAN na luta contra a destruição. *Jornal Pioneiro*. Caxias do Sul. 24 e 25/out/1987.

⁴⁶ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Parecer do Processo nº 1.248-T-87/SPHAN. Processo de Tombamento do Conjunto Urbano e Arquitetônico de Antônio Prado.

Se a geografia impingiu aos pioneiros um espesso isolamento, acabou por recompensá-los um século mais tarde com a preservação do maior conjunto existente no Brasil representativo da Arquitetura Italiana do XIX (19). Esta preciosa herança acaba de ser reconhecida oficialmente.⁴⁷

1.1 O TOMBAMENTO

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas possuem duas faces interdependentes, que são a icônica, relacionada diretamente à imagem, e a simbólica, relacionada às significações. Ou seja, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem, sendo que um dos fenômenos mais marcantes do nosso tempo é a união da linguagem e da representação.⁴⁸

A expressão icônica gerada pelas casas tombadas não traz à tona apenas uma expressão simbólica. Na verdade, cada indivíduo irá atribuir um ou mais significados/sentidos a esta imagem, considerando, como vimos anteriormente, que existem categorizações anteriores às representações sociais.

Para tanto, o indivíduo parte de um *habitus*, o qual, para o imigrante italiano da Serra Gaúcha, parece consistir em uma memória de grupo que tem na substituição das casas uma das marcas de sua distinção e autoafirmação. Além disso, a questão da propriedade está fortemente arraigada a este grupo, já que seus membros atravessaram o oceano em direção à América, sonhando com o país da cocanha⁴⁹. Agrega-se a isso o fato de a arquitetura passar a se constituir como um dos elementos de oposição ao passado – sacrifícios que o imigrante quer varrer da lembrança – e como legitimação de um “novo mundo” burguês moderno, com o uso de novos materiais e novas formas arquitetônicas.

Se levarmos em conta que as casas tombadas de Antônio Prado representaram o apogeu de uma época – final do século XIX e primeiras décadas do século XX –, seria natural que fossem substituídas por exemplares mais modernos e

⁴⁷ TURCATO, Márcia. Citação retirada da Revista “Isto É”, 16/set/1987. In: Jornal Panorama Pradense. Coluna “Opiniões sobre o tombamento”. Out/1987, p. 4.

⁴⁸ MOSCOVICI, S. *Op. cit.*, 2003, p. 46

⁴⁹ O termo *cocanha*, documentado pela primeira vez no século XII, designa um modelo de sociedade utópica relacionado com a fartura e com a fruição plena dos prazeres materiais. Na Itália do século XIX, essa utopia de origem medieval foi largamente difundida entre a população pobre, que, ao emigrar para a América, trouxe consigo a ideia de um país imaginário caracterizado pela abundância. (POZENATO, J. *Op. cit.*, 2000)

confortáveis, a exemplo do relatado no romance *O Quatrilho* e nos períodos identificados pelos especialistas. Uma observação ao redor dos prédios tombados em Antônio Prado permite perceber que isso vinha acontecendo gradativamente até o tombamento (figura 3). É preciso considerar que, no imaginário local, o tombamento vai congelar essa imagem de cidade antiga, em detrimento de toda a dinamicidade que se apresentava nas cidades da RCI, principalmente a partir de 1950.⁵⁰

No entanto, a própria crise gerada pelo ato de tombamento suscita embates, discussões, intervenções de especialistas e registros nos meios de comunicações, com especial acentuação para os ganhos que a comunidade pode ter. Tudo isso constitui uma tentativa de mudança de visão, de representação daqueles que são contra esse ato ou permanecem sem posição definida. Em parte, dentre outras ações de cunho educativo, serão os discursos veiculados na mídia que tentarão atingir esse objetivo. Mas há que se considerar que a adesão nunca é total e que não existe unanimidade nas questões patrimoniais. Embora o *habitus* seja um “sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada”⁵¹, ele preserva uma certa margem de liberdade ao agente, não uma liberdade total, mas uma “liberdade conferida pelas regras dominantes no campo em que se insere”.⁵² Reside nesse fato o sentido maior da crise, pois cada campo “cria seu próprio objeto (artístico, educacional, político, etc.) e o seu princípio de compreensão”.⁵³

Portanto, pode-se admitir que pessoas “dotadas de *habitus* diferentes que não estão expostas à mesma situação nem aos mesmos estímulos, porque os constroem de outra maneira, não ouvem as mesmas músicas nem vêem os mesmos quadros e, por este facto, não podem formar o mesmo juízo de valor”.⁵⁴ Os sentidos em luta relativos aos tombamentos, não somente no caso de Antônio Prado,

⁵⁰ Não é intenção deste estudo, questionar a qualidade arquitetônica, nem das edificações que surgiram na época do tombamento e nem das resultantes da aplicação das “Diretrizes para o disciplinamento do entorno de bens tombados de Antônio Prado” - recomendações do IPHAN, válidas desde 10/dez/1996, para novas construções nas áreas de entorno de bens tombados.

⁵¹ THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *Pierre Bourdieu: a teoria da prática*. RAP Rio de Janeiro 40(1): 27-55, jan-fev/2006, p. 33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>. Acesso em: maio/2009.

⁵² *Idem*, p. 34

⁵³ *Ibidem*, p. 36

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 295.

Mapa de traçado urbano e perfis das edificações



Figura 3: Mapa de traçado urbano e perfis de vias de Antônio Prado. Dados e fotos: Escritório Técnico II - Antônio Prado / IPHAN-RS

parecem estar referendados por esse princípio. Embora admitindo que esse seja um dos princípios norteadores, convém salientar a necessidade de analisar cada caso individualmente, pois as nuances e as variáveis envolvidas podem adquirir pesos, medidas e cores diferenciadas para cada realidade local.

O caso do tombamento de Antônio Prado e o universo de sentidos atribuídos a ele serão relatados ao longo deste estudo, mas antes se constata a necessidade de entender como ocorreu a institucionalização da preservação, quem a executa, o que é o tombamento e quais suas consequências legais.

Por fazer parte da cultura de uma coletividade, a preservação dos bens em razão de seus valores estéticos, históricos, naturais, etc. se reveste de interesse público, pois é pertencente à história do próprio Estado enquanto nação. No entanto, para que essa preservação se concretizasse, surgiu a necessidade da institucionalização do ato de preservar, com criação de legislação própria.⁵⁵

A eleição e a proteção de bens de interesse cultural estão intimamente ligadas à questão das formações dos Estados-nacionais, que, via de regra, usaram as grandes obras, os fatos memoráveis da história, os monumentos, os edifícios ou ainda, em alguns casos, a memória do povo, para criar símbolos e se legitimar. Esse processo será abordado no segundo capítulo.

O que cabe registrar neste espaço é que a institucionalização da preservação no Brasil se deu, num primeiro momento, com o ato do tombamento. Esse ato, por ser exercido por um órgão estatal – revestido de legitimidade legal e científica para a eleição dos bens que representam a nação –, se revela arbitrário e, se assim se constitui, demonstra o exercício de um poder simbólico.⁵⁶

Não foi sem embates ideológicos e sem conflitos de grupos no campo cultural que se constituiu o primeiro órgão de proteção no Brasil. A hegemonia do grupo modernista, comprometido com a renovação modernista na arquitetura e nas artes plásticas e, principalmente, com uma orientação moderna do Patrimônio, venceu o grupo neocolonial. Em 1936 ocorre a contratação de Lúcio Costa para a elaboração do projeto do Ministério da Educação e Saúde, representando o grupo moderno, além de duas outras importantes lideranças do grupo modernista: Rodrigo M.F. de

⁵⁵ GASPARINI, Audrey. *Tombamento e direito de construir*. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 41-42.

⁵⁶ Entende-se poder aos moldes de Bourdieu, que combate a ideia de que todo poder é necessariamente maléfico. ORTIZ, R. Introdução. In: BOURDIEU, P. *Op. cit.*, 1994, p. 14.

Andrade e Mário de Andrade, para a criação do Serviço do Patrimônio. Surge a SPHAN, ancorada na ideia básica do *registro da nação*, que elaborará um conjunto de representações com vistas a dar legitimidade às suas ações, sendo o instituto do tombamento o mais importante. Os membros possuíam elevada bagagem humanística e técnica e foram os organizadores de um discurso do patrimônio, ou seja, arbitravam sobre o que deveria ou não ser tombado. Mas a arbitragem última pelo ato do tombamento, pela respectiva inscrição dos bens nos livros do Tombo e, portanto, pela nomeação oficial de algo como *monumento* competia ao Conselho Consultivo, órgão máximo do Serviço do Patrimônio. O contexto histórico e social de formação da SPHAN e sua ação na cena cultural brasileira também serão abordados no segundo capítulo, bem como a constituição das narrativas e discursos acerca do patrimônio, com a finalidade de lhe conferir legitimidade e reconhecimento.⁵⁷

O Conselho Consultivo foi criado pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Já a figura do tombamento, para a proteção do patrimônio histórico brasileiro, foi introduzida no ordenamento jurídico através do Decreto-lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937. É importante destacar que o tombamento, enquanto conceito jurídico, é entendido como:

[...] o ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural, ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados. O tombamento se realiza pelo fato administrativo de inscrição nos livros do Tombo, criados pelo Decreto-Lei nº 25/1937 [...] O ordenamento jurídico criou o tombamento, as normas para sua utilização, os poderes da administração de cuidar, preservar – até mesmo interferir no bem tombado –, os direitos e deveres da administração e dos particulares, assim como o órgão competente para sua execução. O tombamento enquanto registro é procedimento cartorial, mera inscrição do ato administrativo em livro próprio. O ato é complexo, depende de um conjunto de ações independentes, mas ligadas por uma subordinação cronológica: abertura de processo para estudo dos objetos que se pretende tomar (qualquer cidadão ou órgão pode solicitar abertura de processo de tombamento); estudos do órgão competente para avaliação do valor do bem; notificação ao proprietário e tombamento provisório; votação pelo conselho consultivo sobre o tombamento ou não do bem; homologação do Ministro da Cultura na esfera federal; e por fim, inscrição nos livros do Tombo.⁵⁸

O tombamento pode ser executado por ofício, quando incide sobre bens públicos; voluntário, quando incide sobre bens particulares, mas com a anuência dos proprietários; e compulsório, quando incide sobre bens particulares e contra a

⁵⁷ SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Nasce a Academia SPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Curadoria Antonio Augusto Arantes. Brasília: Iphan, nº 24, 1996, p. 77-95.

⁵⁸ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e sua proteção jurídica*. 3ª Ed. (ano 2005), 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2006, p. 83-84.

vontade dos proprietários.⁵⁹ No caso de Antônio Prado, o tombamento da Casa da Neni (figura 4), ocorrido em 1985, foi voluntário. Já o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico, em 1987, teve caráter compulsório.

Por esse decreto, os proprietários de imóveis considerados patrimônio histórico pelo órgão competente sofrem importantes implicações em seu direito de propriedade, sendo que os três atributos do direito do proprietário (usar, gozar e dispor) são expressamente relativizados. O tombamento é uma das formas de intervenção estatal na propriedade que mais limita a fruição do próprio direito de propriedade, mitigando, inclusive, o direito de construir.⁶⁰

O direito de propriedade sempre foi focado nas questões sociais e, ao longo da história, passou pela questão de a propriedade ser protegida como um direito individual, ganhando, ao longo do tempo, tanto internacional quanto nacionalmente, conotações mais sociais. Ou seja, passou a ser garantido o direito de propriedade, desde que este não seja exercido contra o interesse social ou coletivo. O proprietário passa, então, a não ser mais dono absoluto de seu bem. O direito de propriedade deixa de ser individual e passa a ser social.⁶¹

Mas não é só o direito do proprietário do imóvel tombado que é afetado; também se cria uma limitação ao exercício de propriedade dos vizinhos, porque não poderão impedir ou reduzir a visibilidade do bem tombado, nem colocar anúncios ou cartazes, conforme o estipulado no artigo 18 do Decreto-lei nº 25/37. Percebe-se, pois, que a lei do tombamento trata do entorno ou vizinhança do bem tombado como um efeito do tombamento.⁶² Não foi diferente em Antônio Prado, que possui um regramento que criou áreas de interesse para preservação e passou a limitar índices construtivos (relacionados a altura, materiais, entre outros fatores) para as edificações novas a serem construídas no entorno dos bens tombados.

Além dessas limitações de cunho construtivo, tem-se como maior efeito do tombamento a proibição de destruir, demolir ou mutilar a coisa tombada, sendo que qualquer reparação depende de autorização do órgão competente.⁶³

⁵⁹ GASPARINI, A. *Op. cit.*, 2005, p. 51.

⁶⁰ *Idem*, p. 38.

⁶¹ *Ibidem*, p. 27-28.

⁶² SOUZA FILHO, C. *Op. cit.*, 2006, p. 101.

⁶³ *Idem*, p. 103.

Casa da Neni - Antônio Bocchese

Registro: Livro Tombo das Belas Artes - Volume Segundo - SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Folha do Livro Tombo: 9

Numeração de Inscrição: 572

Processo nº: 1145-T-85

Caráter do Tombamento: anuência

Data da Inscrição: 30.09.1985

Data da Certidão: 01.10.1985

Obra: casarão de madeira na Rua Gustavo Sampaio, nº 34 ou "Casa da Dona Neni"

Natureza: arquitetura civil



Antônio Bocchese e Maria Marin, naturais da província de Vicenza, Itália, imigraram ainda jovens para o Brasil, casando-se em 1904. Em 1910 contrataram para a construção de sua casa os marceneiros Máximo Empinotti e irmãos Nodari. Na parte térrea funcionava a ourivesaria de Antônio Bocchese. A filha do casal, Joana Madalena Bocchese, conhecida como Neni, herdou a edificação e durante muitos anos manteve uma loja onde vendia objetos variados. A casa foi restaurada em 1983, mantendo no local um comércio de artesanato que perdura no local até hoje. Em 1986, a casa foi usada como símbolo na comemoração do centenário da colonização italiana em Antônio Prado e em 1995 serviu de cenário para o filme O Quatrilho.

Fonte: ROVEDA, Fernando. Memória e Identidade: Antônio Prado, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Caxias do Sul, RS: Lorigraf Gráfica e Editora Ltda., 2005.

Figura 4: Dados e imagens da Casa da Neni em Antônio Prado.
Fotos: acervo Escritório Técnico II - Antônio Prado / IPHAN-RS

Inerente ao direito de propriedade está o direito de construir, que também passa a ser afetado pelo tombamento, mas que tem a característica de poder ser controlado separadamente. Algumas legislações municipais foram pioneiras em legislar sobre o direito de construir, mas foi somente com o Estatuto da Cidade⁶⁴, em seu Art. 35, que foram elencadas as situações em que é possível a transferência do direito de construir. O Inciso II deste artigo refere-se à possibilidade de essa transferência ser efetuada em caso de imóveis sujeitos à preservação por motivo de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural. Considerando que o tombamento é a única medida legal capaz de obrigar a efetiva proteção e conservação de bens, conclui-se que esse inciso refere-se especificamente a bens tombados. Essa ação procura minimizar eventuais prejuízos impostos aos proprietários de bem tombado e é possível de ser aplicada também para os imóveis vizinhos, já que os efeitos do tombamento se estendem a eles.⁶⁵

Diante do exposto, seja do ponto de vista simbólico ou legal, o ato de tombamento se estabelece como um rito de passagem⁶⁶. No entanto, é um rito de instituição que necessita de um processo de reelaboração simbólica, não sendo automático como outros ritos sociais, a exemplo do casamento, da religião e do trabalho.⁶⁷ É um ritual que, a partir de um ato arbitrário – de um órgão estatal investido de poder para isso e legitimado pela atuação de um Conselho Consultivo -, reveste de significado e importância um bem que até então figurava sem valor aos olhos da sociedade, transformando-o em bem cultural que deve ser preservado para as gerações futuras.

É por essa ação que as casas “velhas e podres” pradenses se transmutam em “patrimônio histórico e artístico nacional”. Do ponto de vista conceitual, tanto o Tombamento quanto o Registro Imaterial são males necessários, mas insolúveis, na dinâmica das culturas.⁶⁸

⁶⁴ A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição Brasileira.

⁶⁵ GASPARINI, A. *Op. cit.*, 2005, p. 98-100.

⁶⁶ Segundo a concepção de Bourdieu, o rito de passagem tende a consagrar, a legitimar a diferença, sendo que o principal efeito do rito é passar quase despercebido. Tem-se uma situação antes do rito e outra após, como no caso do tombamento. BOURDIEU, P. *Op. cit.*, 1998, p. 97.

⁶⁷ LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento de 48 casas em Antônio Prado/RS*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFRGS, 1992, p. 104.

⁶⁸ LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Entre formas e tempos: Goiânia na perspectiva do patrimônio*. In: Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios*

Para entender o significado desta transmutação, várias e distintas abordagens foram necessárias. Para iniciar, coloca-se a questão de formação e desenvolvimento do núcleo que foi objeto do tombamento, numa perspectiva histórica, tentando, na medida do possível, identificar as representações que engendram as ações deste grupo social com relação ao seu patrimônio.

Também foi imperativo entender como Antônio Prado recebeu a distinção de “primeiro núcleo do Brasil em que o tombamento é dedicado às imigrações e não ao tradicional acervo cultural luso-brasileiro”.⁶⁹ Para tanto, foi necessário compreender a evolução do conceito de patrimônio, em relação aos organismos internacionais e brasileiros de preservação. Além disso, dentro de uma perspectiva de composição da memória histórica nacional, pretendeu-se entender o papel do órgão responsável pela eleição, proteção e fiscalização dos bens tombados nesta constituição, a partir da evolução da política cultural no país. Essas abordagens serão elucidadas ao longo do segundo capítulo.

Outra variável envolvida nesse processo é a constituição de marcas representativas de um selo de italianidade na RCI, para o qual Antônio Prado parece contribuir com a questão da arquitetura. Identificar quem foram os mediadores, que meios e estratégias usaram para difundir a partir de traços étnicos, esses elementos de identificação grupal aprimorou o entendimento das questões envolvidas com o patrimônio de Antônio Prado. Esse ponto de vista será elucidado ao longo do terceiro capítulo.

Por fim, o cruzamento das variáveis anteriores possibilitou identificar quais marcas, sejam elas da ordem dos sentidos ou arquitetônicas, incidem sobre o conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado.

Mas é surpresa a permanência de um conjunto inteiro de arquitetura de madeira, como acontece em Antônio Prado. O rio das Antas, mantendo essa pequena cidade distanciada do fluxo de novas mercadorias e do discurso da modernização por si mesma, escondeu esse tesouro e o preservou.⁷⁰

contemporâneos. (Org.) Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 221-236.

⁶⁹ PORTO, Juarez. *SPHAN tomba cidade de imigrantes*. Jornal do Brasil. 1º Caderno. 07/set/1987.

⁷⁰ POZENATO, José Clemente. *Coluna “Opiniões sobre o tombamento”*. Jornal Panorama Pradense, out/1987, p.4.

1.2 VOLTANDO NO TEMPO

Antônio Prado é um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, situado na região Nordeste, comumente reconhecida como RCI. Teve sua origem atrelada ao processo migratório europeu, mais particularmente ao contingente italiano; foi a sexta e última das chamadas Colônias Imperiais, e sua ocupação iniciou pelo Passo do Simão em 1886, posteriormente, portanto, à das demais colônias, que tiveram sua ocupação mais numerosa iniciada em 1875. Desde sua origem, pertenceu a vários municípios: São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha e Vacaria, da qual se emancipou em 1899. Sua localização geográfica peculiar é o que se convencionou chamar de “região de fronteira”, por estar no limite entre as colônias de imigrantes italianos e a região dos Campos de Cima da Serra. Os imigrantes tinham uma realidade completamente diferenciada, na medida em que eram detentores de pequenas propriedades, tinham a agricultura como principal atividade, desfrutavam de uma paisagem de serra e morros semelhante à de seu país de origem e tinham as capelas como o principal palco para suas relações sociais. Já os “pelo-duro”⁷¹ conviviam com extensas fazendas de criação de gado, uma paisagem característica de campos, e mantinham relações sociais que envolviam classes diferenciadas. Mais dados sobre o processo de ocupação do território da RCI serão expostos ao longo do terceiro capítulo.

Até por volta de 1937, a cidade estava envolvida em intensas relações de comércio em função de figurar na antiga Rota das Tropas. Essa rota cruzava todo o sul, chegando a Sorocaba, em São Paulo, onde eram comercializados gado e muares oriundos do Rio Grande do Sul e que abasteciam todo o país. Esse importante eixo de desenvolvimento econômico, que constituía a Rota das Tropas, fez com que a cidade se projetasse como um grande centro de negócios, por ser passagem obrigatória para todos que seguiam viagem para o centro do país. Antônio Prado se configurava como a segunda cidade da RCI em ordem de importância.⁷²

O período de estagnação econômica da cidade vai se iniciar quando a Rota dos Tropeiros se torna obsoleta em função da construção da estrada denominada

⁷¹ Expressão com que os imigrantes identificavam os habitantes dos Campos de Cima da Serra, descendentes de portugueses, índios e negros ou de suas miscigenações.

⁷² DOTTI, Corina Michelin. *O percurso da resignificação de uma cultura*. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio e José Clemente Pozenato (Org.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004, p. 42-44.

inicialmente de BR-2, hoje BR-116, entregue ao tráfego rodoviário em 09 de novembro de 1941 com a denominação de Rodovia Getúlio Vargas, e cujo traçado, por influência política, foi transferido para Caxias do Sul e São Marcos.⁷³ Caxias, pelo projeto inicial, não seria beneficiada com a nova estrada, porque o traçado previa que ela passaria por Nova Petrópolis e pelos campos de São Francisco de Paula, até chegar a São Joaquim e a Lages, em Santa Catarina.⁷⁴

Já na década de 1950, em Antônio Prado, vivia-se um sentimento coletivo de perda. Pessoas em grupos saíam da cidade e do município, e o presente era povoado por alusões ao que a cidade havia sido ou ao que havia tido. Vivia-se a marginalização geográfica e o consequente empobrecimento econômico e social dos pradenses, resultado da abertura da estrada federal e de profundas divisões político-ideológicas internas. Nessa época, o próprio jeito de ser pradense vincula-se ao atraso, e acontecem a negação da língua, lutas contra o sotaque e o esquecimento dos usos e costumes.⁷⁵

No entanto, “algumas marcas do tempo de abundância permaneceram: um orgulho bastante surrado e a mais representativa: os velhos casarões de madeira ao redor da praça e ao longo da avenida principal, [...] preservou-se um patrimônio, talvez por inércia, talvez por um inconfessável e inconsciente carinho”.⁷⁶

Nesses termos, historicamente falando, podemos concluir inicialmente que a cidade de Antônio Prado vivenciou três momentos distintos: o primeiro deles, que vai do início da colonização até praticamente o final da década de 30, tem características semelhantes ao processo de ocupação do território e à formação de identidade no restante da RCI. Ele representa o apogeu econômico, social e cultural da cidade.

Num segundo momento, que parece abarcar o final da década de 30 até meados dos anos 70, os pradenses são acometidos de um sentimento coletivo de perda. Esse período era caracterizado principalmente por um “nada acontecia”⁷⁷, e é a época do “Visite Antônio Prado antes que desapareça”⁷⁸, sendo que vivia-se uma vida encabulada, separada dos demais municípios da RCI por um rio sem ponte. A

⁷³ LUZ, M. *Op. Cit.*, 1988.

⁷⁴ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001, p. 307. *Apud*, Revista Parlamento. Edição Histórico-Cultural-Político Empresarial de Caxias do sul. Caxias do Sul, s/d, p. 12-17.

⁷⁵ DOTTI, C. *Op. cit.*, 2004, p. 42.

⁷⁶ *Idem*, p. 43

⁷⁷ *Ibidem*, p. 42.

⁷⁸ Frase inscrita num pára-choque de caminhão pradense.

cidade seguia sem processo industrial, sem edifícios, sem dinamismo, o que na época era símbolo do desenvolvimento e do progresso no restante da região. A vida era regida pelo cotidiano do trabalho para a subsistência em nível individual, sem expressão coletiva. “Nesse tempo histórico, a pessoa tanto mais culta [sic] era quanto menos nativa fosse.”⁷⁹

O terceiro momento inicia-se em meados dos anos 1970 e se estende até os dias atuais, se caracterizando pelo início das ações destinadas ao reconhecimento e à valorização do legado cultural dos imigrantes italianos, por parte do poder público local e dos institutos de educação, envolvidos num processo maior que se caracterizou pelas comemorações alusivas ao centenário da imigração italiana na região. Essa ocasião, por sua vez, remeteu a um processo mais amplo ainda, representado pelos movimentos de *revival* étnico. Em seguida, o município passa pelo traumático processo de tombamento do núcleo histórico e chega aos dias atuais, em que ainda não existe uma convergência na atribuição de sentidos ao patrimônio preservado, mas já se observa a formação de entidades ou mesmo a presença de conselhos municipais envolvidos com a cultura e o turismo.

A comemoração dos 75 anos do município parece ter sido o marco inicial de várias promoções de valorização e resgate da cultura local propostas pelo poder público local. Mas, apesar do sucesso da celebração dos 75 anos, somente em 1983 foi constituído o Museu e o Arquivo Histórico Municipais. Determinante nesse processo foi a ajuda da Universidade de Caxias do Sul, que colaborou nos primeiros passos na área da preservação da memória da imigração italiana no município. Os trabalhos de resgate de objetos e as ações educacionais foram fundamentais na mudança para um posicionamento de orgulho perante a identidade cultural, acontecendo a ressignificação. Outros importantes eventos aconteceram até que, em 1986, no Seminário Nacional de Arquitetura Popular Brasileira, é reconhecido o valor do acervo arquitetônico de Antônio Prado, considerado patrimônio cultural da nação brasileira. Foi o primeiro passo para que se efetivasse o decreto presidencial de tombamento desse acervo.⁸⁰

Foi decisivo, nesse processo, o trabalho do Projeto ECIRS, que, juntamente com a equipe da então SPHAN, iniciou o levantamento dos centros de interesse da região colonial italiana e alemã, em 1983. No caso de Antônio Prado, já em 1985 foi

⁷⁹ DOTTI, C. *Op. cit.*, 2004, p. 42.

⁸⁰ *Idem*, p. 43-44.

efetuado o primeiro tombamento de uma edificação isolada, a Casa da Neni, ocorrido por iniciativa dos proprietários. Em 1987, foi realizado o tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, desta vez por iniciativa da SPHAN e sem a anuência dos proprietários, uma vez que foi realizado através de edital. Em 1988, foi decretado o tombamento definitivo, com parecer favorável por parte do Conselho Consultivo. Nesse mesmo ano foi instalado na cidade um Escritório Técnico, com a finalidade de dar assessoria aos proprietários de imóveis tombados para qualquer reforma ou construção. A inscrição do tombamento no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico só aconteceu em 1990.

Como já explicitado anteriormente, vários estudos foram realizados a respeito do patrimônio material de Antônio Prado, que ainda carece de outros ligados ao não menos rico patrimônio imaterial. Com relação às questões materiais, grande destaque foi dado às edificações. No entanto, desde os primeiros estudos, observa-se que a questão da paisagem e da ambiência dos bens culturais estava em pauta. A particularidade da paisagem e seu incontestável valor foram evidenciados já nos levantamentos que compuseram o Processo de Tombamento. O parecer do Conselho Consultivo da então SPHAN enalteceu e destacou tal valor, que está “presente não nas edificações isoladas, mas sim no conjunto que forma um todo harmônico e cria uma ambiência que congrega elementos construídos e paisagem natural”.⁸¹ Além disso, constitui o maior conjunto arquitetônico e urbanístico, ainda preservado, originário da cultura de imigração italiana no Brasil.

Dessa forma, Antônio Prado foi protagonista do primeiro tombamento de um conjunto urbano e arquitetônico representativo da cultura de imigração no Brasil. Como salientado anteriormente, foi uma iniciativa pioneira do órgão de preservação federal, em se tratando de conjuntos, e se insere numa época de ampliação de conceitos sobre o que passou a se constituir em patrimônio, pois, até então, praticamente só eram objeto de tombamento elementos do tradicional acervo cultural luso-brasileiro. Esse tombamento, portanto, consistiu numa tentativa de reconhecer a pluralidade que constitui a cultura brasileira. O momento histórico e social que permitiu essa tomada de atitude será explicitado no segundo capítulo.

⁸¹ Ata da 135ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 01/12/1988.

Além do exposto anteriormente, há que se considerar que, a partir de estudo etnográfico do antropólogo Bernardo Lewgoy, realizado entre os anos de 1989 e 1992, registra-se que a cidade, num primeiro momento, apresentou reações de hostilidade e rejeição ao tombamento, e que, a partir de 1992, já se observavam indícios de aceitação ou reacomodação à nova situação. O que tinha valor para os agentes do campo do patrimônio, as casas, não era enfocado ou valorizado pelos informantes. O tombamento se tornou o objeto privilegiado de focalização de tensões latentes, coletivas ou individuais, simbolizado pelo debate instaurado: “se as casas são antigas e representativas ou se não passam de casas velhas, sem valor histórico”.⁸²

Esse mesmo estudo apontou para o “retorno do recalçado”, mito construído ao longo da história do município e que deixou visível as relações inter-étnicas, alusivas ao embate entre técnicos do IPHAN e moradores - a hostilidade contra os técnicos parece estar ligada a uma cadeia de tensões históricas com o Estado, com o governo brasileiro -; e intra-étnicas - com afirmações autodepreciativas -, a partir do momento que a comunidade pradense se compara com outras cidades da região que têm origem étnica comum.⁸³

Para entender a formação desse mito, o estudo de Lewgoy buscou identificar os temas dominantes na memória local, o que se iniciou com a identificação de momentos históricos em Antônio Prado: “Mito do Imigrante”⁸⁴, de 1886 até o fim do século XIX; “ascensão/progresso”, do início do século XX até por volta de 1940; e “estagnação/decadência”, de 1940 até por volta de 1990. Também é apontado o possível início de um novo período, associado ao tombamento.⁸⁵

No primeiro período, as sedes das colônias tornam-se os embriões das cidades da RCI, o mesmo acontecendo com Antônio Prado. Em termos urbanísticos, a área central – local onde está inserida a maior parte dos bens tombados – ainda conserva o mesmo traçado implantado pelos agrimensores do governo imperial. Também são salientados, a exemplo do restante da RCI, os gestos instauradores de

⁸² LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 296.

⁸³ *Idem*, p. 177/ 291-293.

⁸⁴ O autor coloca a questão de formação de um mito etnogônico na RCI. Chama-o dessa forma, pois o foco está no surgimento de uma etnia específica de imigrantes italianos e seus descendentes, cujo ponto que marca o início das genealogias é dado pela imigração. O registro da memória familiar se restringe à geração dos parentes que compartilharam o drama da imigração, não se estendendo a gerações anteriores. Antônio Prado se liga à RCI pelo fenômeno da celebração de uma identidade étnica através do mito do imigrante. (LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 250-251)

⁸⁵ LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 239.

um grupo: “ênfase nas dificuldades dos pioneiros, com a vitória da cultura sobre a natureza por um herói cultural [...], através da mediação do trabalho e tendo como base material a posse da terra e como base moral a família e a comunidade. [...] o mito fala também de um projeto de futuro e crença no progresso como valor cultural”.⁸⁶

A segunda fase seria constituída pelas marcas de representação de uma cidade comercial na memória coletiva, em função de ter sido ponto de passagem para o resto do país. Os outros municípios da RCI se caracterizam pelo processo de urbanização e industrialização. A acumulação regional de capital se vincula à visão de progresso ligado ao trabalho, e ambos se tornam valores importantes no ideário coletivo. A elaboração da identidade étnica e da memória social é feita a partir das experiências ligadas ao contato e às tensões com os brasileiros.⁸⁷

Os divisores entre a segunda e a terceira fase podem ser considerados como sendo o massacre dos colonos em praça pública em 1936, em função de brigas políticas e ideológicas, e a abertura da BR-116, em 1941, tida unanimemente como o evento que tirou Antônio Prado do circuito de modernização socioeconômica da região.⁸⁸

O terceiro momento é caracterizado na memória coletiva como de isolamento e discriminação. A falta de estrada e de ponte sobre o rio das Antas⁸⁹, com o advento do automóvel e do transporte rodoviário de cargas, dificulta o acesso de mercadorias e pessoas. O progresso e a modernização estancam, e são proferidos discursos de discriminação política. Há um descompasso entre a modernização desejada, mas nunca alcançada.⁹⁰

Sinalizando para uma nova fase, a partir do tombamento se dá a inserção de “novas significações patrimoniais” ligadas à idéia do turismo como atividade de

⁸⁶ *Idem*, p. 249.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 256.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 239.

⁸⁹ A ponte no Passo Zeferino, sobre o rio das Antas, só foi concluída em 1968, sendo que estudos de Machado (2001) e Herédia e Machado (2001) apontam que lideranças de Caxias do Sul conseguiram transferir, em 1904, para o Passo do Korff, uma ponte que estava projetada para o Passo do Zeferino, como previa o governo estadual. Essa construção permitiria que o município de Caxias do Sul se unisse aos Campos de Cima da Serra, garantindo sua inclusão no traçado comercial do país. Segundo Machado, em razão da articulação da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul com políticos, especialmente do Partido Republicano Riograndense, o projeto foi alterado, permitindo que Caxias continuasse como o centro dos núcleos coloniais, onde se desenvolviam atividades ligadas à agricultura, ao comércio e, mais tarde, à indústria. (MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008, p. 121)

⁹⁰ LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 256.

valor⁹¹ na sociedade local, além de discursos e práticas referentes à identidade social e à memória coletiva. Certamente, em função de essa inserção ser protagonizada pelos agentes do campo do patrimônio, ou ainda por empresários e intelectuais - fazendo uso basicamente dos meios de comunicação -, essa ação não se dá sem, como já explicitado anteriormente, a aplicação de relações de força e de sentido.

Considera-se que houve um ato de violência simbólica, a partir da imposição de significações com o tombamento, o que “foi valorizado, em termos de passado de Antônio Prado pelos agentes do campo do patrimônio – a madeira, a prosperidade da cidade numa época passada, a estagnação que conservou o acervo intacto – pode corresponder ao que muitos habitantes da cidade, num primeiro momento, não desejavam que fosse destacado como símbolo da cidade e de sua memória”.⁹²

As falas contrárias ao tombamento, além de invocarem segregação, discriminação e conspiração, entrelaçam-se com o ideário de modernidade segundo o qual o progresso não seria compatível com a manutenção do velho, representado pelas casas de madeira. Os contrários utilizam esse tema da memória local (conspiração *versus* progresso), unido com a questão do direito de propriedade (casa tombada como sinônimo de prejuízo), e fazem uma tomada organizada⁹³ de oposição ao tombamento, questionando a acepção de “patrimônio autêntico” e “cultura”.⁹⁴

Os favoráveis se caracterizam por um influente grupo na cidade, que se apropria da idéia de “cidade histórica” e contribui para a geração de uma ressemantização progressiva. Com o tombamento, uma nova dimensão foi incorporada à representação de identidade étnica - a Arquitetura.⁹⁵

O processo de reelaboração simbólica dos bens patrimoniais não se realiza de modo automático. A preservação decorrente da associação de um objeto, neste

⁹¹ *Idem*, p. 49.

⁹² *Ibidem*, p. 47-49.

⁹³ “Muitos proprietários, no entanto, sentiram-se lesados com o tombamento e resolveram unir-se em torno de uma associação que defendesse seus direitos. Flavio Citton lidera o movimento de 25 proprietários de imóveis, junto à Associação Pradense de Proteção dos Direitos dos Proprietários de Imóveis, fundada em dezembro de 1987. Ele explica que a associação não é contra o tombamento: ‘Somos contra a maneira que foi colocado o tombamento, como uma imposição.’ Eles defendem o direito dos proprietários que, como no seu caso, desejariam construir novas casas, mais confortáveis e seguras. ‘Não vale a pena investir nestas casas’, lamenta-se Citton.” (FERREIRA, Marlei. Caderno Sete Dias. Jornal Pioneiro. 10 e 11/fev/1990)

⁹⁴ LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 302/311.

⁹⁵ *Idem*, p. 205.

caso um conjunto edificado, a uma memória histórica dificilmente é compreensível ao conjunto de pessoas que são os potenciais beneficiários do processo.

[...] O reconhecimento social de um patrimônio [...] é o ingrediente necessário para fechar o círculo de legitimação e consagração no campo do patrimônio. Ao tombamento são somadas atividades complementares de preservação, congregadas atualmente sob a denominação de educação patrimonial.⁹⁶

⁹⁶ *Ibidem*, p. 107-108.

[...] O seu travesseiro, que teimosamente trouxera desde casa debaixo do braço, estava feio, manchado de tantas chuvas e da poeira da viagem. Ela o apertou contra si antes de pô-lo na cama. Deitada nele, a sua vida não ficava dividida em duas, uma do lado de cá e outra do lado de lá do mar.⁹⁷

2| DE MONUMENTO A DOCUMENTO

Partindo do pressuposto de que “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de função memorial”⁹⁸, pode-se considerar que Rosa Gardone, personagem do romance *A Cocanha*, faz de seu travesseiro um referencial memorial. Ele é o objeto material que permitirá a ela evocar em sua memória os cheiros, as formas, os familiares, os fatos, os lugares, enfim, a vida que tinha na Itália antes de partir com o marido, Aurélio Gardone, rumo ao Brasil. É uma forma, como ilustra o texto, de não partir sua vida em duas, mas de ligar o passado ao presente, buscando forças para construir o futuro no país da cocanha.

Guardadas as devidas proporções, considera-se que o monumento tem também essa função, é um objeto memorial construído no presente, para evocar o passado, mas com vistas a garantir a perpetuação dos feitos desse passado para o futuro. Partindo deste pressuposto e entendendo que os conceitos, ao longo do tempo, se atualizam, se completam ou se alteram, pretende-se entender como o conceito de monumentalidade, com função memorial, passou para uma visão mais abrangente de patrimônio. Embora os monumentos permaneçam como tal, a partir da década de 1960, houve uma inclusão de novos tipos de bens na categoria agora intitulada patrimônio. Observam-se, dessa forma, uma extensão tipológica, com edifícios modestos sendo reconhecidos; um alargamento cronológico, sendo que o passado está cada vez mais próximo; e uma ampliação geográfica, pois já não é só monumento isolado que conta: aglomerados, malhas urbanas e cidades podem ser considerados patrimônio. Além disso, registra-se um crescimento considerável do público do patrimônio.⁹⁹

⁹⁷ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2000, p. 153.

⁹⁸ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, p. 26.

⁹⁹ CHOAY, F. *Op. cit.*, 2006, p. 15.

Para apreender essas particularidades da evolução do conceito de monumento, chegando à diversidade atual de patrimônios, foi tomado como base o modelo francês. A justificativa disso reside no fato de que, sendo uma invenção européia, o patrimônio histórico deriva de uma mesma mentalidade e, a partir do momento em que se tornou uma instituição planetária, acaba fazendo com que todos os países se defrontem com as mesmas interrogações. Mas não se pode refletir sobre o papel do patrimônio histórico nas sociedades atuais sem referir que essa ideia foi sendo “constituída pelo acréscimo e fusão de fragmentos a princípio chamados de antiguidades, depois de monumentos históricos”.¹⁰⁰

O termo monumento, do latim *Monumentum*, significa trazer à lembrança alguma coisa, tocar pela emoção uma memória. Percebe-se claramente, pois, a intencionalidade desses elementos construídos de remeter à memória coletiva. Portanto, o sentido primeiro do monumento seria o que uma comunidade edifica para rememorar acontecimentos, ritos, sacrifícios e, por esta especificidade de atuar sobre a memória, para fazer o passado “vibrar como se fosse presente”. No entanto, não é qualquer passado, é um passado “localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”.¹⁰¹

O monumento se assemelha a um universal cultural em função de sua essência, que está na relação com o tempo vivido e com a memória, ou, dito de outra forma, com sua função antropológica. O restante - destinatários, gêneros e formas - são diversos e variáveis.¹⁰²

Entendido em seu sentido original, o monumento vai perdendo importância nas sociedades ocidentais, e o próprio termo vai adquirindo outros significados. De função memorial no presente, avança em direção aos valores estéticos e de prestígio. Já no século XVII, os dicionários refletem essa evolução registrando que os monumentos denotam o poder, a grandeza, a beleza, afirmam os grandes desígnios públicos, promovem estilos e falam à sensibilidade estética.¹⁰³

¹⁰⁰ *Idem*, p. 28-29.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 17-18.

¹⁰² *Ibidem*, p. 18.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 19.

Hoje, o sentido de “monumento” evoluiu, e ao prazer suscitado pela beleza do edifício sucedeu-se o “encantamento ou o espanto provocado pela proeza técnica e por uma versão moderna do colossal”.¹⁰⁴

A extinção da função memorial do monumento tem muitas causas, mas, entre elas, podem-se destacar: a importância crescente atribuída ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento, período em que o ideal de memória vai aos poucos sendo substituído pelo ideal de beleza; e o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a difusão das memórias artificiais, considerando que a “imprensa trouxe à escrita uma força sem precedentes no que diz respeito à memória”. O monumento simbólico, erigido para fins de rememoração, está praticamente fora de uso nas sociedades desenvolvidas, pois elas dispõem de técnicas mais eficientes de guarda da memória. O entusiasmo que era dedicado aos monumentos passou para os monumentos históricos.¹⁰⁵

Essas duas noções, que nos dias de hoje por vezes se confundem, têm alguns aspectos oponíveis. O primeiro diz respeito ao caráter de quase universalidade do monumento no tempo e no espaço, sendo que o monumento histórico é uma invenção bem datada¹⁰⁶ - as condições de criação e instituição dos monumentos históricos serão retomadas no decorrer do texto.

Outra diferença tem relação com a concepção: o monumento, segundo estudo de Alois Riegl do começo do século XX, tem criação intencional e função pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, “desejado e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte”.¹⁰⁷ Além disso, o monumento tem a finalidade de fazer reviver um passado mergulhado no tempo, ao passo que o monumento histórico relaciona-se com a memória viva e com a duração. As relações diferentes que mantêm entre si (os monumentos e os monumentos históricos) e com o tempo, com a memória e com o saber determinam uma diferença maior quanto à sua conservação. Os monumentos são de modo permanente expostos ao tempo, sendo que o esquecimento, o desapego e a falta de uso podem fazer com que sejam deixados de

¹⁰⁴ *Ibidem.*

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 20/25.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 25.

¹⁰⁷ *Ibidem.*

lado ou mesmo destruídos, se assim o grupo social o desejar. Já o monumento histórico, “uma vez que se insere em um lugar imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixado pelo saber, exige, dentro da lógica desse saber, e ao menos teoricamente, uma conservação incondicional”.¹⁰⁸

Após elucidar algumas variáveis envolvidas no conceito de monumento e de levantar algumas diferenças entre monumento e monumento histórico, serão elencadas também algumas etapas essenciais para entendimento da progressiva instauração do patrimônio histórico edificado. Cabe salientar que, para entendermos as motivações que estão na base das condutas patrimoniais das sociedades atuais, necessariamente devemos voltar às origens.¹⁰⁹

No século XV, na cena do *Quattrocento* italiano em Roma, “três discursos – o da perspectiva histórica, o da perspectiva artística e o da conservação” – contribuem para o surgimento de um novo objeto: reduzido apenas às antiguidades da civilização greco-romana, por e para um público limitado a uma minoria de eruditos, de artistas e de príncipes, ele nem por isso deixa de se constituir a forma original do monumento histórico.¹¹⁰ É também neste século que a emergência do patrimônio histórico, sob a denominação de antiguidades, ilustra o desdobramento do projeto humanista, sendo que sua descoberta é também a descoberta da arte como atividade autônoma da religião cristã. Sob este nome de antiguidades, o monumento histórico é um dos agentes que provocaram a grande ruptura da arte ocidental e o advento da arquitetura.¹¹¹

Nos séculos seguintes, até o século XVIII, o conteúdo da noção de antiguidades se amplia e alarga seu campo, sendo aos poucos dotado de uma nova coerência visual e semântica. Além da procura de objetos das civilizações-mães da Grécia, do Egito e da Ásia Menor em seus territórios, os eruditos europeus passam a “pesquisar suas próprias origens, atestadas por outros testemunhos materiais, que eles chamam de antiguidades nacionais”.¹¹²

Nesse ínterim, entre a segunda metade do século XVI e o segundo cartel do século XIX, as antiguidades são objeto de um imenso esforço de conceituação e de inventário, com a confecção de um grande aparato iconográfico, “um *corpus* de

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 25-27.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 29.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 205.

¹¹² *Ibidem*, p. 61.

edifícios, conservados apenas pelo poder da imagem e do texto, é reunido num museu de papel”. Essa pesquisa, meticulosa e paciente, será levada a cabo por eruditos, na época chamados de antiquários. Eles colocarão em prática a abordagem inaugural dos humanistas do século XV e formarão uma rede por todas as nações da Europa.¹¹³ Esse registro se especializa e se generaliza tanto, que a representação dos edifícios vai contribuir para que se complete e se firme o conceito de monumento histórico, que não por acaso recebe sua denominação no fim do século XVIII.¹¹⁴

A renovação iconográfica e conceitual das antiguidades não pode ser dissociada dos movimentos do saber da época das Luzes, sendo que ela se funda na importância e no novo estatuto que foi concedido à arte, na época. O círculo de apreciadores e colecionadores se amplia e se abre a novas camadas sociais.¹¹⁵

Esse amor à arte, que, a partir do Renascimento, exige a presença real do objeto, vai multiplicar coleções privadas e fazer surgir os primeiros museus de arte. O desenvolvimento dessas instituições “inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torná-lo acessível a todos pela substituição das descrições e imagens das compilações de antiguidades por objetos reais”. No entanto, essa prática vai gerar uma fragmentação das antiguidades arquitetônicas, uma vez que vários monumentos serão fragmentados predatoriamente, em nome do enriquecimento de coleções públicas e privadas. Como a conservação e a proteção dos monumentos ainda não são praticadas, o que sobra são as ruínas.¹¹⁶

Os estudos dedicados às antiguidades estão inscritos na grande corrente que desvalorizou o testemunho da palavra e da escrita, em proveito do testemunho da visão e da representação iconográfica. [...] As pesquisas dos antiquários acompanharam as dos naturalistas e participaram, com elas, da criação de uma civilização da imagem: instrumento de análise do mundo e suporte da memória.¹¹⁷

Com a derrubada do poder da aristocracia e da Igreja e a instauração de um novo Estado na França, em 1789, se impõe um ato jurídico que determina que todos os bens do clero, dos emigrados e da Coroa sejam colocados “à disposição da

¹¹³ *Ibidem*, p. 62.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 83.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 85.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 89.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 205-206.

nação”. A metáfora usada para designar esse tesouro devolvido ao povo através da Revolução é a do espólio, com palavras-chave como herança, sucessão, patrimônio e conservação. Essa noção de patrimônio transcende as barreiras do tempo e do gosto, sendo que, na categoria de bens imóveis, engloba antiguidades nacionais, greco-romanas e até a herança arquitetônica moderna. Esse conceito de patrimônio induz a uma homogeneização do sentido dos valores.¹¹⁸ Na França revolucionária, o valor nacional é o primeiro, fundamental, que legitimou todos os outros e dos quais é indissociável.¹¹⁹

A regulamentação de proteção aos bens confiscados é feita pelo governo revolucionário, como reação aos atos de vandalismo. A destruição contrariava os ideais iluministas de acumulação e difusão do saber, e a justificativa para o surgimento da legislação seria o interesse desses bens para a instrução pública. Os bens passam a ter também “um valor como documento da nação, e se converteram em objeto de interesse não apenas cultural como também político”.¹²⁰

A quantidade de bens confiscados gera dificuldades de gerência e, conseqüentemente, a necessidade de elaboração de um método para inventariar e definir regras de gestão para essa herança. Surge então, em primeiro lugar, a figura do tombamento, o qual deveria ser realizado de acordo com categorias. O patrimônio é dividido em duas categorias, móveis e imóveis, sendo que esta distinção figura até hoje na base da legislação francesa sobre monumentos históricos. O tratamento também será diferenciado para cada bem: os móveis serão transferidos para edifícios abertos ao público, os museus, que têm por função servir de instrução à nação. Os imóveis ensejam problemas no sentido de que não havia recursos técnicos e financeiros para manutenção, além da necessidade de inventar novos usos para os edifícios que haviam perdido sua função original.¹²¹

A década de 1820 vai marcar a afirmação de uma mentalidade que rompe com a era dos antiquários e com a política de preservação da Revolução Francesa. Já na década de 1850, apesar do descompasso da industrialização, a maioria dos países europeus havia consagrado o monumento histórico. No século XIX, a consagração institucional do monumento histórico lhe dá estatuto temporal diferenciado, e ele adquire a “intensidade de uma presença concreta e é instalado

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 98-99.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 116-117

¹²⁰ FONSECA, M. *Op. cit.*, 2005, p. 58.

¹²¹ CHOAY, F. *Op. cit.*, 2006, p. 99-105.

num passado definitivo”. O monumento se reveste, então, de um papel memorial impreciso, que parece lembrar as mudanças impostas pelo processo de industrialização às habilidades dos seres humanos.¹²²

O corte provocado pela industrialização, independentemente de datas e de país, representa:

[...] uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual começa a modernidade. [...] A revolução industrial como processo em desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial. Como processo irremediável, contribuiu para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando à proteção do monumento histórico, e, para fazer da restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte.¹²³

Na França, a noção de monumento histórico prevaleceu por todo o século XIX até a década de 1960. O marco simbólico para esse término é a redação da Carta de Veneza¹²⁴, que, apesar de refletir a complexidade das discussões em torno dos valores e das práticas do monumento, ainda usa o quadro teórico e prático que se criou no século XIX.¹²⁵

A partir da década de 1960, o culto ao patrimônio sofre uma metamorfose quantitativa, derivando de um conjunto de processos solidários que, na França, reforçam a política cultural do Estado e, em outros lugares, apressam seu estabelecimento. Monumento histórico e patrimônio histórico são duas expressões que deixam de ser sinônimas, pois, a partir dessa década, os monumentos históricos já não representam senão “parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem”.¹²⁶

A *mundialização dos valores e das referências ocidentais* contribuiu para a expansão das práticas patrimoniais. Essa expansão foi simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972, pela

¹²² *Idem*, p. 206.

¹²³ *Ibidem*, p. 127.

¹²⁴ Este documento, publicado em 1966, marca a retomada, depois da Segunda Guerra Mundial, dos trabalhos teóricos relativos à proteção dos monumentos históricos, no contexto de um público internacional mais amplo. O primeiro texto internacional desse gênero foi publicado em 1931 – Carta de Atenas -, sob a égide da Sociedade das Nações, mas ainda era estritamente europeu. (CHOAY, F. *Op. cit.*, 2006, p. 125)

¹²⁵ CHOAY, F. *Op. cit.*, 2006, p. 125-127.

¹²⁶ *Idem*, p. 12.

Assembléia Geral da UNESCO. Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico.¹²⁷

Em termos de cronologia, quanto à eleição dos patrimônios, observa-se um deslocamento para um passado cada vez mais próximo. As fronteiras de seu domínio ultrapassam os limites da era industrial, sendo que os produtos da indústria adquirem o mesmo privilégio e direitos à conservação que as obras de arte arquitetônicas e as laboriosas realizações da produção artesanal. Em paralelo, impõe-se uma expansão tipológica do patrimônio histórico: um mundo de edifícios modestos - nem memoriais, nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por disciplinas novas como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas, a arqueologia medieval - foram integrados ao *corpus* patrimonial.¹²⁸

*O grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos – aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos sucedeu um grupo em escala mundial.*¹²⁹ (grifos no original)

O Estado francês passa a promover e controlar os “ritos de um culto oficial do patrimônio histórico que se tornou parte integrante do culto da cultura”. Nesta conjuntura, a cultura perdeu seu “caráter de realização pessoal, tornou-se empresa e logo indústria”. Os monumentos e o patrimônio histórico passam a ter duas funções: “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”. Um vasto aparato público e privado explora os bens culturais por todos os meios, com a intenção de multiplicar indefinidamente seus visitantes. O patrimônio passa a adquirir um valor para além de seu uso, também econômico.¹³⁰

Abarcar o universo das variáveis envolvidas na expansão, sem precedentes, dos valores, significados, usos e abordagens relativas ao patrimônio, requer muito mais do que o relato realizado. No entanto, para este estudo, nos cabe entender a evolução do conceito de monumento e o que ele representou, associando-o ao seu mais novo par, o monumento histórico. Esta abordagem permitiu o discernimento de

¹²⁷ *Ibidem*, p. 207.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 209.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 210.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 210-211.

que um conceito vai englobando o outro e adicionando novos valores e ideias ao que o sucede. Nada nasce do acaso, e sempre uma conjuntura permite inovações; acredita-se, pois, que o mesmo aconteceu quando a noção de patrimônio histórico passou a abarcar a de monumento histórico.

Na França, como já visto, a noção de patrimônio emerge no contexto da revolução francesa, cuja instauração de um novo tipo de Estado confisca os bens do clero e da Coroa. Por esse ato surge a noção de patrimônio nacional, porque se entende que identificando, inventariando e registrando os bens constituintes da nação se estaria devolvendo ao povo esses bens, que lhe foram negados pela forma anterior de governo. O que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional da França é, portanto, um patrimônio constituído por exemplares oriundos da elite.

Esses bens, que serão então designados com o termo patrimônio, como já citado anteriormente, passaram também a ter um valor como documento, com interesses culturais e políticos, pois são representativos da nação. Essa ideia de posse coletiva que o Estado coloca é parte do exercício de cidadania, ou seja, o conjunto de bens de valor cultural que passou a ser propriedade da nação seria, portanto, posse de todos os cidadãos. A construção do que é chamado patrimônio histórico e artístico nacional tem, dessa forma, duas motivações: “uma prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e uma ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens”.¹³¹

O patrimônio da nação ou “de todos”, bens heterogêneos e de diferentes procedências homogeneizados simbolicamente pelo texto legal francês, passa a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação (inventário, classificação, proteção) e, principalmente, definição de um campo de atuação política. Também se criou uma ordem discursiva própria, um corpo de conceitos.¹³²

Embora na França a ideia de patrimônio tenha surgido atrelada ao processo revolucionário e tenha abarcado todo o universo de bens confiscados após a revolução, seu modelo de política de preservação predominou entre os países europeus e foi exportado, na primeira metade do século XX, para os países da América Latina, inclusive o Brasil. Esse modelo, estatal e centralizador, se

¹³¹ FONSECA, M. *Op. cit.*, 2005, p. 58.

¹³² *Idem*, p. 58-59.

desenvolveu em torno da noção de patrimônio de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado.¹³³

A abordagem do caso brasileiro será feita na sequência deste trabalho, tendo como objeto de reflexão a cena que propiciou a criação, dentro do aparato do Estado, de um órgão específico com a incumbência de eleger e proteger os bens patrimoniais. Além disso, busca identificar os momentos em que a ampliação do conceito de patrimônio, a nível mundial, passa para a realidade prática no Brasil, tomando como base os tombamentos.

No entanto, antes desta abordagem, fez-se necessária uma incursão no processo de formação dos estados nacionais. A intenção foi reconhecer elementos que os estados usaram para se legitimar e o papel que tiveram a memória coletiva e a memória histórica nesse processo, sem deixar de considerar, certamente, o paradoxo entre tradição e modernidade que caracteriza esta época. A partir dos temas explicitados, fez-se premente avaliar a temática do popular e do nacional, que, a exemplo de outros países, também é constante na história da cultura brasileira.

[...] O que mais faço é enviar ofícios ao Palácio do Governo, reclamando providências. Estamos fornecendo ferramentas, sementes e um pequeno subsídio. Esse subsídio devia ser para dezoito meses, tempo de o colono roçar, plantar e colher seu produto. Mas para os que estão chegando agora, só consigo fornecer subsídio para alguns dias. [...] Tenho visto muitas cartas enviadas da Itália. A corrente de imigração ainda não parou, deve seguir por muitos anos. Temos que fazer das tripas coração, meu caro poeta.
- Os governos sempre estão longe. Não veem, não sentem.¹³⁴

2.1 OS ESTADOS NACIONAIS E O POPULAR

Nos séculos XVIII e XIX, a Europa assiste ao processo de construção das nações, sendo que alguns autores salientam a questão da invenção da “identidade

¹³³ *Ibidem*, p. 62.

¹³⁴ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2000, p. 178.

nacional” a partir de elementos estruturadores. Esses elementos são sinais que devem cristalizar a memória coletiva: “uma história que estabelece continuidade com os antepassados, uma série de heróis significativos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, lugares marcantes e uma paisagem típica, uma mentalidade particular, representações oficiais (hino e bandeira), edificações pitorescas, costumes, pratos típicos ou um animal emblemático”.¹³⁵

Ao longo dos anos, várias áreas do conhecimento têm discutido sobre os objetos produzidos ou inventados pela memória coletiva, os “objetos do patrimônio”.¹³⁶ Cabe ressaltar, pela especificidade deste trabalho, que, ao longo da história, o urbanismo e a arquitetura, foram utilizados para traduzir no espaço algumas ideologias políticas, religiosas e raciais. Os exemplos desse processo são numerosos: a invenção do ghetto hebraico, a segregação nas cidades sul-africanas, a arquitetura fascista na Itália, a arquitetura positivista no Rio Grande do Sul, etc. Desse modo, o patrimônio arquitetônico e urbano se torna também uma concretização do discurso de construção da identidade.¹³⁷

Toda construção de identidade, seja ela nacional, religiosa, cultural ou étnica, necessita reencontrar pontos de referência espaciais, sejam eles de cidades míticas, de estilos arquitetônicos particulares ou de técnicas construtivas. A arquitetura nestes processos de invenção da identidade foi selecionada e “manipulada”, como a música ou a arte culinária, tornando-se depois *nacional, regional, vernacular...* fazendo parte, definitivamente, do grande mundo do patrimônio.¹³⁸ (grifos no original)

Mas cabe lembrar que a identificação desses elementos quase sempre é realizada por intelectuais ligados à elite, buscando no povo e nas suas tradições a “essência” da nação. O que é identificado e escolhido como elemento constitutivo das tradições nacionais é recriado segundo os moldes ditados pelas elites cultas e com nova roupagem, desenvolvido, digerido e devolvido a todos os cidadãos.¹³⁹

Como vimos anteriormente, a noção de patrimônio, atrelada à ideia de nação, é um conceito datado e produzido no contexto desta sociedade ocidental moderna. Mas o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional só se definiu quando o

¹³⁵ THIESSE, 1999. *Apud*, BIASE, Alessia de. *Ficções arquitetônicas para a construção da identidade*. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 16, dezembro de 2001, p. 173-188., p. 178.

¹³⁶ BIASE, A. *Op. cit.*, 2001, p. 178.

¹³⁷ *Idem.*

¹³⁸ *Idem.*, p. 178-179.

¹³⁹ ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 36). 5ª reimp. 14ª Edição de 1990, p. 18.

“Estado assume, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a quem foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação”.¹⁴⁰

[...] a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados *agentes*, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, *delimitam um conjunto de bens* no espaço público. Pelo *valor* que lhes é atribuído, enquanto *manifestações culturais* e enquanto *símbolos da nação*, esses bens passam a ser merecedores de *proteção*, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no *nível simbólico*, tendo como objetivo reforçar uma *identidade coletiva*, a educação e a formação dos cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação.¹⁴¹ (grifo nosso)

A questão do patrimônio se situa, então, numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação.¹⁴²

Alguns autores trabalham com a ideia de que a identidade coletiva é quem vai, em alguns casos, subsidiar a formação de uma identidade nacional, ou ainda que a identidade nacional seja um tipo de identidade coletiva. Porém, o que não pode deixar de ser considerado é que tanto a memória quanto a tradição são importantes nos processos de constituição das identidades, pois elas balizarão o reconhecimento dos elementos constituintes dessas identidades.

Como o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais, “não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda [...] ninguém pode se lembrar a não ser em sociedade, pela lembrança ou evocação, portanto recorrendo aos outros ou a suas obras”.¹⁴³

O primeiro pesquisador a afirmar que as memórias são construídas por grupos sociais foi Maurice Halbwachs, na década de 1920. Para ele, são os indivíduos que lembram no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável, o que é a memória como reconstrução do passado.¹⁴⁴

¹⁴⁰ FONSECA, M. *Op.cit.*, 2005, p. 37.

¹⁴¹ *Idem*, p. 20.

¹⁴² *Ibidem*, p. 51.

¹⁴³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 21-23.

¹⁴⁴ BURKE, Peter. *Variiedades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 70.

Só lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes do pensamento coletivo. A lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado, sendo que a sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado e em seu conjunto.¹⁴⁵

O indivíduo participa, então, de dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória individual não está inteiramente isolada, fechada, na evocação do próprio passado; em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras. O funcionamento da memória individual não é possível sem os instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.¹⁴⁶

Dessa forma, tem-se o estabelecimento de uma dicotomia: a memória histórica tem relação com o tempo, reconstruindo os dados fornecidos pelo presente da vida social e projetando-se sobre um passado reinventado; e a memória coletiva tem relação com o espaço e magicamente recompõe o passado.¹⁴⁷

A memória coletiva não se confunde com a história, pois a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. Em geral, a história começa onde termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. A história, com o registro, compartimenta, delimita períodos, isto é, é um painel de mudanças que fixa seu olhar no conjunto, examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. A memória coletiva não apresenta linhas de separação claramente traçadas, como na história, mas apenas limites irregulares e incertos, ou seja, é um painel de semelhanças, fixa sua atenção no grupo, por um período médio da sua vida, e se reconhece nas imagens sucessivas.¹⁴⁸

Existem muitas memórias coletivas, e toda memória coletiva tem como suporte um grupo delimitado no tempo e no espaço. O tempo só nos importa na medida em que nos permite reter e lembrar os acontecimentos que ali ocorreram; em virtude disso, o contexto temporal pode ajudar a lembrar melhor. Não é o número

¹⁴⁵ HALBWACHS, M. *Op. Cit.*, 2006, p. 41/69.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 69.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 13.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 100-109.

de lembranças que importa; enquanto o grupo não muda sensivelmente, o tempo que a sua memória abrange pode se alongar. Quando o grupo se transforma, um tempo novo começa, mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do novo. O tempo é limitado e relativo, embora tenha uma realidade plena. É bastante amplo para oferecer às consciências individuais um contexto de respaldo suficiente para que estas possam nele dispor e reencontrar suas lembranças.¹⁴⁹

Com relação ao espaço, não existe memória coletiva que não aconteça num contexto espacial. O espaço é uma realidade que dura e é nele que nosso pensamento tem que se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. Não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenham alguma relação com o lugar, com uma parte do espaço.¹⁵⁰

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. O lugar ocupado pelo grupo é a reunião de todos os termos: cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros desse grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos ao que nela havia de mais estável.¹⁵¹

Os costumes modernos repousam sobre camadas antigas. O passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes invisíveis, que ocasionalmente podemos perceber na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por pessoas e ambientes. É no passado vivido, mais do que no aprendido pela história escrita, que se apoiará a memória. A lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. Podemos chamar de lembranças muitas representações que, pelo menos parcialmente, se baseiam em testemunhos e deduções – a parte do social, do histórico da memória que temos do nosso próprio passado, é bem maior do que podemos imaginar.¹⁵²

No entanto além da memória social, precisamos considerar a amnésia social,

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 149/156.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 170.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 159-160.

¹⁵² *Ibidem*, p. 87/ 91.

ou seja, a organização social do esquecer, onde figuram regras de exclusão, supressão ou repressão, além da questão de quem quer que esqueça o quê e por quê.¹⁵³

Levando-se em conta as análises anteriores dos conceitos de memória e amnésia social e como eles influem na história e na tradição, cabe destacar que a “memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto de cultura no sentido de trabalho produzido, acumulado e refeito através da história”.¹⁵⁴

A tradição significa, assim, que práticas, saberes e atos herdados do passado são repetidos de geração em geração, desde que portadores de valor e significação para um grupo em particular. No entanto, cabe considerar que uma tradição é “um pedaço de passado cortado pela medida do presente”¹⁵⁵, ou seja, escolhemos no presente os aspectos da tradição que queremos que perdurem. A tradição passa a ser, então, algo que pode servir de inspiração ao moderno; estando sujeita à reinterpretações, adquire outro significado, possivelmente como um registro patrimonial de um grupo.¹⁵⁶

Essas transformações adquirem maior alcance e velocidade, e a modernidade que atinge os grupos e modifica seus espaços passa a ser vista como o fim da tradição. No entanto, a modernidade coloca à disposição das coletividades um conjunto de referentes – alguns antigos, como a etnicidade, o local, o regional, e outros recentes, resultantes da mundialização da cultura – para a constituição de grupos. Cada grupo social deles se apropriará de maneira diferenciada, na elaboração de sua identidade coletiva. Nesses termos, a modernidade pode ser, muitas vezes, a recriação de algo que já existe no passado, na tradição, e que foi usado para constituir a identidade.

Situando historicamente as implicações dessas permanências ou mudanças na experiência do cotidiano e nos modos de viver das pessoas, têm-se três fases na história da modernidade: na primeira, que compreenderia o início do século XVI até fins do século XVIII, as pessoas começam a experimentar a vida moderna, mas não

¹⁵³ BURKE, P. *Op. cit.*, 2006, p. 85.

¹⁵⁴ BOSI, Alfredo. *Cultura como tradição*. In: Cultura brasileira : tradição/contradição. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, Funarte, 1997, p.53.

¹⁵⁵ G. LENCLUD, *Qu'est-ce que la tradition*, 1994. In: JOURNET, Nicolas. *Cultura e Tradição*. Trad. Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro e José Clemente Pozenato. Polígrafo disciplina: Tradição popular e expressão oral. Profa. Dra. Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro. 2º semestre/2009.

¹⁵⁶ MURARI, Luciana. *Região, memória e modernidade*. Anotações pessoais no Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 1º semestre/2009.

têm ideia do que as atingiu; na segunda fase, que abarcaria o fim do século XVIII e o século XIX, o público partilha o sentimento de viver uma era revolucionária, mas ao mesmo tempo ainda lembra o que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro; e o período seguinte, em parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, é caracterizado pelo processo de modernização que se expande a ponto de abarcar virtualmente todo o mundo, sendo que a cultura mundial do modernismo atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Mas, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos.¹⁵⁷

Vale registrar que, do ponto de vista conceitual, a modernidade é tomada como os processos de mudança que aconteceram no mundo com o surgimento da sociedade capitalista, ao passo que modernização diz respeito aos processos mais concretos, que podem ser traduzidos pela burocratização, a qual tem origem na separação da religião e da política e nos processos de transformação demográfica ou de desenvolvimento tecnológico. Já o modernismo é uma resposta estética à modernidade e registra uma mudança de paradigma nas artes e na investigação subjetiva da linguagem. “O modernismo é uma perturbada e fugidia resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização.”¹⁵⁸

É nesse contexto que a Europa vive uma era revolucionária e tem seu cotidiano alterado pela relação dialética entre a tradição e a ruptura. São vários os autores que especulam sobre o tema. Alguns defendem que não houve ruptura, e outros a caracterizam como o motor da modernidade. Se não houve ruptura, no sentido amplo e irrestrito, podemos identificar no mínimo uma crise instaurada com o advento da modernidade, embora ela tenha se valido dos elementos da tradição para consolidar o Estado-Nação.

A corrente que prevê o fim da tradição se liga ao progresso do conhecimento e posiciona-se contra as tradições e as superstições. Com o advento da Cultura das Luzes, acontecerá um afastamento de fato, pois as conquistas da ciência e da técnica permitem apreender a faculdade específica da razão, que não é apenas

¹⁵⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar* (a aventura da modernidade). Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.16.

¹⁵⁸ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 97.

lugar de acumulação de conhecimentos, mas também de sínteses ulteriores. O progresso do conhecimento, uma vez iniciado, parece não conhecer limitações e estaria destinado a queimar toda a tradição.¹⁵⁹

Aqui cabe considerar que alguns estudiosos destacam o papel da grande e da pequena tradição, embora, deve-se ressaltar, certos mediadores sempre possibilitaram uma interação entre elas.¹⁶⁰

A grande tradição (douta) seria representada pela escrita, aquela que as instituições preservam e registram, e, considerando que são os detentores do poder que elegem o que se considera digno de preservação, estaria ligada ao que mais tarde se convencionou chamar de cultura erudita. Já a pequena tradição (laica) seria representada pelo que a memória preserva (ela guarda aquilo que é essencial para conservar o regramento da vida individual e coletiva) e equivaleria ao que hoje conhecemos como cultura popular. Cabe destacar que o conceito tradição era discutido já no século XVIII, tendo precedência sobre o conceito de cultura, que inaugurará sua abordagem no século XIX.¹⁶¹

O Iluminismo não conseguiu apagar totalmente, ao nível da reflexão doutra, o problema da tradição como função e, sobretudo, como estrutura antropológica, ou seja, os intelectuais tinham à sua frente, pelo menos, a cultura, os comportamentos e as tradições dos estratos sociais subalternos. A maior parte da sociedade da época, nas vésperas da revolução industrial, vivia segundo tradições e costumes antigos, sem ser capaz de refletir sobre eles, a ponto de Voltaire (1756) afirmar que “as tradições, os hábitos e os usos abrangem um domínio bem mais vasto que o da natureza ou da razão pura, ainda que caiba à razão a tarefa de registrar na história uma função de progressiva elucidação das alternâncias entre obscurecimentos e renascimentos”.¹⁶²

Na verdade, as tradições são recuperadas sob diversos aspectos. Um deles interessa-nos particularmente, já que diz respeito ao seu uso, pela burguesia da época romântica e pós-romântica, como uma “poderosa mola ideológica para a

¹⁵⁹ ARIÈS, P. *Educação*. In: *Vida-morte-tradições-gerações*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1997. Enciclopédia Einaudi, v. 36, (p. 167-197), p. 175-176.

¹⁶⁰ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 84.

¹⁶¹ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Tradição popular e expressão oral*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre/2009.

¹⁶² ARIÈS, P. *Op. cit.*, 1997, p. 178.

formação dos Estados nacionais e a liberalização dos mercados”.¹⁶³

A noção de tradição, ou o seu mito, aparecerá intimamente ligada ao processo de inovação, representada pela Nação e pela Pátria, sendo vista como herança ou recuperação de valores antigos. Aqui cabe ressaltar as múltiplas possibilidades de inserção do passado no presente, dos intensos processos históricos que alternam conservação e inovação. Sob este ponto de vista:

[...] não existe sociedade sem tradições, não existe sociedade na qual os conteúdos culturais e estruturais que caracterizam as suas dinâmicas históricas não se manifestem como a intersecção perenemente mutável entre um patrimônio marcado pelo passado e as constantes exigências de inovação que surgem em todos os níveis da vida coletiva. [...] a tradição apresenta-se como uma instituição particular, sobre a qual toda a sociedade ‘desliza’, mesmo quando domina os processos inovadores mais radicais.¹⁶⁴

A tradição identifica-se com a verdade, tendo como garantia dela crenças, enunciados, visões de mundo ou comportamentos, e, quanto mais esses elementos remontam a épocas distantes, mais reclamam um direito quase automático à legitimação.¹⁶⁵ Por isso, muitas nações vão buscar suas origens ou sua herança num passado longínquo, caindo por vezes em “tradições inventadas”. O estudo destas tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade, sendo que ele esclarece as relações humanas com o passado, porque elas – as tradições inventadas –, na medida do possível, utilizam a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.¹⁶⁶ O fenómeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se atenção devida à invenção das tradições, o que faz perceber um paradoxo curioso: as nações modernas geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, afirmam estar enraizadas na mais remota antiguidade.¹⁶⁷

No final do século XVIII e no início do século XIX, esta antiguidade vai ser buscada na cultura popular tradicional, justamente no momento em que estava começando a desaparecer, pois, mesmo antes da Revolução Industrial, a cultura popular tradicional vinha sendo transformada pelo crescimento das cidades, pela melhoria das estradas e pela alfabetização, isto é, pelo fato de o centro estar

¹⁶³ *Idem*, p. 166.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 191-192.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 180.

¹⁶⁶ HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. *In*: A invenção das tradições. Org. Eric Hobsbawn e Terence Ranger. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico, v. 55), p. 21.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 22-23.

invadindo a periferia. Nesse contexto, os intelectuais europeus passam a ter o povo como tema de interesse e identificação, passando a estudar e re-significar os elementos de sua tradição, convertendo-os em símbolos da nação. Dessa forma, o povo passou a ser visto como guardião da memória material para a construção da ideia de nação, e essa ideia, que veio dos intelectuais, é imposta a este mesmo povo, constituído por artesãos e camponeses, que tinha nesse período uma consciência mais regional do que nacional.¹⁶⁸ Uma cultura nacional nunca foi simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural, sendo que a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, isto é, pela supressão forçada das diferenças culturais.¹⁶⁹

Como já exposto, os intelectuais fizeram uso da memória coletiva para identificar as tradições, para reconhecer elementos de identificação grupal num passado mais remoto possível, com o intuito de converter esses símbolos em marcas de identificação grupal. O povo, tomado como tema de interesse, vai emprestar, em muitos casos, suas tradições para a elaboração de símbolos nacionais, numa ilusão de coesão do sentimento de identidade nacional.

Não vai ser diferente no Brasil. É interessante perceber que uma das peculiaridades da dinâmica da cultura brasileira é o processo de apropriação das manifestações culturais e sua subsequente transformação em símbolos de identidade nacional. Embora isso aconteça em outros países, aqui esse processo parece ser mais intenso.¹⁷⁰

Outra peculiaridade da cultura brasileira parece residir no fato de que, em países desenvolvidos de tradição democrática, a exemplo de Estados Unidos e Inglaterra, as diferenças sociais e econômicas são mais reduzidas, ainda que as fronteiras culturais sejam bem demarcadas. Já no Brasil, a sociedade apresenta imensas diferenças sociais e econômicas, mas se verifica a tendência de transformar as manifestações culturais em símbolos de coesão social que são manipulados como forma de identidade nacional.¹⁷¹

¹⁶⁸ BURKE, P. *Op. cit.*, 1989, p. 31-44.

¹⁶⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 59.

¹⁷⁰ OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. 4ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989, p. 72.

¹⁷¹ *Idem*, p. 73.

A eleição de itens culturais produzidos originalmente por grupos dominados, por produtores de símbolos nacionais e de massa no Brasil, apresenta vantagens políticas. A incorporação de símbolos serve para manter uma dominação disfarçada: “a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não apenas oculta uma situação de dominação racial, mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la”.¹⁷²

Quando se estuda a identidade, deve-se perceber a distinção entre os movimentos sociais e as manifestações culturais. Os fenômenos culturais sempre encerram relações de poder, mas nem sempre como expressão imediata de consciência política ou programa partidário.

Os movimentos populares não coincidem com expressões populares – agem como filtro – privilegiando alguns aspectos da cultura e esquecendo outros. A cultura enquanto fenômeno da linguagem é sempre passível de interpretação, mas em última instância são os interesses que definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação. Os intelectuais têm neste processo um papel relevante, pois são eles os artífices deste jogo de construção simbólica.¹⁷³

Se “toda identidade é uma construção simbólica”¹⁷⁴, estariam eliminadas as dúvidas sobre a veracidade ou falsidade do que é produzido; portanto, a discussão clássica da cultura brasileira – sobre sua autenticidade – perderia o sentido: “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”.¹⁷⁵

No Brasil, existe uma história da identidade e da cultura que corresponde aos interesses de diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado. Dessa forma, a “luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima”.¹⁷⁶

Através de uma relação política se constituem também identidades, e a questão não é saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os “verdadeiros valores brasileiros”, mas, sim, saber quem são os artífices dessa identidade ou memória que se querem nacionais, a que grupos se vinculam e a que interesses servem. Em relação ao Brasil, o Estado é que vai representar a totalidade

¹⁷² FRY, 1997:47. *Apud*, OLIVEN, R. *Op. cit.*, 1989, p. 72.

¹⁷³ ORTIZ, R. *Op. cit.*, 2003, p. 142.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 8.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 9.

que transcende e integra os elementos concretos da realidade social. Por meio do mecanismo de reinterpretação, o Estado, através de seus intelectuais – mediadores simbólicos –, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressão da cultura nacional, como “expressões de brasilidade”.¹⁷⁷

Os mediadores têm a tarefa de deslocar as manifestações culturais de sua esfera particular e as articular numa totalidade que as transcende. Para Gramsci, a cultura popular seria heterogênea, constituída a partir da pluralidade da memória coletiva, já que os grupos sociais são portadores de memórias diferenciadas. Para dissolver essa heterogeneidade da cultura popular, o Estado lança mão da univocidade do discurso ideológico, produzindo construções de segunda ordem: a memória nacional e a identidade nacional. A memória nacional seria, então, uma transformação simbólica da realidade social e, por isso, não pode coincidir com a memória particular dos grupos.¹⁷⁸

No entanto, para se formar a memória nacional, vai se colocar na perspectiva da identificação e conservação dos valores populares, ou seja, vai se identificar com a própria memória popular.

Cabe considerar que a memória popular deve se transformar em vivência, pois somente dessa forma fica assegurada a sua permanência. Os fenômenos folclóricos são a base desta vivência, e a memória de um fato folclórico existe enquanto tradição e se encarna num grupo social que o suporta. A memória coletiva se apresenta, assim, como uma tradição dominante, tendo como base um grupo social determinado. Deve-se ressaltar, porém, que esse tipo de memória só pode existir enquanto prática que se manifesta no cotidiano do grupo.¹⁷⁹

Já a memória nacional se refere a uma história que transcende o sujeito e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano; ela é produto da história social e pertence ao domínio da ideologia. Portanto, é caracterizada não por ser propriedade particularizada de nenhum grupo social, mas por ser um universal que se impõe a todos os grupos, ao passo que a memória coletiva dos grupos populares é particularizada. Por isso, o nacional não pode se constituir como prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem.¹⁸⁰

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 139-140.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 138.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 133-134.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 139.

Sendo construções de segunda ordem, a memória e a identidade nacional dissolvem a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico. Por operar essa transformação simbólica, a memória nacional não pode coincidir com a memória particular dos grupos populares. Ela é, portanto, uma construção que se fundamenta numa reinterpretação, visto que o Estado, através de seus intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressões da cultura nacional.¹⁸¹

É explícita, pois, a relação entre popular, nacional e Estado:

O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo.¹⁸²

Dentro do tema de interesse deste estudo, em seguida será empreendida uma tentativa de identificar rapidamente os momentos históricos da cultura brasileira e os mediadores simbólicos que atuaram nesses períodos, na discussão e na eleição do que viria a constituir o nosso patrimônio histórico e artístico nacional. A intenção é entender o momento cultural que permitiu a concretização do tombamento de Antônio Prado.

[...] E pela janela podia ver o que se passava lá fora, nas ruas de terra abertas em meio ao casario pobre, de madeira, cercado de mata espessa por todos os lados. Começara a ser testemunha de uma civilização nascente. Conferiu a caneta, o tinteiro, as resmas de papel. Não escreveria ali nenhuma obra literária, apenas registros burocráticos. Mas, pensando bem, isso tinha até mais sentido. Cada uma das palavras que escrevesse estaria interferindo na vida e nos sonhos de pessoas reais, de carne e osso, e não de meros fantoches.¹⁸³

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 139-140.

¹⁸² *Ibidem*, p. 138-139.

¹⁸³ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2000, p. 177.

2.2 O MOSAICO BRASILEIRO

Hoje se tem a visão de que lembrar o passado e escrever sobre ele não são mais atividades inocentes, já que existem seleções inconscientes e conscientes, interpretações e, por vezes, distorções condicionadas ou influenciadas por grupos sociais. Essa atividade, portanto, não é obra de indivíduos isolados. Nem as memórias nem as histórias parecem hoje completamente objetivas ou isentas.¹⁸⁴

Além disso, cabe considerar, como vimos anteriormente, o papel que o Estado assume na era da modernidade. Ele vai ter papel fundamental na constituição da memória e da história que se quer nacional. A intenção é basicamente unificar um sentimento que permita que memórias ou identidades antes regionais sejam agora reconhecidas como de pertença a uma nação.

No Brasil, em termos de cultura, o governo vai atuar ora de forma direta, ora de forma indireta. Historicamente, nos primórdios, se considerava cultura brasileira somente o que a elite manifestava como tal, sendo que a intelectualidade tendia a defender a cultura popular dos ataques do progresso. Com a chegada da família real portuguesa, haverá uma difusão do modo de vida burguês, e a diferenciação econômica passará a ser também cultural.¹⁸⁵

No século XIX, começa a emergir uma corrente no sentido de valorizar o que é mais autenticamente brasileiro. Os autores românticos vão passar a exaltar as virtudes do caráter brasileiro, retratando predominantemente o índio e a vida rural – o negro não é retratado. O movimento romântico tenta construir um modelo de Ser nacional, mas lhe faltam condições sociais para discutir a problemática. Além disso, ele se volta para um passado glorioso para entender o presente, como aconteceu na Europa.¹⁸⁶

No final do século XIX, começa a declinar a hegemonia dos escritores românticos, e os intelectuais passam a explicar o atraso do povo brasileiro através da interação raça/meio.¹⁸⁷ Surge a ideologia do “Brasil cadinho de raças”, cujas bases preconceituosas vêm de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Eles pregam a superioridade racial do branco e consideram negros e índios como

¹⁸⁴ BURKE, P. *Op. cit.*, 2006, p. 70.

¹⁸⁵ OLIVEN, R. *Op. cit.*, 1989, p. 75-77.

¹⁸⁶ ORTIZ, R. *Op. cit.*, 2003, p. 37

¹⁸⁷ OLIVEN, R. *Op. cit.*, 1989, p. 77.

entraves ao processo civilizatório.¹⁸⁸ Nesse contexto, a imigração vai emergir para além de um significado econômico: terá uma forte dimensão ideológica, relacionada ao branqueamento da população brasileira.¹⁸⁹

A identidade nacional passa pelo pensamento do problema da mestiçagem moral e étnica:

[...] a temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica, concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. [...] construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente.¹⁹⁰

O mito das três raças surge num momento em que a sociedade brasileira sofre transformações profundas: passagem da economia escravista para a capitalista, do regime monárquico para o republicano, e inserção de mão-de-obra imigrante proveniente da Europa. Além disso, as primeiras décadas do século XX assistirão ao processo de urbanização e industrialização, ao desenvolvimento de uma classe média e ao surgimento de um proletariado urbano.¹⁹¹

O ano de 1922 será considerado um divisor de águas em termos de cultura. A Semana de Arte Moderna, manifestação cultural que trouxe a consciência histórica que estava dispersa no Brasil, vai consolidar o movimento modernista como um ponto de referência. A revolução de 1930 vai produzir mudanças orientadas politicamente, com o Estado procurando consolidar o desenvolvimento social. Em 1930, é fundada a Universidade de São Paulo, que dará uma reorientação para a historiografia brasileira. Em 1933, surge a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que representa uma continuidade das tradições, fora da instituição moderna da universidade. Essa obra vai transformar a negatividade da mestiçagem em positividade. A ideologia da mestiçagem se torna senso comum: o que “era mestiço torna-se nacional”, celebrado no cotidiano e nos grandes eventos, a exemplo do carnaval e do futebol.¹⁹²

Com a instalação do Estado Novo, procura-se transformar o conceito do homem brasileiro, e as qualidades como preguiça e indolência, consideradas

¹⁸⁸ ORTIZ, R. *Op. cit.*, 2003, p. 19.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 31.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 38-39.

¹⁹² *Ibidem*, p. 40-41.

inerentes à raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho. Há uma transformação cultural profunda, por meio da qual se busca adequar mentalidades às novas exigências do Brasil “moderno”. O mito das três raças não somente encobre os conflitos raciais, como também possibilita a todos se reconhecerem como nacionais.¹⁹³

Nesse contexto do Estado Novo e seu discurso nacionalista é que surge o primeiro órgão oficial encarregado de identificar o patrimônio histórico e artístico nacional, a SPHAN. Ela nasce “ancorada numa idéia básica que é o registro da nação, cuja face era preciso se tornar visível, não através da incorporação de traços da natureza, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse longa duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer”.¹⁹⁴ A atuação da SPHAN e as abordagens que realizou acerca do patrimônio ao longo dos anos serão retomadas no final deste item.

Nesse momento de grandes mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas, o mercado nacional vai se consolidando a partir de uma maior industrialização. Nessa época, emergirá também uma indústria cultural: o rádio se estabelece a partir de 1920, e a televisão a partir de 1950. O intervalo democrático de 1946 a 1964 faz emergir alguns órgãos que irão influenciar o conceito de cultura no Brasil. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) vai privilegiar uma história que está por ser feita, concebendo a cultura como um elemento de transformação socioeconômica; no entanto, suas ideias estavam distantes do pensamento da violência e da revolução. Esse instituto pensa o nacional não em oposição à luta de classes, mas a partir de uma determinada posição social no interior da história brasileira. O que ele procura é dar papel político às classes médias que se colocam como representantes legítimos do povo; nesse sentido, a proposta política pode até ser reformista, mas nunca revolucionária.¹⁹⁵

Já o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), constituído no período de 1962 a 1964, se vincula à filosofia do ISEB, mas com uma radicalização à esquerda. O CPC vai desenvolver uma ideologia a respeito da vanguarda artística, questionando a concepção conservadora da cultura popular.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 42-44.

¹⁹⁴ SANTOS, M. *Op. cit.*, 1996, p. 77-95.

¹⁹⁵ ORTIZ, R. *Op.cit.*, 2003, p. 45-67.

Para o CPC, a cultura popular seria definida em “termos exclusivos de transformação, ação de caráter fundamentalmente reformista, uma forma particular de consciência que deságua na ação política”.¹⁹⁶

O ano de 1964 foi um marco na história brasileira. Apesar de inaugurar um período de enorme repressão política e ideológica, significou também a emergência de um mercado que incorpora tanto empresas privadas como instituições governamentais. A modernização não chega somente na esfera administrativa, mas atinge também o comportamento dos indivíduos. O crescimento da classe média e a concentração de população nos centros urbanos vão permitir ainda a criação de um espaço cultural onde os bens simbólicos passam a ser consumidos por um público cada vez maior. Nesse contexto, o Estado é um elemento fundamental na organização e na dinamização do mercado cultural, ao mesmo tempo em que nele atua através de sua política governamental, sendo que a distribuição e criação dos produtos culturais reproduzem as contradições do próprio modelo capitalista brasileiro, que acentua as diferenças entre as regiões e reforça a divisão do trabalho entre cidade e campo. Nesse sentido, o “Estado deve estimular a cultura como meio de integração, mas sob o controle do aparelho estatal”.¹⁹⁷

O milagre econômico, entre 1969 e 1973, permite a realização de empreendimentos culturais e o surgimento de um Plano Nacional de Cultura, em 1975. Além disso, a política do turismo também gera um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular. Nesse período também se observa uma divisão de trabalho entre cultura de massa e cultura “artística”, sendo que o Estado deixa para as empresas privadas a administração dos meios de comunicação de massa e investe, sobretudo, na esfera do teatro, do cinema, do livro didático, das artes e do folclore. No entanto, não há oposição entre a esfera pública e a privada: o Estado é facilitador para a privada e torna-se o agente de normatização da esfera cultural.¹⁹⁸

Cabe registrar que os meios de comunicação de massa se desenvolvem e passam a se apropriar de temas do cotidiano, reelaborando-os com formulação ideológica de trânsito fácil. “Os meios de comunicação de massa em geral, mas a televisão em particular, constituem veículos de uma ação pedagógica a serviço de

¹⁹⁶ *Idem*, p. 71.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 83-86.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 87-88.

um processo de unificação do mercado material e simbólico que se traduz pela imposição diferencial da cultura dominante.¹⁹⁹ A televisão tem efeito desagregador sobre as culturas regionais, mas aglutinador sob o ponto de vista da nação, pois usa a cultura para vender a imagem da integração nacional.

Consolidando essa Política Nacional de Cultura, percebe-se que o Estado assume o discurso ideológico da pluralidade e usa-o para consolidar a idéia de unidade. Dessa forma, o discurso retoma a perspectiva do regionalismo como “filosofia social” e, como já registrado anteriormente, a identidade brasileira passa a ser explorada através da fórmula ideológica “unidade na diversidade”, que condensa duas dimensões – a variedade das culturas e a unidade do nacional.²⁰⁰

Mais atualmente, a partir da gestão de Portela, em 1979, se observa uma nova dimensão discursiva com relação às práticas culturais, e as falas remetem ao planejamento participativo voltado para o interesse comunitário das populações de baixa renda. A Secretaria de Assuntos Culturais trabalha com duas linhas na sua política, uma institucional - voltada a promoção de eventos - e outra comunitária - que tem a intenção de transformar em bens rentáveis a produção popular. Os intelectuais que trabalharam nessa gestão faziam oposição entre saber popular e cultura da elite.²⁰¹

O período pós-1979 se caracteriza por ser um momento de crise econômica, o que de imediato compromete a política cultural. Mesmo que, do ponto de vista da retórica, o Estado reconheça que é praticamente impossível a generalização de acesso à cultura, o programa plurianual da Secretaria de Assuntos Culturais prega o “trabalho de base junto às comunidades, visando sua conscientização para o valor do patrimônio cultural e natural da região, a descentralização e deselitização das atividades culturais, identificação e mobilização de animadores culturais espontâneos, o envolvimento de associações e lideranças comunitárias e a busca de fontes alternativas de recursos”. Essa política cultural comunitária proporcionaria ao Estado a possibilidade de intervir numa esfera da vida social sem abrir mão da sua política econômica recessiva.²⁰²

No Brasil, a temática do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional começa a

¹⁹⁹ MICELI, 1972:218. *Apud*, OLIVEN, R. *Op. cit.*, 1989, p. 79.

²⁰⁰ ORTIZ, R. *Op. cit.*, 2003, p. 93.

²⁰¹ *Idem*, p. 119.

²⁰² *Ibidem*, p. 122-123.

entrar na pauta das elites políticas e intelectuais no início do século XX. Até então, a preocupação das elites consistia na modernização das cidades, e não existia espaço para a recuperação de fragmentos do passado, pois progresso e civilização eram as palavras de ordem.²⁰³

A primeira atitude de preservação de objetos ligados à História do Brasil foi a fundação do Museu Histórico Nacional, em 1922. Outras ações com relação ao patrimônio imaterial também foram empreendidas pelo campo literário, que registrou o folclore nacional. No entanto, nesse período, o folclore não era considerado nem de longe patrimônio, uma vez que sua noção se restringia aos objetos materiais.²⁰⁴

Como já explicitado, é somente durante o Estado Novo que a questão do patrimônio se institucionaliza, com a implementação do Decreto Lei nº 25 de 1937. Do ponto de vista da cena cultural, o órgão surge afeito ao movimento moderno. Já na cena política, vive-se a instauração do Estado Novo.²⁰⁵

Esse decreto organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e instituiu o instrumento legal do tombamento. Foram criados, assim, os quatro livros do tomo: o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O decreto foi baseado no Anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema, então ministro da Educação de Getúlio Vargas. Nesse anteprojeto, a preocupação era exclusiva com os bens culturais, e não foram mencionadas paisagens naturais como um bem de valor patrimonial. O conceito de patrimônio, para Mário de Andrade, estava ligado à ideia da arte como fruto do engenho humano, e ele dá ênfase tanto à arte erudita quanto à arte popular. Seu interesse pelo popular o levou a considerar o valor das paisagens. “Através do tombamento de paisagens, os bens materiais impressos no espaço pelo trabalho coletivo, desassociados daquilo que considera como arte erudita, poderiam ser reconhecidos como patrimônio e preservadas.”²⁰⁶

Embora o Decreto Lei nº 25 tenha sido baseado nesse anteprojeto, ele sofreu

²⁰³ ABREU, Regina. *Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In: Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Org. Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornélia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 263-285.

²⁰⁴ *Idem*, p. 268-269.

²⁰⁵ FONSECA, M. *Op. cit.*, 2005, p. 82.

²⁰⁶ RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p.70-71.

algumas alterações consideráveis, principalmente por Rodrigo Mello Franco de Andrade, que se tornou presidente do então SPHAN nos primeiros 30 anos. O primeiro artigo do decreto define patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.²⁰⁷

Ele foi mais abrangente que o anteprojeto na medida em que considera a natureza como bem patrimonial, pois o valor de patrimônio pode ser dado a uma paisagem tanto por seus atributos naturais quanto culturais, conforme especificado no parágrafo segundo do mesmo artigo:

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.²⁰⁸

Apesar dessa legislação, nas primeiras décadas a Instituição, no quesito paisagem, atuou a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção de paisagem como panorama ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial.²⁰⁹

Desde o primeiro momento, a SPHAN vai assumir uma territorialidade, o lugar de uma tribo específica, que reúne grande número de intelectuais com intensa atuação no cenário cultural moderno da década de 1930. O grupo fundador será o responsável pela elaboração de um conjunto de representações, às quais procurarão dar caráter de universalidade, e para tanto vão buscar estratégias de legitimação, quer através da formação de uma sofisticada formação discursiva, quer através de um conjunto de práticas culturais, dentre as quais o tombamento é a mais importante.²¹⁰

Esse grupo vai enfrentar várias lutas simbólicas e políticas para poder anunciar e afirmar no espaço público suas concepções sobre o patrimônio. Investido de poder de decisão sobre o que deveria ou não ser tombado, vai metabolizando

²⁰⁷ IPHAN, 2006. *Apud* RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 71.

²⁰⁸ *Idem*, p. 72.

²⁰⁹ RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 72.

²¹⁰ SANTOS, M. *Op. cit.*, 1996, p. 77.

simbolicamente o patrimônio arquitetônico como construção da ideia de nação. O curioso é o fato de que o grupo que adquire dominância no campo da arquitetura moderna é também aquele que vai comandar as inscrições e o registro social do que representa o passado da nação brasileira.²¹¹

Os membros da Academia SPHAN exaltavam permanentemente o fato de que sua ação e seu discurso eram pautados por uma ética de responsabilidade pública. O conteúdo dessa ética era por eles articulado a partir da ideia de construção da nação, através de evidências culturais, históricas e estéticas. A construção de narrativas sobre o patrimônio apresentava um enorme poder persuasivo, na medida em que assumia em sua retórica a ideia recorrente de salvar a tradição, o passado, mantendo-os vivos na rememoração do espaço público.²¹²

O importante a destacar nas narrativas sobre o patrimônio é que, neste discurso, a identidade da nação é pensada através da ideia de testemunho. O monumento tombado “descreve e prescreve um testemunho que se pretende representativo da nação”.²¹³

Cabe destacar que a legitimação social maior é conferida pela ação do Conselho Consultivo. Esse conselho é o órgão máximo do Serviço do Patrimônio e a ele compete a arbitragem final pelo ato de tombamento, sua respectiva inscrição dos bens nos livros do Tombo, e, portanto, sua nomeação oficial como monumento.²¹⁴

Nos primeiros anos de atuação, o SPHAN se dedicou basicamente à preservação do patrimônio arquitetônico. Desse modo, o barroco mineiro chegou a ser considerado o representante da arte e da cultura brasileiras, construídas a partir de um modelo europeu reinventado pelos artistas brasileiros. Foi o período conhecido como o da pedra e cal dentro da Instituição. Também colaborou para esse enfoque a atuação majoritária de arquitetos dentro da instituição:

[...] eles [os arquitetos] efetivamente tiveram peso significativo no processo de rotinização nas práticas de preservação cultural no Brasil, sempre sob a orientação e direção de Rodrigo M. F. de Andrade, construindo os meios e as técnicas para se proceder à *seleção* e à *classificação* de objetos a serem incluídos na categoria de *patrimônio histórico e artístico nacional* – os ‘bens culturais’ representativos da nação.²¹⁵ (grifos no original)

Alguns autores reconhecem uma hierarquização, embora não oficial, nos

²¹¹ *Idem*, p. 78-80.

²¹² *Ibidem*, p. 88.

²¹³ *Ibidem*, p. 94-95.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 82.

²¹⁵ CHUVA, 1998. *Apud* RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 74.

Livros do Tombo, em função de a constituição do patrimônio no país ter acontecido a partir de uma perspectiva estética. Dessa forma, o Livro de Belas Artes adquiriu ‘maior importância’ em detrimento do Livro Histórico e do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que passaram a ser utilizados para inscrição dos bens que não atingiam determinado padrão estético ou que estavam adulterados ou parcialmente destruídos.²¹⁶

A partir da década de 1960, a prioridade de inscrições nos livros parece ter migrado para Livro do Tombo Histórico, aumentando também as inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em função dos conjuntos e da ampliação dos critérios para tombamento. Além da idéia de monumentalidade e integridade arquitetônica, também os conjuntos modestos e triviais, associados sobretudo à história da formação do território brasileiro, passam a ser reconhecidos. O Livro de Belas Artes continua relacionado ao conceito de arte da elite; portanto, o Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico são os que recebem a inscrição desses novos bens.²¹⁷

Essa transformação está atrelada aos pressupostos da Carta de Veneza de 1964, que elevava à categoria de monumentos os conjuntos urbanos modestos:

Artigo 1º: [...] a noção de monumento histórico compreende a noção de criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.²¹⁸

Assim, os sítios arquitetonicamente mais modestos foram inclusos na categoria de conjunto paisagístico, e os que possuíam maior integridade arquitetônica o foram na categoria de conjuntos arquitetônicos. Desse modo, a categoria da paisagem permite uma maior integração de elementos antes considerados de interesse menor; no entanto, a ênfase continuou no caráter visual, predominantemente estético, para a seleção de bens tombados.²¹⁹

Nesta mesma década observa-se o crescimento industrial do país e a aceleração do processo de urbanização, o que aumentou a preocupação com o

²¹⁶ RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 74.

²¹⁷ CHUVA, 1998. *Apud* RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 90.

²¹⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Cartas patrimoniais*. 3ª Ed. rev. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Carta de Veneza, 1964, p. 91-95.

²¹⁹ RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 91.

crescimento dos centros urbanos históricos e a gestão das cidades históricas. O turismo, que apresentava crescimento, foi identificado como uma das soluções para a preservação desses sítios.²²⁰

No final dos anos 1970, observa-se o início dos estudos de “ambiência” histórica e sociocultural do bem tombado. Os “estudos de entorno” foram instituídos e adquirem uma noção de visibilidade diferente da constante no Decreto-lei 25/37:

[...] essa nova abordagem trata-se de uma leitura que entende os bens realmente enquanto conjuntos, como uma relação entre homem e ambiente e os vestígios deixados por essa relação. Assim, mais importante que o valor arquitetônico ou histórico dos edifícios ou do conjunto, o que se pretende valorizar primeiro como patrimônio é o seu aspecto de vestígio da relação do homem com o meio.²²¹

Essa nova atribuição de valor fez com que fosse recomendada a transcrição dos centros históricos inscritos em outros livros para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e, embora muitos não tenham atendido a esta indicação, não deixaram de ser geridos a partir desses novos valores. Dessa forma, percebe-se uma transformação de olhar: o aspecto de monumentalidade e excepcionalidade dão lugar à ideia do bem como documento, registro da história nacional e da relação do homem com seu ambiente. Segundo Sant’anna, passa-se da ideia de “cidade-monumento” para a de “cidade-documento”.²²²

Alguns pareceres ao longo dos anos seguintes demonstram uma mudança em relação à maneira como se aborda a paisagem, que, em alguns casos, passa a ser identificada de forma cultural e não natural. Ela é o próprio monumento, não sendo mais percebida como ambiência, mas como sendo o próprio bem.²²³

Em 1979, Aloísio Magalhães assume a presidência do Conselho Consultivo e define como missão “dirigir e revitalizar o Iphan”. Em contraste com a noção de patrimônio histórico e artístico elaborada durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, ele marca sua passagem pela instituição com o ideal de abarcar a diversidade cultural, religiosa e étnica do Brasil, pois propõe a associação do conceito antropológico de cultura às ações da política pública para o patrimônio.²²⁴

Sua ação encontra respaldo na difusão internacional do conceito

²²⁰ *Idem*, p. 92.

²²¹ FONSECA, 2005. *Apud* RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 93.

²²² SANT’ANNA, 1995. *Apud* RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 93.

²²³ RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 97.

²²⁴ ABREU, R. *Op. cit.*, 2007, p. 274.

antropológico de cultura, que ganha expressão principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O trauma do pós-guerra incitou os intelectuais a buscarem uma saída para a construção permanente da paz entre os povos, e esta noção de cultura, na tradição de Franz Boas e Bronislaw Malinowski, emerge como solução. Ela elucidava a idéia de diversidade, valorização das diferenças, contextualização e relativização, e pareceu a solução contra o racismo, o etnocentrismo, o evolucionismo e a hierarquização dos povos numa história única e linear baseada em critérios de progresso e civilização. Essas discussões vão culminar com a criação, em 1947, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão internacional voltado para a formulação de propostas e recomendações com vistas à difusão de ideais humanistas e anti-racistas. Uma das suas primeiras recomendações foi a criação de comissões nacionais de folclore, além da convocação de especialistas para estudar o problema das diferenças raciais. No Brasil, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que foi muito atuante entre os anos de 1947 e 1964.²²⁵

O novo paradigma do conceito antropológico de cultura vai interferir em diversos domínios do campo intelectual e social. Um contexto bastante atingido por essa situação é o das artes plásticas, com uma alteração dos cânones de sua consagração. Toda uma chamada “arte popular” vai desequilibrar os padrões vigentes e, nesse contexto, o campo do patrimônio no Brasil também vai ser objeto de mudanças. Não se tratava de substituir a política de proteção urbanística, paisagística e arquitetônica iniciada pela SPHAN, mas de trazer novos elementos acompanhando os debates intelectuais internacionais.²²⁶

Foi Aloísio Magalhães quem propôs a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, reunindo três áreas: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Centro Nacional de Referências Culturais e Programa das Cidades Históricas. Em contraste com a política que se notabilizou por proteger vestígios e fragmentos do passado, o discurso de Aloísio Magalhães não enfatizava o passado como fonte privilegiada para a construção da identidade nacional. Para ele, “existiriam diversos passados, tantos passados quanto os diferentes grupos sociais, étnicos e religiosos existentes na sociedade brasileira”. A identidade nacional estaria em formação, e o passado só

²²⁵ *Idem*, p. 272-273.

²²⁶ *Ibidem*, p. 274-275.

devia ser levado em conta quando tornasse possível a continuidade deste processo.²²⁷

Em 1982, a morte prematura de Aloísio Magalhães e os acontecimentos nefastos na política brasileira levaram a uma crise sem precedentes no IPHAN. De qualquer forma, a mentalidade em prol da defesa da diversidade cultural estava consolidada, e o conceito antropológico de cultura passou a nortear as iniciativas relativas ao patrimônio, consagrando a noção de patrimônio cultural.²²⁸

Na década de 1980, começam a chegar ao Conselho Consultivo pedidos de tombamento dentro da ideia dos “novos programas”: bens representativos da étnica afro-brasileira, das diferentes correntes de imigração (dentre eles a cidade de Antônio Prado, testemunho da imigração italiana), marcos da história e da ciência da tecnologia no Brasil. Isso não aconteceu, porém, sem debates. Por exemplo, o pedido de tombamento do Terreiro da Casa Branca em Salvador, na reunião de 31 de maio de 1984, foi objeto acalorado de debate e inusitadamente aprovado por estreita margem de votos. Também a configuração do colegiado começa a mudar, com inserção de pessoas ligadas a outras áreas, e não apenas arquitetos ou historiadores.²²⁹

Além dos embates ideológicos, havia ainda o problema da definição da função dos dois órgãos recém-criados: a Secretaria Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional *pró*-Memória (FNpM). Os conflitos eram de ordem conceitual: a SPHAN era vista como responsável pelo patrimônio arquitetônico e como herdeira de Rodrigo Mello Franco de Andrade, enquanto a FNpM estaria ligada ao patrimônio antropológico e seria considerada como herdeira de Aloísio Magalhães. A crise institucional, ocasionada pela duplicidade de comando, teve como solução a unificação das duas instituições, pelo Ministro da Cultura.²³⁰

O período entre as décadas de 1970 e 1980 se caracterizou por confrontos entre essas orientações distintas, que se revelaram mais no nível da prática do que do discurso. A fase pode ser considerada também de transição, pois se propôs a leituras mais abrangentes, que não se limitavam aos conceitos tradicionais de

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ *Ibidem*, p. 275.

²²⁹ FONSECA, M. *Op. cit.*, 2005, p. 206.

²³⁰ *Idem*, p. 207.

história e de arte. Além disso, os espaços se abriram para a participação de outros atores, com novas leituras para suporte às atividades de proteção.

Nessa fase é que surge uma preocupação maior com a integração dos conjuntos arquitetônicos e o espaço físico que estes ocupam, ultrapassando a antiga ideia de paisagens apenas como moldura. Mas essa prática não foi consenso nem foi generalizada, e o maior problema consistia na gestão do tombamento de paisagem que abarcasse grandes áreas.²³¹

Os efeitos dessa discussão se estenderam e propiciaram a criação de novas formas de proteção, a exemplo do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Além disso, recentemente uma categoria nova de proteção foi criada dentro do âmbito do IPHAN, que é a paisagem cultural. Foi instituída através da portaria de nº 127 em 30 de abril de 2009. Segundo o Art. 1º, “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A nova figura de proteção dessas paisagens passa a ser a chancela, que não tem caráter vitalício e precisa ser revalidada num prazo máximo de dez anos. Quem concede e quem avalia a manutenção desse tipo de proteção também é o Conselho Consultivo. A finalidade de obtenção da chancela é atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes. Outra novidade é que esta chancela implica num pacto que pode envolver poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a uma gestão compartilhada da porção do território nacional que for reconhecida. Até o momento, como não se tem notícia de nenhum bem inscrito nesta categoria, este ainda é um grande desafio que a instituição tem pela frente.²³²

Cabe registrar que, se outrora o “campo do patrimônio se firmou com base num Estado forte, comprometido com a ideia de que a nação tinha um passado que

²³¹ RIBEIRO, R. *Op. cit.*, 2007, p. 97-100.

²³² Portaria de nº 127 em 30 de abril de 2009. *Chancela de Paisagem Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>. Acesso em: nov/2009.

era preciso salvar do esquecimento, hoje o campo do patrimônio se estrutura de maneira prospectiva em direção ao futuro. A palavra de ordem é diversidade: diversidade cultural, mas também diversidade natural ou biológica”, além, certamente, da diversidade de agentes que hoje atuam na esfera do patrimônio cultural.²³³

²³³ ABREU, R. *Op. cit.*, 2007, p. 282-283.

Das Anotações para um romance realista:

Essa gente que aqui vem chegando, descubro agora, não se considera italiana. Ou considera-se apenas em segundo plano. Pergunte-se a qualquer deles a sua origem e dirão: sou veronês, sou paduano, sou vicentino, sou belunês. [...] Tenho notado, também, que não falam todos a mesma língua, a ponto de muitas vezes não se entenderem entre eles mesmos. [...] Resulta de tudo isso que eles sequer tinham uma pátria única em sua origem. É possível que aqui aprendam a ter esse tipo de sentimento. O que quero dizer: de tanto os chamarmos de italianos, irão se identificando como tais, até, quem sabe, para se sentirem todos solidários na mesma sorte. Mas, para ser realista, não poderei chamá-los de italianos. Para empregar um termo genérico, talvez devesse recorrer ao "gringos", que vejo ser usado seguidamente pelos naturais daqui. Há a desvantagem de ser ele um termo pejorativo, infamante, mas o tempo acabará por dar a ele alguma simpatia. Ou, mais simplesmente, serão todos, ao fim e ao cabo, brasileiros como todos nós.²³⁴

3| O SELO DA ITALIANIDADE

As anotações para um romance realista, do personagem José Bernardino, são esclarecedoras, na medida em que ele apreende a babilônia formada numa pequena cidade em processo de colonização por imigrantes estrangeiros. Ao fim, o sentimento de italianidade desses imigrantes vai realmente se constituir em terras distantes da Itália, no país da cocanha, no caso o Brasil. Como surgiu esse sentimento de identificação, o que contribuiu para que isso acontecesse e quem foram os sujeitos e os agentes desse processo é o que se aborda neste capítulo.

Com relação ao sujeito, Hall identificou três concepções de identidade: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O primeiro está baseado na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação. Já o segundo refletiria a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele habitava. Por último, o autor identifica o sujeito conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou

²³⁴ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2000, p. 190.

permanente, mas como um sujeito que assume identidades diferentes em diferentes momentos.²³⁵

Com essas considerações, de ordem estritamente básica, pode-se afirmar que os sujeitos que constituirão um sentimento de italianidade em terras brasileiras se encontravam, na sua origem, no que pode se considerar como transição entre os dois primeiros tipos de sujeito. Mas aqueles que cristalizarão este sentimento se encontram na cena que vive o terceiro sujeito. Isto é, o terceiro sujeito veste as “camisetas”²³⁶ ou aciona identidades conforme o grupo, lugar ou condição em que se encontra, numa demonstração da complexidade que tem enfrentado em tempos de globalização.

É compreensível que, em épocas de transformações sociais, como o caso das migrações ou de alteração nas relações econômicas e de comunicação, haja o renascimento e, frequentemente, a invenção das tradições. O fato de estas tradições não terem mais uma relação com a situação presente é irrelevante, pois o critério para analisá-las não pode ser seu anacronismo, mas o que elas representam no imaginário dos grupos que as cultuam.²³⁷

Cabe ressaltar a necessidade de buscar nas origens, no passado, o entendimento dos processos históricos, sociais, políticos ou culturais que levaram a essa ideia de identificação. Além disso, no presente é relevante considerar que este caso particular da italianidade está ligado a um movimento maior. No Brasil, esse movimento parece ter origem na redemocratização, quando se observam um intenso processo de constituição de novos atores políticos e a construção de novas identidades sociais, dentre as quais estão inseridas as identidades etárias, de gênero, as regionais e as étnicas. A afirmação de identidades regionais no Brasil, assim como em outras realidades, pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais.²³⁸

Além dessa incursão nos elementos do passado, como uma tentativa de entendimento dos símbolos de identificação grupal, e da consideração de que este

²³⁵ HALL, S. *Op. cit.*, 2006, p. 11-13.

²³⁶ A antropóloga italiana Alessia de Biase utiliza a expressão “camiseta” para se referir didaticamente às diferentes identidades que os descendentes de imigrantes italianos vivenciam. Além de defensores do vêneto, são também fundadores de Centro de Tradições Gaúchas – CTG’s e, mesmo se dizendo católicos, frequentam terreiros. (SARTORI, Tríssia Ordovás. *Colono is beautiful*. *Jornal Pioneiro*, Coluna 3POR4. Caxias do Sul, 17 de out de 2009)

²³⁷ OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 209.

²³⁸ *Idem*, p. 57.

movimento faz parte de uma reação maior aos processos de globalização, precisa ser levada em conta, ainda, a ideia da sociedade de consumo na construção das identidades na pós-modernidade.

É nos séculos XVIII e XIX que vai acontecer o surgimento - nos países industrializados da Europa, juntamente com a burguesia - da sociedade de consumo. Os artigos que antes eram considerados bens de luxo e restritos à aristocracia passam a ser reconhecidos como socialmente necessários. “O que antes era, na melhor das hipóteses herdado dos pais, o que era comprado uma vez só na vida para durar, passa a ser comprado repetidamente.”²³⁹

No século XX, o consumo se expande para outros segmentos sociais, atrelado ao desenvolvimento da comunicação social, e surge então um mercado de bens de consumo massificado. Ao longo desse século, a expansão do consumo para além dos limites territoriais e culturais de localidades, regiões e nações produz, de um lado, a integração econômica de mercados e, de outro, difunde significados e representações.²⁴⁰

Esses processos de mundialização da economia e da cultura, que dão a impressão de que vivemos numa aldeia global, acabam repondo a questão da tradição, da nação e da região. À medida que o mundo se torna mais complexo e se internacionaliza, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades. Se a unificação nacional ocorrida no passado se mostrou contrária à manutenção da diversidade regional e cultural, o mundo está em parte assistindo justamente à afirmação das diferenças.²⁴¹

Um dos aspectos da questão das identidades está relacionado ao caráter de mudança na modernidade tardia, em particular ao processo de globalização, e talvez esta seja a principal distinção entre as sociedades ditas “tradicionais” e as “modernas”. Anthony Giddens argumenta que, “nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contam e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes”. As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são

²³⁹ MC KENDRIK E PLUMB, 1982. *Apud* RETONDAR, Anderson Moebus. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume, Campina Grande: EDUFCEG, 2007, p. 38-39.

²⁴⁰ RETONDAR, A. *Op. cit.*, 2007, p. 90.

²⁴¹ OLIVEN, R. *Op. cit.*, 2006, p. 208.

caracterizadas pela “diferença”, são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes identidades.²⁴²

Com relação às identidades nacionais, a última fase da globalização parece ter um impacto sobre a “compreensão espaço-tempo”. Isso se dá em função da aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, e que os eventos de um determinado lugar têm impacto sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. O tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais.²⁴³

Esses processos também se refletem no âmbito da cultura. A velocidade da disseminação das mensagens gera estilos de vida mundializados. Alguns padrões de consumo e de gosto indicam uma série de manifestações culturais internacionalizadas. Se antigamente as culturas tendiam a ser associadas a um território e a identidades definidas, o que se verifica atualmente é um cruzamento das fronteiras culturais e simbólicas que faz com que haja uma desterritorialização²⁴⁴ dos fenômenos culturais. Uma manifestação simbólica que surge num contexto migra para outros e é recontextualizada. É claro que essa adoção não é passiva e implica sempre em reelaboração, o que significa que as culturas se tornam cada vez mais híbridas.²⁴⁵

Com relação às práticas de consumo, a aceleração do tempo leva a uma efemeridade do gosto: “o gosto passageiro, em contraposição à durabilidade da tradição e dos objetos é desta forma exaltado enquanto símbolo da modernidade”.²⁴⁶

Com relação ao espaço, as identidades eram normalmente associadas a grupos que ocupavam um território – um país, uma região, uma cidade – e nele projetavam valores, memórias e tradições. A preocupação em demarcar fronteiras era fundamental, assim como era importante demarcar o território em que habitavam os portadores dessa cultura e estabelecer uma língua, seus símbolos, seus costumes, etc. A diluição das fronteiras é um tema intrínseco à modernidade, e o

²⁴² GIDDENS, 1990. *Apud* HALL, S. *Op. cit.*, 2006, p. 15-17.

²⁴³ HALL, S. *Op. cit.*, 2006, p. 69-70.

²⁴⁴ Desterritorialização é um termo utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e acabam migrando para outros. (OLIVEN, R. *Op. cit.*, 2006, p. 201)

²⁴⁵ OLIVEN, R. *Op. cit.*, 2006, p. 20.

²⁴⁶ ORTIZ, 1991. *Apud* RETONDAR, A. *Op. cit.*, 2007, p. 42.

advento das sociedades contemporâneas requer que as relações sociais já não mais se prendam ao contexto local da interação. Na modernidade, o espaço, com o movimento das pessoas, mercadorias, referentes simbólicos e ideias, encontra-se dilatado.²⁴⁷

Apesar de todos esses acontecimentos, não é lógico falar de cultura global ou mesmo de identidade global. Com a globalização, a própria noção de espaço se transforma, e o núcleo de cada cultura, isto é, o referente para a construção da identidade, perde em centralidade. As fronteiras físicas não conseguem mais conter os movimentos identitários.²⁴⁸

Por isso, é relevante considerar que a criação de manifestações culturais mundializadas não significa que as questões locais estão desaparecendo. Ao contrário, a globalização torna o local mais importante do que nunca. “Como podemos nos situar no mundo, a não ser a partir de nosso próprio território, por mais difícil que seja defini-lo?”²⁴⁹ O regionalismo é o elemento que vai apontar para as diferenças que existem entre as regiões e utilizar essas diferenças na construção de identidades próprias.²⁵⁰

A ideia de região é oposta à questão de nação e também de globalidade. Sendo assim, cabe tecer alguns comentários. A região não é uma realidade natural, é produto ou coisa arbitrária de uma decisão, também arbitrária. Portanto, se caracteriza, assim como a nação, como “uma ilusão bem fundamentada”.²⁵¹ Nessa afirmação estão implícitas as relações de poder, já que, em grande parte, sendo a região “produto de uma imposição arbitrária, pressupõe um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”.²⁵²

A região é também um espaço estigmatizado: “se a região não existisse como espaço estigmatizado, como ‘província’ definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência”.²⁵³ Nesta citação, podemos perceber que margeiam relações entre a periferia e o centro, reforçando a ideia de que “o discurso regionalista é um discurso performativo, que

²⁴⁷ ORTIZ, R. *Op. cit.*, 1994, p. 79.

²⁴⁸ *Idem*, p. 86.

²⁴⁹ OLIVEN, R. *Op. cit.*, 2006, p. 206.

²⁵⁰ *Idem*, p. 22.

²⁵¹ Bourdieu toma este termo emprestado de Émile Durkheim. (BOURDIEU, P. *Op. cit.*, 2001, p. 121)

²⁵² BORDIEU, P. *Op. cit.*, 2001, p. 115.

²⁵³ *Idem*, p. 126.

tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora”.²⁵⁴

Percebe-se que a região, sem deixar de ser “um espaço natural, com fronteiras naturais, é antes de tudo um espaço construído pôr decisão, seja política, seja de ordem das representações”.²⁵⁵ Dependendo do cientista, dos critérios e do foco da análise, a delimitação de uma região poderá ser o espaço ou o tempo e a história. Como nem sempre esses critérios coincidem, é possível encontrar uma região espacial, histórica, cultural ou econômica com fronteiras distintas no mesmo território, mesmo que esta linha demarcatória aconteça no plano simbólico. “Tanto o conceito de região quanto a definição de uma determinada região são construções. Quer dizer, são representações simbólicas e não a própria realidade.” O que é entendido como uma região é, na verdade, uma regionalidade, a qual poderia ser definida como “uma dimensão espacial de determinado fenômeno tomada como objeto de observação”.²⁵⁶

A região pode ser definida ainda como um “conjunto de relações sociais que permite reconhecer algo, ressaltando aqui, que todas as relações sociais são sempre dotadas de sentido”.²⁵⁷ Ainda com referência às relações, na atualidade, a ideia de centro está posta em xeque e no seu lugar surge a imagem de rede de relações. Com os canais de comunicação atuais, as ideias de centro e de fronteira começam a perder sentido, obrigando a pensar a região com novos parâmetros: “ela deixa de parecer um espaço isolado entre fronteiras e dependente de um centro, para se tornar apenas um complexo de relações inserido numa rede sem fronteiras”.²⁵⁸

Dessa forma, ela será mais bem entendida se vista como um feixe de relações a partir do qual se estabelecem outras relações, tanto de proximidade como de distância. É nesse momento que a identidade de cada região ganha novo significado e, até mesmo, novo realce, já que, além de se situar perante a nação, o tem que fazer perante a modernidade e seus abrangentes canais de

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 116.

²⁵⁵ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p. 150.

²⁵⁶ *Idem*, p. 151.

²⁵⁷ SANTOS, Rafael José dos. Região, Regionalidade e Cultura. Anotações pessoais da disciplina no Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre de 2008.

²⁵⁸ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p. 157.

comunicação.²⁵⁹

Em certa medida, o que está sendo discutido é a tensão entre o “global” e o “local” na transformação das identidades: “ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade”.²⁶⁰ Há, juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo local. Assim, a globalização pode levar tanto a um fortalecimento das identidades locais quanto à produção de novas identidades.

Com relação às identidades, destacam-se alguns modos através dos quais elas têm se manifestado na contemporaneidade: o primeiro diz respeito às fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o “fechamento” e a tradição, frente ao hibridismo e à diversidade, tendo como exemplos o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo.²⁶¹ Outro tipo caracterizado como contraponto à homogeneização global, é o *revival* da etnia, algumas vezes de variedades mais híbridas ou simbólicas, mas também frequentemente de variedades exclusivas ou “essencialistas”.²⁶² Além disso, tem-se ainda o fenômeno das “identidades partilhadas”, só possíveis em função dos fluxos culturais entre as nações e do consumismo global.²⁶³

A formação de “enclaves” étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente levou a uma “pluralização” de culturas nacionais e de identidades nacionais.²⁶⁴

[...] o ressurgimento da etnia traz para a linha de frente o florescimento não-antecipado de lealdades étnicas no interior das minorias nacionais. Da mesma forma, ele coloca em questão aquilo que parece ser a causa profunda do fenômeno: a crescente separação entre o pertencimento ao corpo político e o pertencimento étnico (ou mais geralmente a conformidade cultural) que elimina grande parte da atração original do programa de assimilação cultural. A etnia tem-se tornado uma das muitas categorias, símbolos ou totens, em torno dos quais comunidades flexíveis e livres de sanção são formadas e em relação às quais identidades individuais são construídas e afirmadas. Existe agora, portanto, um número muito menor daquelas forças centrífugas que uma vez enfraqueceram a integridade étnica. Há, em vez disso, uma poderosa demanda por uma distintividade étnica pronunciada (embora simbólica) e não por uma distintividade étnica institucionalizada.²⁶⁵

²⁵⁹ *Idem.*

²⁶⁰ KEVIN ROBIN. *Apud* HALL, S. *Op. cit.*, 2006, p. 76-77/84.

²⁶¹ HALL, S. *Op. Cit.*, 2006, p. 92.

²⁶² *Idem*, p. 95.

²⁶³ *Ibidem*, p. 76.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 83.

²⁶⁵ BAUMAN. *Apud* HALL, S. *Op. Cit.*, 2006, p. 96.

Com relação à etnicidade, cabe ressaltar que, na atualidade, entende-se que a biologia não mais caracteriza grupos étnicos. Na verdade, eles são uma forma de organização social, ou seja, “possui um grupo de membros que se identifica e é identificável por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo”.²⁶⁶ Pode-se concluir, portanto, que o grupo possui uma

[...] característica de auto-atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional.²⁶⁷

Já com relação às “identidades partilhadas”, destaca-se que o consumismo global tem caráter essencial na sua formação: pessoas diferentes, de nações, credos, línguas diferentes se reconhecem como iguais, em territórios que não são os de sua origem. Os modos de vida foram extremamente alterados pelo consumo.

O ato de consumo, na sua configuração moderna, passa a ser um repositório de significações, carregado de símbolos, de estereótipos, representações e ideologias. O consumo dos “bens de distinção” (imaginário do *glamour*, do bom gosto, do luxo, do conforto como símbolo de diferenciação e *status*) irá despertar o desejo, nos diversos segmentos e classes sociais, pelo consumo desses bens como forma de absorção de símbolos de civilidade e distinção social. Cabe registrar que o mote de diferenciação no modo de vida aristocrático era a singularidade dos objetos e sua aura. Já o mote de diferenciação burguesa é o progresso, marcado pelo avanço da técnica e manifesto nos objetos, no qual a industrialização é a primeira forma de sua materialização. Por isso, o consumo de bens da indústria passa a ser percebido como um consumo sofisticado, legítimo e, acima de tudo, moderno, e o grau de avanço técnico envolve uma espécie de “oposição ao passado”.²⁶⁸

Porém, é importante frisar que o imaginário global não pressupõe falar de memória coletiva mundial constituída historicamente. No contexto da globalização, a imaginação social é marcada por uma “instabilidade” gerada pelo desenvolvimento

²⁶⁶ POUTIGNAT, Philippe e Jocelyne Streiff-Fenart. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Tradução de Elcio Fernandes, p. 190.

²⁶⁷ *Idem*, p. 196.

²⁶⁸ RETONDAR, A. *Op. cit.*, 2007, p. 42-45.

de sistemas de comunicação de massa e novas tecnologias comunicacionais e por uma nova forma de constituição das imagens coletivas, autônomas e desarticuladas; há, portanto, uma mutabilidade de significados através de micro-discursos sociais. Os sentidos e os significados não necessitam ser associados uns aos outros; os agentes que interagem na formação deste universo cultural, como a publicidade e a indústria cultural, têm elevado poder na legitimação de valores, ideologias, princípios, verdades e mentiras.²⁶⁹

Por isso, o imaginário social, constituído em grande parte no interior de uma “cultura de consumo” mundializada, produz elementos de identidade cada vez mais fragmentados, construídos num espaço desterritorializado e destituídos, neste caso, de uma memória coletiva rígida que os acompanharia, ao menos nos termos desenvolvidos por Halbwachs (1990), de uma memória definida e constituída historicamente.²⁷⁰

A memória e a tradição, enquanto estruturas de reprodução social e simbólica, perdem força na constituição dos “imaginários” que compõem o contexto cultural e ideológico da sociedade global, cedendo lugar para novos agentes que passam a compor discursos sociais que se encontram localizados no interior de sistemas de comunicação como a publicidade, os sistemas de informação e a indústria cultural.²⁷¹

Elementos estruturais e estruturantes da ordem social, como os movimentos sociais e os partidos políticos, p.ex., são cada vez mais sobrepostos pelas representações e imagens que tomam forma a partir da apropriação e reapropriação de textos e contextos, estilos de vida e visões de mundo, ideologias e utopias que são recodificados pelos media e difundidos através da publicidade e indústria cultural globais, conferindo assim um alto grau de autonomia a estes agentes e, principalmente, se transfigurando, como mensagem de mídia, em espaços privilegiados a partir dos quais se articulam relações de poder. [...] a publicidade tornou-se um instrumento de poder e controle social, ela induz uma nova forma de percepção da própria realidade.²⁷²

Ainda com relação ao consumo, registra-se a crescente apropriação de elementos da tradição como forma de aumento simbólico do valor dos objetos. Toda simbologia referente a esses elementos se torna hipervalorizada no interior da sociedade de consumo contemporânea. “Este movimento redefine o próprio significado social da ‘tradição’ e do ‘passado’ ao reinseri-los enquanto imagens

²⁶⁹ *Idem*, p. 106.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 104.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 39.

²⁷² *Ibidem*, p. 101.

descentradas 'presentificadas', 'desterritorializadas', tornando-as distantes de sua localização social, sob este aspecto o 'passado' se tornou material de consumo."²⁷³

[...] qualquer identidade dependente de lugar tem de apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição. É, porém, difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante do fluxo e efemeridade da acumulação flexível. A ironia é que a tradição é agora preservada com frequência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche (comunidades de imitação construídas para evocar imagens de algum passado agradável). A fotografia, o documento, a reprodução se tornam história exatamente devido à sua presença avassaladora. [...] a tradição histórica pode ser por vezes, reorganizada como cultura de museu, de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito perdida e com frequência romantizada. [...] por meio de um passado parcialmente ilusório, torna-se possível dar alguma significação à identidade local, talvez com algum lucro.²⁷⁴

Tendo sido considerados o papel da memória e da tradição na constituição das identidades na modernidade e o papel da globalização e da sociedade de consumo na construção das identidades na pós-modernidade, fez-se necessário entender, também, o papel das migrações na construção de uma nova identidade. No caso estudado, a nova identidade tem bases étnicas e fez surgir um sentimento de pertença ao grupo constituído a partir do processo de imigração italiana para o Brasil.

Eu sempre simpatizei com a Itália, não nego, afinal tenho sangue italiano. Mas, comparando, é o seguinte: se o meu primo está brigando com um estranho, é natural que eu fico do lado dele; agora, se meu primo ataca a minha mãe, aí não tem conversa, defendo a minha mãe. Não sei se me entende. A Itália é meu primo, o Brasil é minha mãe.

Justino ri com ele. Deve ter custado um esforço enorme ao Petacci inventar essa explicação e resolver assim seu conflito interior. Relações entre nações não são tão simples como entre parentes. Mas não custa imaginar que seja.²⁷⁵

A explosão festiva da italianidade é um fato recente e está presente em todos os municípios da RCI, nos municípios oriundos da expansão da imigração italiana no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e nos centros urbanos que abrigam grandes contingentes de descendentes de imigrantes. Isso se manifesta sob várias formas: programas de rádio em dialeto, formação de grupos de corais, teatro e dança, surgimento de associações formadas por grupos de descendentes de

²⁷³ CHESNEAUX, 1995. *Apud* RETONDAR, A. *Op. cit.*, 2007, p. 105.

²⁷⁴ HARVEY, D. *Op. cit.*, 2003, p. 273.

²⁷⁵ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2006, p. 312.

imigrantes, ensino da língua italiana ou do dialeto vêneto. Além disso, vários simpósios, fóruns e seminários de estudo têm sido desenvolvidos desde as comemorações do centenário, em 1975. A produção científica sobre o tema também é vasta, com elaboração de teses, monografias, livros e estudos sobre a colonização, a vida, os costumes, a religião e a arquitetura dos imigrantes.²⁷⁶

Esse processo, no caso dos imigrantes italianos, parece ter tido origem na terceira geração de descendentes. Segundo Alessia de Biase, antropóloga italiana que realizou estudos na RCI, esse fenômeno é comum em qualquer cultura. Para ela, Hansen (EUA) sintetiza este sentimento numa frase: “o que o filho quer matar o neto quer resgatar”. A origem desse processo estaria ligada ao que Anthony Smith chama de “*revival* étnico”. A autora registra que os primeiros imigrantes sofreram os traumas de abandono de sua origem e as condições de adaptação na nova terra, e seus filhos presenciaram esses sofrimentos e dificuldades. Serão estes filhos que, em alguns casos, acumularão certo capital financeiro, possibilitando a melhoria das condições de vida. Por esse motivo, eles querem banir de seu cotidiano e de sua memória tudo aquilo que representa o sofrimento dos pais. O acúmulo de capital, por vezes, faz com que a segunda geração de imigrantes mande os filhos estudarem fora da cidade de origem e faça questão que eles não vivenciem sua realidade de trabalho árduo na lavoura. No entanto, serão estes indivíduos os que acabam por reverenciar essa história; portanto, são os netos que passam a identificar, na primeira geração dos avós, os heróis da nova terra e caminham no sentido de querer exaltar ou cultuar esta condição.²⁷⁷

Considerando os imigrantes que aqui chegaram, a exploração dessa “nova” identidade, a partir de sua pluralidade de formação, só encontrou respaldo de “origem única” em função do relativo isolamento a que foram submetidos no país de destino, já que o processo de unificação da Itália havia acontecido em história recente, praticamente concomitante ao processo migratório. Além disso, o grupo não era homogêneo em sua origem, mas o era em sua concepção de mundo.

No processo de formação identitária do grupo cultural dos imigrantes italianos na região, foi elemento determinante, de um lado, a religião, que controlava o

²⁷⁶ MANFRÓI, Olívio. *Imigração e nacionalismo*. In: Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana, e, Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, Caxias do Sul, 24 a 27 de abril de 1996. Juventino Dal Bó, Luiz Horn Iotti, Maria Beatriz Pinheiro Machado (Org.). Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 44-54.

²⁷⁷ BIASE, Alessia de. Anotações pessoais do curso: Vêneto-gaúchos ou ensaios sobre a identidade e as tradições no mundo contemporâneo. 2º semestre/2009.

pensamento, a palavra e a conduta, e era sempre vivida no âmbito comunitário e grupal. Por outro lado, tem-se a tradição da oralidade, através da qual tudo era preservado e transmitido. A linguagem oral, nesse período, constitui-se em liame fundamental da vida social e comunitária e em meio expressivo de uma autêntica cultura. Cabe ressaltar que os diversos falares dialetais também vão se transformando na medida em que o comércio se amplia e outras vias de comunicação são instituídas. Entretanto, nem mesmo o surgimento das escolas de ordens religiosas e o aparecimento da imprensa escrita destituem a linguagem oral de suas funções. Até hoje, ela ainda é o traço distintivo mais forte das comunidades da região.²⁷⁸

Por estas condições, parece correto afirmar que o grupo foi condicionado a uma posição periférica em relação ao centro, aliando aos fatores já descritos a pouca assistência por parte do governo e o pouco contato com outros grupos. Assim, podemos considerar que, ao longo do tempo, vai sendo assumido um discurso regionalista, a partir dos elementos citados, constituindo uma posição de fronteira étnica e contra uma classe dominante que ignora o grupo.²⁷⁹

Como já salientado anteriormente, muitas vezes os grupos acionam a identidade étnica, para dar sinais de seu local de origem, em contraposição a outros grupos sociais onde estão inseridos. A importância que os descendentes dos italianos atribuem à sua genealogia familiar tem relação com o que faziam os nobres para diferenciar-se do povo sem história. Para os imigrantes, o povo sem história, que não conhece nem os avós, é representado pela população brasileira.²⁸⁰

Assim, os laços étnico-socioreligiosos foram os que possibilitaram a formação de uma identidade construída a partir de um momento particular no tempo, que foi a história da colonização por imigrantes italianos, e são essas peculiaridades que vão caracterizar a identidade da região e distingui-la em relação ao restante do estado e do país.

Cabe considerar que o colono foi introduzido como um elemento relacionado com a cultura nacional e com Estado Nacional Brasileiro e esteve de imediato, mesmo que esporadicamente, em contato com funcionários públicos, que eram encarregados de estabelecer o sistema, em contato com a zona de campo, onde o

²⁷⁸ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. Anotações de literatura e de cultura regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2005, p. 17.

²⁷⁹ *Idem*, p.12.

²⁸⁰ BIASE, A. *Op. cit.*, 2001, p. 175.

colono procurava trabalho enquanto suas roças não produziam, e em contato com comerciantes, tropeiros. Mais tarde, a abertura cultural se deu pelas grandes estradas das tropas e finalmente com a estrada de ferro, em 1910, havendo uma aceleração no processo de trocas culturais. A constituição da italianidade não foi organizada em movimento político; foi, em certa medida, um trabalho de ordem intelectual dos jornalistas da região. A italianidade, desse modo, foi vista como uma defesa do sistema colonial aqui estabelecido, baseado naturalmente no trabalho do imigrante e na relativa fidelidade à sua herança cultural, à sua língua e também à religião.²⁸¹

Como já descrito anteriormente, este *revival* da etnia é também um contraponto à homogeneização global e, sendo a etnicidade, em linhas gerais, formada por um componente cultural (conjunto de traços de língua, religião, costumes, etc.) e outro natural (ascendência), pode-se cogitar a formação de um grupo étnico na região. Esses grupos, que são caracterizados por sua capacidade cognitiva, elaboram símbolos culturais e têm como premissa a autoatribuição e a atribuição por outros, parecem ter sido contemplados, no caso da italianidade, em termos de sua identidade básica mais geral: a sua origem e o seu meio ambiente.

A chamada preservação de aspectos culturais é, na verdade, a criação de uma “nova italianidade”. Esta é produto da relação do processo histórico-social de integração e da tentativa e impossibilidade de preservação de certas peculiaridades culturais. A exploração e o posterior ajustamento à nova situação se apoiam em certos elementos do equipamento cultural anterior. Um desses elementos é o aspecto associativo da organização familiar, que está muito presa ao mito do trabalho – a mão-de-obra familiar vai ser intensamente explorada. O valor do trabalho está intrinsecamente ligado à fuga da proletarização, que impulsiona as migrações, e com ao mito do enriquecimento e ascensão social através dele. Esse mito do enriquecimento é o instrumento através do qual a sociedade mais ampla legitima a exploração do trabalho livre. Para a reformulação do processo cultural, além do mito do trabalho como condição de enriquecimento, é relevante a

²⁸¹ MARTINS, José de Souza e outros. *Pesquisas sobre imigração italiana* (painel). In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 47-73. Conferências e debates apresentados durante o 1º e 2º Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1975 e 1976. Bloco de Thales de Azevedo, p. 65.

constituição de um ideal étnico de preservação de certas características culturais e a elaboração posterior em forma de festas, preservação de costumes, etc.²⁸²

O termo tradução pode ser utilizado para explicar esse processo. O conceito de tradução descreve as formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas”.²⁸³

Os dados explicitados anteriormente têm uma conotação especial, no sentido de que são referenciais para entendimento do sentimento que se vive atualmente na RCI, com relação à construção de uma identidade a partir de elementos que têm origem num passado distante, mas que têm sido constantemente traduzidos e ressignificados. Justamente para entender esse processo é que se fez necessária uma breve incursão histórica, que engloba desde a realidade das correntes migratórias da Itália, analisando brevemente a conjuntura nacional que permitiu a inserção dos imigrantes, até sua instalação nas colônias imperiais da serra gaúcha.

[...] Estou voltando de um giro pela cidade de Perpignan. Fui visitar o “Castillet”, uma fortaleza do século XIV. Me impressionei com aquelas pedras carcomidas. Deve ser complicado ser europeu, querer mudar o mundo com tanta coisa velha para guardar.²⁸⁴

²⁸² *Idem*, bloco de Eunice Ribeiro Durhan, p.53-56.

²⁸³ ROBINS. *Apud* HALL, S. *Op. cit.*, 2006, p. 89.

²⁸⁴ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2006, p. 210.

3.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

Segundo vários autores, o passado no outro lado do oceano está fortemente marcado pelo fenômeno migratório dos séculos XIX e XX. Esse fenômeno está ligado diretamente à expansão do capitalismo europeu, que, sob comando da Inglaterra, gerou transformações das estruturas políticas, econômicas e sociais, antes comandadas pelo feudalismo. Uma das consequências desse processo é a grande movimentação de força de trabalho da Europa para os países da América.

Dentro desse contexto mais amplo, com relação à migração italiana, é preciso considerar o processo de unificação ocorrido nas décadas de 1850 a 1870. Esse processo beneficiou a burguesia do norte, que, aliada a setores franceses, criou o polo de desenvolvimento que daria origem a Milão e a outros centros industriais, condenando o sul da Itália a uma relativa estagnação. Tendo, de um lado, o processo de industrialização e, de outro, a preservação de estruturas latifundiárias, foram liberados grandes contingentes de trabalhadores na área de Veneza. O excesso de população, porém, foi transformado em algo negociável: “os imigrantes, são num certo nível, uma mercadoria”, e a migração passou a ser uma “técnica barata de reduzir tensões sociais”.²⁸⁵

Além disso, podem ser listadas outras consequências favoráveis ao governo italiano, tendo como base a migração: a remessa de doações dos imigrantes para os familiares que permaneceram na Itália, a difusão da cultura oficial da Itália no mundo, e a manipulação política dos imigrantes com a difusão dos ideais fascistas.²⁸⁶

O imigrante trazido da Itália fugia do resultado dessas transformações, ou seja, da geração de uma condição de penúria, de miséria, de proletarização aparentemente inevitável do excedente de mão-de-obra. Ele não tinha nenhum projeto senão o de melhorar suas condições de vida.²⁸⁷

Do ponto de vista subjetivo, o “imigrante veio para fazer a América” e, na sua perspectiva, a imigração é uma façanha. A ideia era enriquecer e voltar, mas os que voltam não são muitos. O mais provável é que voltaram os que não obtiveram

²⁸⁵ IANNI, Octávio. *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana*. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 11-28. Conferências e debates apresentados durante o 1º e 2º Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1975 e 1976, p. 14.

²⁸⁶ *Idem*, p. 14-15.

²⁸⁷ MARTINS, J. *Op. cit.*, 1979, p. 62.

sucesso, que entraram em crise, que sofreram o conflito cultural, o choque de valores. Eles vêm de um contexto em que precisavam trabalhar para viver e caem num país em que trabalhar com as mãos era degradante. Num primeiro momento, são discriminados por isso; no entanto, mais tarde, são em parte responsáveis por uma dignificação de cunho ideológico e político do trabalho braçal. Além do exposto, há ainda o problema da confusão linguística e cultural, que pode gerar situações de crise.²⁸⁸

A aspiração dos imigrantes, naquela época, era tornar-se proprietário de terras, e isso era vendido na Europa para atrair as pessoas. O mito do enriquecimento pelo trabalho é uma ideologia do capitalismo e, no Brasil, começou a se constituir com o fim do regime servil. Sendo assim, é neste mito que o país vai buscar uma justificativa para a constituição de um proletariado livre.²⁸⁹

No passado do país da cocanha, a grande movimentação de massas humanas está ligada a uma economia e sociedade em transformação que precisavam abrir fronteiras, criar novas áreas de atividade e dinamizar as pré-existentes. Nesse contexto, os imigrantes compunham uma mão-de-obra que deveria suprir inicialmente a cafeicultura, em seguida a industrialização, além das economias locais e regionais nas colônias do sul. Para suprir essas necessidades, foram eleitos os imigrantes europeus, sendo que os vindos para o Brasil no século XIX, “foram escolhidos a dedo para branquear o país”. São os italianos que vão constituir, nesse período, o maior contingente, oriundos principalmente da região do Vêneto. Portanto, o fenômeno migratório veio num contexto de transformações estruturais importantes na história do Brasil: transformações econômicas, abolição da escravatura, urbanização, criação do setor terciário e início da industrialização.²⁹⁰

O primeiro tipo de imigrante italiano foi o operário agrícola, que veio para substituir o braço escravo nas lavouras de café, principalmente em São Paulo, e, num primeiro momento, foi tratado como escravo branco. No entanto, alguns fizeram poupança, se organizaram e migraram para as cidades ou adquiriram pequenas propriedades.²⁹¹

²⁸⁸ IANNI, O. *Op. cit.*, 1979, p. 16-18.

²⁸⁹ MARTINS, J. *Op. cit.*, 1979, p. 49-51.

²⁹⁰ IANNI, O. *Op. cit.*, 1979, p.12-13.

²⁹¹ *Idem*, p. 15-16.

Num segundo momento, surgem os imigrantes que vão para as colônias do Sul. Neste caso, a preocupação era povoar, criar núcleos destinados a, de um lado, ocupar o território e, de outro, produzir gêneros para o mercado interno, um mercado urbano que começava a se constituir. A opção pela colônia no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná parece remeter ao povoamento como garantia da posse de terra numa área que já era, desde a independência, potencialmente crítica em função das relações com o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Era do entendimento dos governantes que, para garantir as fronteiras, era preciso povoar o território.²⁹²

Este contingente de colonos vai se constituir na primeira grande camada de pequena burguesia rural, extremamente conservadora, vista em conjunto: “são pequenos proprietários, identificados com a propriedade, a terra, o trabalho, a produção e por isso desenvolveram uma visão relativamente conservadora em termos políticos e culturais”. Também houve os operários urbanos, ou artesãos autônomos, que se concentraram em algumas cidades trabalhando como alfaiates, sapateiros, barbeiros, marceneiros. Havia, além disso, técnicos profissionais ou intelectuais politicamente exilados.²⁹³

Embora, juntamente com outras etnias, constituíssem uma grande parcela da população brasileira, tendo recebido pela Constituição de 1891 a naturalização automática, os imigrantes não foram aceitos imediatamente. No período de 1914 a 1918, em função da guerra, houve o fechamento de associações e a supressão de organizações políticas e culturais. De 1942 a 1945, devido à entrada do Brasil na guerra contra o eixo, se instituiu uma política tida como de nacionalização forçada e que foi muito repressiva a todos os movimentos que fossem politicamente vinculados à Itália, ao Japão e à Alemanha. Nas colônias do Sul, a opressão de cunho cultural parece ter sido significativa, com a supressão do ensino de línguas, a substituição de professores, a eliminação de organizações políticas e o sacrifício de elementos culturais dessas comunidades.²⁹⁴

Nesse século de imigração, se tomada a dimensão histórica, o Brasil ganhou novos horizontes culturais e sociais, uma vez que outros países, como Itália,

²⁹² *Ibidem*, p. 28.

²⁹³ *Ibidem*, p. 12/15.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 19.

Alemanha, Portugal, Espanha, Polônia, Rússia, etc. passaram a ser parte da realidade nacional.²⁹⁵

Considerando o passado no contexto regional, o Rio Grande do Sul, no início do século XIX, tinha um povoamento de baixa densidade e esparsos nas estâncias, nos pequenos povoados do interior e em algumas poucas cidades, como Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Viamão. Algumas regiões, como a planície dos Vales do rio Caí e do rio dos Sinos e as terras do Planalto, localizadas na Encosta Superior da Serra do Nordeste, cobertas de mata virgem, constituíam as terras devolutas.²⁹⁶ Essas terras foram cedidas pelo governo imperial, através da Lei 514 de 1848, às Províncias para colonização dos territórios desocupados: “seis léguas em quadras de terras devolutas para que fossem colonizadas por elementos imigrantes, porém não escravos”. Os vales do rio Caí e dos Sinos tiveram sua colonização iniciada em 1824, por imigrantes alemães. Já os imigrantes italianos completam a etapa de povoamento do Estado com a ocupação da região nordeste, a partir de 1875.²⁹⁷

Os primitivos contingentes migratórios de italianos, formados quase que exclusivamente por analfabetos, teriam sua vida social, comunitária e, principalmente, sua linguagem marcadas pelas condições de vida nesta nova terra. Esse quadro sociocultural não era um prolongamento da Itália, “era simplesmente uma expressão natural, espontânea, dos valores culturais dos imigrantes, favorecida pelo relativo isolamento, sem nenhum apoio de escolas, sociedades, imprensa e centralizada em torno da religião católica”.²⁹⁸

Esses imigrantes não se identificavam com os valores da Itália unida liberal, mas, sim, com suas aldeias de origem, seus pequenos vilarejos, suas tradições, seus valores e, principalmente, com o universo da Igreja Católica, que ocupava o espaço maior. É essa Itália campestre que os imigrantes vão reconstruir, em parte, no Rio Grande do Sul.²⁹⁹

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 20.

²⁹⁶ De acordo com o art. 3º da Lei 601 de 28/10/1848, são terras devolutas as que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundar em título legal, foram legitimadas por esta lei. (MACHADO, M. *Op. cit.*, 2001, p. 39)

²⁹⁷ MACHADO, M. *Op. cit.*, 2001, p. 38-39.

²⁹⁸ MANFRÓI. *Apud* RIBEIRO, C. *Op. cit.*, 2005, p. 19.

²⁹⁹ MANFRÓI, O. *Op. cit.*, 1999, p. 48.

A manutenção dessa cultura foi espontânea e, nos primeiros decênios, caracterizou-se pela preservação dos hábitos, valores e instituições da província natal: na estrutura orgânica dos vilarejos, na atividade essencialmente agrícola, nas limitações de opções de lazer, na religiosidade e nos falares dialetais. Essa situação foi possível em função do relativo isolamento a que se viram confinados; pela morfologia do solo, que lhes assegurou continuidade de uma atividade essencialmente agrícola; pela vida social organizada ao redor da capela; e pelo comércio de troca, no início praticado entre os grupos ao redor das próprias capelas. Cabe ressaltar, ainda, que o processo de integração foi lento e gradual, modificando alguns aspectos culturais, enquanto outros se mantiveram.³⁰⁰

A combinação desses elementos parece sugerir a geração de um processo de identificação pela mesma condição de emigrados. Nesses termos, como já registrado, tal sentimento de identificação entre os imigrantes, com relação à Itália, surge na nova pátria, já que o país de origem havia sido recém unificado e nem o idioma italiano oficial havia sido estabelecido. Além disso, o próprio processo histórico da imigração e da colonização das novas terras foi determinante, pois, como já elucidado, foi feito por um grupo homogêneo na sua visão de mundo, embora não o fosse em sua origem e linguisticamente falando.³⁰¹

Assim, inicialmente, identifica-se que na RCI foi constituído um sistema cultural, pelo menos de maneira mais concentrada nas áreas rurais e num período histórico que margeia os anos de 1875 a 1950. O que lhe confere esta validade de sistema é a sua localização num ambiente geográfico próprio, relativamente isolado, e também a criação de um ambiente linguístico, igualmente diferenciado e isolado. Já na área urbana, e depois desse período histórico, parece que o sistema cultural entra em processo de recontextualização, mantendo alguns traços culturais diluídos num sistema mais abrangente.³⁰²

O passado no contexto local de Antônio Prado foi abordado no primeiro capítulo, mas cabe ressaltar que o processo de ocupação foi semelhante ao da RCI, sendo que o núcleo urbano destacou-se por uma intensa atividade comercial por estar na rota das tropas. Além disso, outra particularidade a ser lembrada é a

³⁰⁰ RIBEIRO, C. *Op. cit.*, 2005, p. 12/60.

³⁰¹ *Idem*, p. 19

³⁰² RIBEIRO; Cleodes Maria Piazza Júlio e José Clemente Pozenato (org.). *Cultura, imigração e memória : percursos e horizontes : 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004, p. 19.

característica do relativo isolamento, em função, primeiramente, da inexistência de ponte para cruzar o Rio das Antas e, depois, das condições das estradas. O grande diferencial fica por conta do isolamento e da estagnação econômica, que permitiram a preservação da arquitetura de um contexto urbano de colonização italiana, grande parte constituída por edificações em madeira. Essa arquitetura é o que hoje distingue Antônio Prado como “a cidade mais italiana do Brasil”.³⁰³

O conteúdo das implicações era mais ou menos sempre o mesmo. Para os lusos, o descendente de italianos era o “gringo”, sinônimo de unha-de-fome, grosseiro, comilão, que nem sabia falar direito a língua nacional. Para os filhos de italianos, o brasileiro era o “negro”, sinônimo de vagabundo, vaidoso, esbanjador, que só sabia viver nas costas de quem trabalhava. Nada disso ia para os jornais. Não se podia negar também que havia esforços de acabar com os preconceitos. Mas isso em geral ficava para as cerimônias e os discursos oficiais. Nas ruas, a verdade era outra.³⁰⁴

3.2 ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRUPAL

“135 anos de cultura”: este título nomeia o encarte publicado pelo Jornal Pioneiro de Caxias do Sul, em 01 de junho de 2010. A contagem dos anos faz referência ao processo de imigração italiana, iniciado na cidade oficialmente em 1875. Embora o encarte tenha sido concebido para comemorar a data, já não a identifica apenas como 135 anos de imigração italiana. Busca, na verdade, a diversidade de atores da cultura local nestes novos tempos. A proposta do encarte é explorar cinco eixos temáticos: língua, gastronomia, arquitetura, religiosidade e identidade, sendo que a abordagem se dá sob os “olhos dos descendentes que olham para o passado, cultuando a memória dos laços italianos, e, os olhos dos novos imigrantes que buscam o futuro, reiterando a confiança em dias melhores na

³⁰³ *Slogan* que identifica a administração municipal de Antônio Prado desde 2004.

³⁰⁴ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2006, p. 76.

Serra”. O encarte também registra que, nos 135 anos de cultura, além de caírem por terra as argumentações raciais, também estão caindo as barreiras socioculturais.

Os eixos temáticos não foram escolhidos aleatoriamente. São traços, representações que ajudaram a gerar uma identificação coletiva no grupo de descendentes de imigrantes italianos na Serra Gaúcha. Mas, além de apreender as representações geradas, também foi necessário identificar os mediadores e os meios que ajudaram a constituir essas representações. Pela especificidade deste estudo, dois eixos foram explorados em particular: a identidade e a arquitetura.

Vários estudos apontam para uma identificação inicial dos colonos, pela mesma condição de imigrados e pelo despertar em terras brasileiras, da consciência de uma *italianità*. Além disso, algumas ações isoladas, principalmente em Caxias do Sul, que é o polo de convergência da região, vinham sendo empreendidas no sentido de enaltecer a história da imigração. Dentre elas podem-se citar a edição de álbuns comemorativos para as datas do cinquentenário, dos 75 anos e do centenário da imigração, a fundação do Museu Municipal em 1947, a inauguração do Monumento ao Imigrante em 1954, a inauguração do Museu Casa de Pedra em 1975, e a inauguração do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami em 1976.

O estudo da antropóloga Maria Clara Mocelin situa nas décadas de 1970 e 1980 as ações de maior peso no processo de valorização e afirmação da identidade étnica na região. Segundo esse estudo, o processo identitário da italianidade envolveu afirmação, valorização, reconhecimento e promoção de um grupo étnico. Esse processo poderia ser explicado inicialmente pelas estratégias de grupos de interesse para legitimar e reconhecer um campo de conhecimento, em seguida pelas ações culturais para promover este grupo étnico, e, por fim, pelo sentimento de identificação grupal, nutrido pela ideia de pertencimento a uma origem comum. A italianidade seria, então, “produto de sentimentos, representações, estratégias, derivados de encontros e confrontos entre distintos grupos e indivíduos”.³⁰⁵ Ela seria expressa de modos diferentes, mas com sentimento de pertencimento similar tanto nas ações que objetivavam a promoção do grupo étnico, quanto na vivência restrita ao domínio doméstico e das sociedades locais. Cabe ressaltar que é somente na ritualização para fora do grupo – quando encenadas em festas e jogos – que tais

³⁰⁵ MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008, p. 191.

marcas de distinção assumem um caráter de promoção e valorização. Na RCI, a valorização se deu por ações de grupos de interesses, e não em consequência de uma política cultural específica.³⁰⁶

A sociedade local fazia circular através de jornais, informativos de empresas, literatura local, além de outras manifestações culturais, discursos com temas que remetiam a questões étnicas e regionais. Esses discursos se apropriavam de elementos do passado, sempre relacionando o sucesso do hoje com as agruras do início da imigração. Na década de 1970, esse discurso se acentua com ações em várias frentes: as festividades do centenário; as homenagens aos descendentes de imigrantes que hoje são considerados industriais bem sucedidos; a produção e publicação de pesquisas ligadas ao tema da imigração italiana pela Universidade de Caxias do Sul; o desenvolvimento, por Prefeituras, Secretarias de Educação, Cultura e Turismo, de políticas culturais que valorizaram o símbolo dominante da região, o imigrante italiano, com criação de roteiros turísticos e históricos; as Festas da Uva, do Vinho, dentre outras, que passaram a homenagear os antepassados e promover a comunidade “para fora” do grupo; o surgimento de associações italianas; etc.³⁰⁷

Dessa forma, o processo de valorização da cultura local ocorre “tanto por meio de um discurso e uma prática coerente e organizada para certos fins, quanto por meio das representações inconscientes e desprovidas de caráter sistêmico”.³⁰⁸

O sucesso desse processo pode ser explicado, em parte, por quatro fatores: constituição de um campo específico de conhecimento com a temática da imigração italiana; atuação conjunta de empresários e intelectuais nas políticas culturais e de desenvolvimento regional; processo de modernização da economia local; e representações simbólicas associadas a tal processo.³⁰⁹

Os agentes desse processo são também pertencentes ao grupo étnico e são concebidos como um grupo informal de interesse, que adota estratégias simbólicas para conferir ao grupo (portanto, a si mesmos) reconhecimento e visibilidade.³¹⁰ O estudo da antropóloga Maria Clara Mocelin identifica como agentes, intelectuais e empresários,³¹¹ ligados ao campo empresarial, acadêmico e cultural. Ela considera a

³⁰⁶ *Idem*, p. 163-166.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 12-13.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 27.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 188.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 191.

³¹¹ A tese de doutorado da antropóloga Maria Clara Mocelin apresenta as trajetórias pessoais e as filiações teóricas de vários intelectuais ligados à pesquisa de temas da imigração italiana na Serra

Universidade de Caxias do Sul como uma instituição com importante papel nessa valorização. Seria a universidade o nó desta rede de relações, um espaço privilegiado entre os campos intelectual e empresarial que contribuiu significativamente para a construção da italianidade.³¹²

A Universidade de Caxias do Sul é ela mesma, em grande parte, fruto dessa cultura particular. Ao estudá-la, em certa medida a Universidade busca compreender a si própria e, compreendendo-se, procura saber mais claramente qual o papel que lhe compete nesse contexto. [...] A Universidade fez uma opção consciente no sentido de se integrar plenamente com a realidade de sua região.³¹³

Os intelectuais, apesar de versarem sobre o assunto comum da imigração italiana na região, se filiaram a distintas correntes teóricas e abordaram os mais diferentes temas. Destacam-se no conjunto as correntes marxistas, com crítica social nas obras a partir dos conceitos de classe e identidade; a imigração analisada através da industrialização e da religião; os estudos científicos com relação à língua ou dialetos; a recuperação da memória regional através de fontes documentais e orais; e pesquisadores que não se filiaram a nenhuma corrente teórica e que se dedicaram a realizar estudos descritivos. Além disso, merece destaque o Projeto ECIRS, cujo trabalho tem cunho antropológico e se situa na fronteira dos estudos culturais, buscando a recuperação e valorização da italianidade por meio do registro de elementos materiais e imateriais constituintes da memória regional.³¹⁴ Na medida em que os “intelectuais selecionaram fatos, eventos do passado, para reconstruir a memória dos descendentes, eles o faziam num contexto presente: o processo de valorização da cultura local”.³¹⁵ Cabe registrar, ainda, que todos os intelectuais pesquisados têm ascendência italiana, e sua maioria não é oriunda da elite local, mas ascendeu econômica e socialmente em razão da atividade intelectual.³¹⁶

Os empresários³¹⁷ são também agentes sociais que têm papel importante na produção de representações sociais. Na literatura local e nos meios de

Gaúcha. Também descreve as histórias de vida de vários empresários da região, além de analisar o cruzamento destas trajetórias com a Universidade de Caxias do Sul.

³¹² MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008, p. 148.

³¹³ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p. 13.

³¹⁴ MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008, p. 96-104.

³¹⁵ *Idem*, p. 159.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 148.

³¹⁷ O estudo da antropóloga Maria Clara Mocelin, considera três tipos de empresários: os fundadores das empresas, mais próxima do *habitus* camponês, cuja trajetória é marcada pelas escolhas

comunicação, suas histórias são divulgadas como exemplares. Frequentemente, sua origem é tida como elemento de distinção, sendo que sua vinculação não se dá com a Itália e sim com os imigrantes e as representações vinculadas a ele: pioneirismo e espírito empreendedor. Assim, ele se distingue do brasileiro pela origem italiana associada a um modelo de progresso, sendo que a representação do trabalho é tomada como fator de distinção étnica. Vale ressaltar que, nas décadas de 1970 e 1980, iniciam-se as migrações dos Campos de Cima da Serra para a RCI, de sujeitos atraídos pela modernização econômica e pela alternativa de emprego nas indústrias do setor metalúrgico. Surge a auto-representação segundo a qual os descendentes de italianos são “mais trabalhadores” e “mais qualificados” do que os brasileiros.³¹⁸

Os descendentes de imigrantes italianos se identificam com as narrativas dos intelectuais e empresários e desenvolvem um sentimento de pertença a um mesmo grupo étnico, mesmo que entre eles existam muitas diferenças econômicas e sociais. Os eventos que envolvem as narrativas de origem vão gerar as representações dominantes: os descendentes idealizam o imigrante como o pioneiro, o herói civilizador, e, ainda, constroem sua identidade em relação ao brasileiro, cuja distinção se apresenta pelo valor atribuído ao trabalho como empreendimento industrial e como realizador do progresso. Além disso, outras marcas distintivas são atribuídas ao grupo: terra, família, religiosidade, propriedade, dialeto, herança e poupança.³¹⁹

“As ações desenvolvidas pelos agentes culturais tiveram como objetivo a visibilidade e reconhecimento dos descendentes de italianos; ou seja, reivindicaram reconhecimento a um modo diferente de ser gaúcho e brasileiro.” É um caso particular de luta simbólica, de reivindicação regionalista, já que surge também como resposta a uma estigmatização que o grupo sofria.³²⁰

Embora na região ainda seja muito forte a questão da italianidade, já se percebe, nos últimos anos, a incorporação, no discurso dos agentes culturais, de

familiares com possibilidade do trabalho familiar propiciar o acúmulo de capital econômico, com a prática da poupança; os herdeiros, cuja concepção de trabalho está associada à formação profissional e a possibilidade de usufruir do capital acumulado e os ligados a um conhecimento técnico. (MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008. p. 105-145)

³¹⁸ MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008, p. 178.

³¹⁹ *Idem*, p. 188.

³²⁰ *Ibidem*, p. 190.

elementos que fazem menção à diversidade cultural, numa resposta ao que Hall denomina agenda do multiculturalismo.³²¹ Dois exemplos recentes podem ser citados: o primeiro é o *slogan* da Festa da Uva de 2006 – “A alegria de estarmos juntos” –, numa referência às diversas etnias que formaram Caxias do Sul. Outro é o encarte “135 anos de cultura”, comemorativo aos 135 anos de imigração italiana, publicado pelo Jornal Pioneiro em 2010, conforme relatado anteriormente.

Nesse encarte, o escritor e pesquisador José Clemente Pozenato, enumera três pilares identitários para a região: o associativismo, a religião e a valorização do trabalho. Para ele, ao contrário do gaúcho, que tem como emblemática a figura solitária montada a cavalo, vagando pelo pampa, o imigrante italiano quase nunca está só, pois tem disposição natural para a coletividade. Por esse motivo surgiram importantes instituições como hospitais, universidades, sociedades de mútuo socorro. Com relação à religião, ele destaca que, para o gaúcho, não há presença religiosa, há o transcendente, ao passo que o imigrante traz com ele a informação religiosa e o seu primeiro sinal de organização social se dá nas capelas. Já o trabalho é seu maior diferencial, é a única forma de vencer. “Quem quer fazer parte daqui precisa absorver este valor.”³²² É justamente o trabalho que traz as novas levadas de imigrantes para a cidade, numa clara referência ao mito de que só o trabalho possibilita a melhoria das condições de vida.

Com relação à arquitetura, para entendimento de como ela também se torna uma marca identitária, podemos nos remeter a dois estudos realizados na região pela antropóloga italiana Alessia de Biase. A escolha se deu em função de esses estudos tratarem especificamente de objetos arquitetônicos, já que uma das intenções deste trabalho é apreender que sentidos são destinados às casas, objeto do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado.

Segundo essa pesquisadora, os objetos do patrimônio são aqueles considerados como produzidos ou inventados pela memória coletiva, sendo que dentre eles se pode identificar o patrimônio arquitetônico. Ele é uma concretização do discurso de construção da identidade: “toda construção de identidade, seja ela nacional, religiosa, cultural ou étnica, necessita reencontrar pontos de referência espaciais, sejam eles de cidades míticas, de estilos arquitetônicos ou de técnicas

³²¹ HALL, 2003. *Apud* MOCELIN, M. *Op. cit.*, 2008, p. 191.

³²² Jornal Pioneiro. Encarte 135 anos de cultura. Caxias do Sul. 01/jun/2010, p. 25.

construtivas”.³²³

No entanto, para o grupo étnico da região, o conflito está em aceitar e conferir valor ao que foi produzido pela cultura da pobreza e de conferir valor ao que é antigo.

Na nossa região, não há respeito pelo que é antigo. Primeiro porque o antigo ainda se reveste do estigma das funções primárias de uma sociedade rural e, segundo, porque a produção industrial não é vista como um estigma, em sociedades desenvolvidas. Possuir uma casa antiga, um objeto antigo, não confere *status* na nossa região. Pelo contrário, é uma negação do êxito, do sucesso.³²⁴

Cabe considerar, com relação ao advento da sociedade de consumo, que as mudanças no campo da arquitetura refletem bem esse processo de oposição ao passado e de legitimação de um “novo mundo” burguês moderno, onde a utilização de novos materiais, como o vidro e o ferro, passam a se impor como elementos de racionalização das construções e de modernização dos espaços. Por isso, o movimento de modernização também se difunde através da arquitetura e da utilização de novos materiais. A relação entre “passado e presente” passa, neste caso, a ser reapropriada na dicotomia “estagnação e progresso”, onde os processos de racionalização se legitimam como indicativo de modernidade. O progresso implica mudança e não continuidade, transformação e não conformidade, dinâmica e não estagnação. Esse movimento característico do processo de modernização se incrustou no interior da esfera de consumo.³²⁵

Mas os casos estudados pela antropóloga Alessia de Biase parecem ter revertido pelo menos em parte esta ojeriza ao antigo. No caso do Projeto Caminhos de Pedra³²⁶, houve antes um longo trabalho de mobilização dos proprietários das casas antigas abertas à visitação. Esse projeto   composto de um caminho ao longo

³²³ BIASE, A. *Op. cit.*, 2001, p. 178.

³²⁴ RIBEIRO, C. *Op. cit.*, 2005, p. 117.

³²⁵ RETONDAR, A. *Op. cit.*, 2007, p. 43.

³²⁶ O Projeto Caminhos de Pedra foi Idealizado pelo eng. Tarcísio Vasco Michelin e pelo arq. Júlio Posenato, sendo que o roteiro visa a resgatar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram para a serra gaúcha desde 1875. O projeto surgiu a partir de um levantamento do acervo arquitetônico de todo o interior do município de Bento Gonçalves, realizado no ano de 1987. O primeiro grupo de turistas proveniente de São Paulo foi recebido em 30 de maio de 1992. Em 10 de julho de 1997, com assessoria do SEBRAE foi fundada a Associa o Caminhos de Pedra. Montou-se então um projeto abrangente que contemplava o resgate de todo o patrimônio cultural, não são o arquitetônico, envolvendo língua, folclore, arte, habilidades manuais, etc. Atualmente a Associa o Caminhos de Pedra conta com cerca de 60 associados e o projeto está recebendo uma visita o média anual de 50.000 turistas. O roteiro está em expansão e possui 13 pontos de visita o e 53 pontos de observa o externa. Disponível em: www.caminhosdepetra.org.br. Acesso em: mar/2010.

do qual várias edificações históricas são abertas ao público e nelas são comercializados os produtos que a família produz. Um informante esclarece que:

[...] antes do projeto nós tínhamos um pouco de vergonha, falávamos o dialeto somente entre nós [...] nas primeiras vezes que nós vimos turistas, tivemos medo, tivemos vergonha, não sabíamos como falar. Era a vergonha, nós tínhamos medo que as pessoas rissem de nós, de nossas casas, nós não sabíamos que as pessoas amavam ver essas coisas [...] com o tempo, entendemos que nós estávamos errados, porque tínhamos sonhado durante muito tempo em demolir essas velhas casas desconfortáveis para erguer novas. Nós tínhamos vergonha, os outros tinham casas novas e confortáveis e nós ainda as velhas [...] E agora nos ensinaram a ser orgulhosos de morar ainda nessas casas e de poder contar a história de nossos avós.³²⁷

A aprendizagem deste orgulho pelas velhas pedras, o esquecimento forçado de uma antiga vergonha da identidade, a escolha de guardar do passado somente os elementos com valor positivo, esquecendo o período de “brasilianização” forçada que seus pais haviam sofrido e, enfim, a cópia do passado mítico pelos descendentes, parecem ser elementos formadores do que Marc Auge (*apud* Biase) chamou de uma ficção identitária. O que acontece nos Caminhos de Pedra é semelhante ao que acontece em castelos na Europa. A *Demeure Historique* é uma associação francesa que orienta castelões que querem transformar a sua propriedade em ponto turístico. No projeto dos Caminhos de Pedra, antes da implantação, um grupo de pessoas realizou um intenso processo de convencimento.³²⁸

Uma dupla ficção foi elaborada para essa reconquista da identidade: a primeira, arquitetônica, sendo que as casas foram restauradas como idênticas e as marcas do tempo ou de adaptações à vida cotidiana - como anexos de serviços e sanitários - foram removidas. Além disso, o estilo de vida também deveria ser autêntico: houve uma “italianização do imaginário e dos costumes dos descendentes ítalo-brasileiros, os promotores do projeto marcaram o território de objetos-sinais símbolos de uma identidade”. Os habitantes também assumiram um modo de vida que não era mais o seu. O convencimento veio com a formação de grupos corais, de danças folclóricas, de representações teatrais com a história da imigração e do sofrimento dos primeiros que aqui chegaram, e tudo isso os levou a se converterem

³²⁷ Transcrição parcial de depoimento de proprietário de empreendimento nos Caminhos de Pedra presente no texto. (BIASE, A. *Op. cit.*, 2001, p. 176)

³²⁸ BIASE, A. *Op. cit.*, 2001, p. 174-177.

à identidade italiana.³²⁹

O segundo caso localiza-se em Serafina Corrêa e diz respeito à Via Gênova, uma rua projetada no início dos anos 90 para comemorar a imigração italiana na cidade. Ali foram construídas réplicas em escala reduzida de monumentos arquitetônicos do vêneto, representando uma venecianidade do interior e não da Veneza cosmopolita. Além disso, há o coliseu de Roma, um canal artificial e um navio, o qual representa a partida dos imigrantes. As edificações abrigam atividades atuais de comércio e de serviços.³³⁰

Ao contrário de Las Vegas, cuja intenção é o puro espetáculo, os Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves e a Via Gênova em Serafina Corrêa, também ficções arquitetônicas, mostram que a arquitetura pode ser considerada, dentro de um quadro de construção da identidade, como um sinal de domínio muito marcante e pode modificar o olhar que se tem sobre si mesmo.³³¹

Percebe-se que, nos dois casos relatados, houve um movimento de pessoas da comunidade, ligadas a associações, o que denota mais uma vez a atuação de intelectuais locais como mediadores de valores que serão incutidos na população, no sentido de convencimento ou construção de monumentos que se tornassem representações simbólicas, marcas de identidade.

Outras considerações, a respeito da arquitetura são importantes de relembrar. Segundo a arquiteta e pesquisadora Ana Elísia Costa, o refinamento arquitetônico da região, a solidez almejada, veio com o usos de pedras com entalhes precisos, de tijolos de barro e, como forma de requinte puro, usam-se os lambrequins. Segundo ela, o imigrante sempre quis se adaptar aos modismos, e isso se deu também na linguagem arquitetônica: “quando as pessoas dizem que vão construir uma casa de ‘material’, estão indicando uma casa de alvenaria. Como se a madeira não fosse material, ou que não fosse um material digno”. No entanto, a pesquisadora ressalta que “a arquitetura de madeira e pedra, do início da colonização, têm um significado especial. Muito se tem estudado, e seu valor, aos poucos, vem sendo reconhecido. Isso explica, por exemplo, o tombamento do patrimônio de Antônio Prado”.³³²

³²⁹ *Idem*, p. 180-181.

³³⁰ *Ibidem*, p. 182.

³³¹ *Ibidem*, p. 186.

³³² Jornal Pioneiro. Encarte 135 anos de cultura. Caxias do Sul. 01/jun/2010, p. 21.

O conjunto arquitetônico protegido no centro de Antônio Prado contrasta com a preservação isolada de alguns edifícios caxienses. É o que caracteriza e valoriza a primeira, enquanto é ferida exposta na segunda. Basta um passeio pela região central caxiense. Onde está nossa memória arquitetônica preservada? Aqui, acolá. Muitas dessas construções só permanecem na paisagem da memória.³³³

³³³ *Idem*, p. 21.

De volta a seu posto, José Bernardino ia pensando em como era bom um banho de realismo. Para ele que via de longe, o trabalho realizado pelos imigrantes italianos, nas escarpas da serra, era algo que merecia uma epopéia. Talvez fosse essa mesma a imagem destes tempos, dentro de cem anos. O tempo tem o condão de fazer esquecer as derrotas e o sofrimento e de só preservar as vitórias. Ele passaria a prestar atenção a essa gente. Aqui, quem sabe, poderia brotar o seu romance definitivo, escrito com o rigor realista.³³⁴

4| AS MARCAS EM ANTÔNIO PRADO

“[...] Um autor que escreve sobre a própria cultura elabora um modelo consciente que mascara uma estrutura que permanece inconsciente.”³³⁵ Em *A Cocanha*, o personagem José Bernardino não escreve sobre sua própria cultura, mas observa outra, e desta observação faz nascer suposições do que pode acontecer no futuro. Sua intenção não é o registro científico; é, na verdade, a composição de um romance que reflita a realidade. Seu romance realista, se brotar, será mais um registro de uma cultura particular. Ler seus escritos ou qualquer outro, de forma crítica, requer que o texto não seja visto como um dito definitivo, mas sim como uma mediação entre o dito e o a dizer.³³⁶

Este estudo possuiu justamente a pretensão de entender - aos moldes do que registra o escritor e pesquisador José Clemente Pozenato - os contextos culturais para, dentro deles, entender as ações, os produtos e as representações mentais das pessoas que produzem esta cultura.

Na linguagem sociológica, o texto escrito produz sua própria ideologia, que encobre a realidade à qual se refere. Passar da ideologia do texto à sua referência real significa fazer a sua interpretação, sendo que o trabalho do antropólogo é, em grande parte, interpretação de interpretações.

[...] O que interessa do ponto de vista da antropologia é identificar a ideologia oculta para remetê-la à interpretação do todo cultural de que aquele texto é um documento. Em outras palavras, a ideologia do texto produzido por determinado integrante de uma cultura é reflexo da ideologia de todo o grupo cultural. E como ideologia não é apenas deformadora da realidade, mas elemento dinâmico de integração e de representação de uma cultura, compreender a ideologia é compreender a cultura que ela representa e aglutina, tanto em sua face real como em sua face deformada.³³⁷

³³⁴ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2000, p. 180.

³³⁵ LÉVI-STRAUSS, 1967. *Apud* POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p. 18.

³³⁶ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p. 18.

³³⁷ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p. 17-18.

A tentativa de entendimento deste “todo cultural” visa a apreender as generalidades e particularidades dos sentidos atribuídos ao patrimônio tombado de Antônio Prado. Registra-se que, além do já exposto neste estudo, foi empreendida uma análise de um *corpus* heterogêneo de discursos, por meio da qual se pretende verificar justamente as ideologias que rondam a produção dos textos constituintes deste *corpus*. As condições de produção desses discursos serão explicitadas no decorrer deste item, mas inicialmente cabe realizar algumas considerações, mesmo que básicas, a respeito da cultura.

Conceituar a cultura e identificar seus elementos formadores tem sido a preocupação de muitas ciências e cientistas. Não se pretende aqui abarcar o universo histórico e evolutivo do conceito nem as suas mais variadas nuances. Pretende-se assumir um conceito aos moldes do que apregoa Clifford Geertz, mais limitado, mais especializado.³³⁸ O conceito que este autor apresenta busca referencial em Max Weber: “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, por isso ele assume a “cultura como sendo essas teias e a sua análise: portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.³³⁹

Mesmo a cultura não sendo um “poder”, certamente está sujeita a ele, mesmo que de forma simbólica. Na medida em que entendemos aqui a cultura como um conjunto de sinais com significado, cabe responder a indagação de “quem vai decidir o que tem ou não significado”? A resposta mais óbvia parece ser o próprio grupo cultural, já que ele vai produzindo ou eliminando os sinais, decidindo o que é significativo ou não.³⁴⁰ Todas as relações sociais são permeadas pelas relações de poder, e não se pode negar que as classes dominantes impõem gostos e padrões, inclusive culturais.

Pelo motivo de se tratar aqui a cultura como ciência interpretativa à procura de significado, acreditamos que este conceito interage com o papel da antropologia, pois se entende que o profissional antropólogo faz interpretação em cima de interpretações.³⁴¹

A antropologia define-se, entre outras coisas, como uma ciência de

³³⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 3.

³³⁹ *Idem*, p. 4.

³⁴⁰ POZENATO, José Clemente. *Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1990. Cadernos da EDUCS, p. 26.

³⁴¹ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2003, p.18.

interpretação das culturas como sistemas simbólicos. Política, saúde, consumo, religião, mito, ritual, arte, ou seja, todas as dimensões do fazer humano podem ser pesquisadas, comparadas, analisadas e interpretadas do ponto de vista antropológico.³⁴²

A pesquisa antropológica se caracteriza por ser qualitativa, sendo que em alguns casos são usados os trabalhos de campo, através da etnografia e, em outros, o antropólogo não se envolve diretamente com populações ou lugares, mas volta seu olhar para artefatos da cultura: cinema, televisão, revistas, literatura, arquitetura, relatos históricos, fotografias, jornais, enfim, qualquer produção do ser humano.³⁴³

Para o trabalho de interpretação do processo de tombamento de Antônio Prado, toma-se a pesquisa antropológica por sua característica qualitativa, cabendo salientar que não há relação direta com a população, ou seja, não foi realizado trabalho etnográfico. Nesse caso, o olhar foi voltado para alguns artefatos da cultura já produzidos sobre o tema: documentos técnicos, reportagens jornalísticas, entrevistas sociolinguísticas transcritas, além da literatura e da arquitetura. Portanto, foram realizadas interpretações a partir de interpretações.

Um apontamento é particularmente importante nessa tomada de decisão:

[...] se os produtos, as paisagens e os repertórios culturais podem ser constitutivos da teia da cultura, não a definem como totalidade autocontida e insular. A cultura inclui esses elementos, mas abrange também os sentidos de suas produções e as relações sociais das quais essas produções emergem, e suas inter-relações, e hoje podemos dizer também trans-relações com outras configurações culturais.³⁴⁴

Cabe considerar ainda que a ideia de região, neste estudo, remeteu a uma prática de espaço. Levando em conta todas as observações anteriores a respeito da concepção de região e de sua quase sempre oposição às questões nacionais, como condição de reivindicação de reconhecimento, também a região emergiu como “processo e como constructo cultural”.³⁴⁵ Sob esse ponto de vista, cabe ressaltar que alguns cuidados teóricos e metodológicos precisam ser referidos quando se trata de estudar uma cultura dita regional. Seu estudo não se reduz à simples inventariação de traços culturais, práticas linguísticas, fazeres, saberes, uma vez que isso

³⁴² SANTOS, Rafael José dos. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005, p. 57.

³⁴³ *Idem*, p. 64-65.

³⁴⁴ SANTOS, R. *Op. cit.*, 2009, p. 13.

³⁴⁵ *Idem*, p. 5.

conduziria fatalmente às práticas folcloristas. Embora os inventários e registros sejam extremamente importantes para a preservação dos elementos culturais, considerando a velocidade das mudanças na modernidade tardia, e também para o trabalho etnográfico, não encerram as características essenciais de uma identidade ou regionalidade.³⁴⁶

Ainda com relação ao estudo da cultura da região, é necessário o esclarecimento de alguns pressupostos que norteiam o trabalho do Projeto ECIRS. O Projeto ECIRS, mesmo não sendo o único a abordar a imigração italiana na Serra Gaúcha, foi certamente um importante colaborador no reconhecimento dos traços que formaram a cultura desta região. Além disso, atuou em parceria com a então SPHAN nos levantamentos que compuseram o dossiê de tombamento de Antônio Prado.

Portanto, neste trabalho, os intelectuais do Projeto ECIRS assumem dupla posição; numa delas, a produção do grupo é tomada como referência bibliográfica para entendimento da cultura da imigração italiana na região. Além disso, o grupo é tomado também como agente e promotor do processo de tombamento em Antônio Prado, principalmente pelo desenvolvimento de levantamentos, pesquisas de campo, ações de educação patrimonial, além de figurar na mídia escrita como um dos principais divulgadores dos valores para o tombamento.

É importante ressaltar que o Projeto ECIRS nunca se referiu a uma cultura italiana, ou a uma tradição italiana na região. Sempre a definiu como uma cultura da imigração italiana, ou seja, uma cultura que foi construída em terras brasileiras, associada ao processo de imigração italiana. Nem se pode dizer que esta cultura é uma construção apenas do imigrante italiano, salvo algumas exceções localizadas. No conjunto, ela resulta de trocas culturais ocorridas entre a cultura (melhor seria dizer entre as culturas, tal a diversidade de língua e de hábitos entre os imigrantes que vieram da Itália) trazida pelo imigrante e a cultura que já vinha sendo construída no sul do Brasil. Outro ponto importante é que o ECIRS entende que a cultura é um processo em transformação permanente e que estudá-la tem por objetivo compreender seu fluxo, para, em última instância, cada indivíduo saber quem é e qual é a sua identidade.³⁴⁷

Os pressupostos teóricos do Projeto ECIRS preconizam que nenhum sistema

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 12-13.

³⁴⁷ RIBEIRO, C.; POZENATO, J. *Op. cit.*, 2004, p. 15.

cultural existe em completo isolamento e, para estudá-los, é necessário buscar quais os são os elementos culturais relacionados ou característicos de determinada sociedade. E, por ser tratar de um processo social, o estudo desses elementos ou traços culturais remete para o sistema que lhes dá origem. Assim sendo, há que se considerar não apenas o contexto histórico que gerou o sistema, mas a história da mudança, tendo claro que a sua significação estará sempre na dependência do novo contexto histórico em que sobreviveram ou sobrevivem. Os pressupostos salientam ainda que, para que haja um sistema cultural, e não apenas traços culturais diferenciados, são necessárias certas condições ambientais. Dentre essas condições, duas parecem ser fundamentais: um ambiente geográfico próprio, que determinará tanto a criação de uma cultura adequada a ele como a diferenciação, baseada num relativo isolamento, com relação a outros ambientes geográficos; e um ambiente linguístico igualmente diferenciado e isolado.³⁴⁸

O estudo do processo cultural da imigração italiana na região realizado pelo Projeto ECIRS parece ir ao encontro de uma nova tendência de pensar a diversidade cultural, como já explicitado anteriormente. Também parece atender a interesses de grupos sociais da região, que vêm no tombamento a aceitação da colônia e de seus produtos como constitutivos da identidade nacional, como foi ressaltado em algumas reportagens jornalísticas.

Levando-se em conta esses estudos e aliando a concepção de cultura como texto com a ideia de região como modalidade de prática de espaço, propõe-se, de acordo com Santos, a noção de relatos de regionalidade. Esses relatos são “formas de prática, apreensão e interpretação do espaço, ao mesmo tempo em que possibilitam apreendê-lo e interpretá-lo em seus sentidos de regionalidade, tal como se configuram na dinâmica cultural contemporânea”.³⁴⁹

Cabe salientar que os relatos de regionalidade não são transposições da região ou do regional para a linguagem; eles, juntamente com as práticas de regionalidade, constituem a densidade cultural a ser apreendida e interpretada, sendo que as práticas de regionalidade “não constituem objetos passíveis de serem pensados fora de seus contextos particulares de significação”.³⁵⁰

Não cabe aqui enumerar as diferentes modalidades de relatos e práticas de

³⁴⁸ *Idem*, p. 18-19.

³⁴⁹ SANTOS, R. *Op. cit.*, 2009, p. 2.

³⁵⁰ *Idem*, p. 16.

regionalidade. Pela especificidade desse estudo, é importante destacar uma delas: o conjunto arquitetônico e urbano. Essa paisagem cultural ou lugar, independentemente da nomenclatura que se queira utilizar, encerra sentidos produzidos tanto pelos que ali vivem quanto por aqueles que o visitam. São esses relatos de regionalidade, portanto, “chaves de interpretação”,³⁵¹ lembrando sempre que os “conflitos também constituem o texto e o contexto da cultura”.³⁵²

No caso do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado, a interpretação iniciou justamente pelo conflito e fez o processo inverso: buscou, nas mais diversas ordens, justificativa para a divergência de sentidos atribuídos ao patrimônio e para seu reconhecimento como de valor nacional, por um órgão de preservação estatal. Esse patrimônio é também um relato de regionalidade porque hoje não pertence apenas a Antônio Prado, mas se constitui marca identitária de toda a RCI, representando-a perante a nação brasileira e também perante os processos de mundialização da cultura.

O que propiciou esta análise inversa foi inicialmente a abordagem de textos para-literários³⁵³. A leitura desses textos, relativos ao tema do tombamento, foi proporcionando a identificação de categorias-chave, que, para melhor entendimento, remeteram a estudos de revisão bibliográfica ou de conceituação.

Como premissa inicial, adotou-se o método de estudo em representação social, considerando que seu primeiro princípio metodológico é a coleta de amostra de dados. Segundo Spink, essa coleta se apresenta de formas diversas, embora duas sejam as mais consensuais: a ênfase nas condições de produção e o uso de material espontâneo. A primeira tem conotação etnográfica e se realiza através do estudo de situações sociais complexas ou na focalização dos sujeitos, entendendo o conhecimento dentro do contexto de onde ele emerge, circula e se transforma. A segunda se volta para a manifestação das informações dialógicas que formam e reformam as representações, sejam elas expressas livremente em entrevistas ou cristalizadas em produções sociais, como livros, documentos, mídia escrita, etc.³⁵⁴

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*, p. 24.

³⁵³ São textos descolados da ficção, são baseados nos fatos reais, embora contenham, pela sua natureza de produção humana, inferências pessoais. POZENATO, José Clemente. *Literatura e Interdisciplinaridade*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre/2008.

³⁵⁴ SPINK, 2004. Disponível em <http://nosos.multiply.com/journal/item/62/62>. Acesso em nov/2009.

Cabe considerar que este estudo não utilizou métodos etnográficos, como já frisado anteriormente, mas se voltou para a segunda forma apresentada para estudo da formação e reformulação das representações sociais, ou seja, fez uso das informações contidas em livros, documentos, entrevistas e mídia escrita. Pelo fato de as representações sociais estarem intimamente relacionadas com a linguagem e tendo em vista o caráter científico gerador deste estudo, optou-se por ter como instrumentos de pesquisa textos para-literários oriundos de várias fontes. Dessa forma, constituiu-se um *corpus* heterogêneo, tanto cronologicamente quanto nas suas condições de produção. Embora os discursos constituintes do *corpus* (documentos técnicos, entrevistas sociolinguísticas e mídia escrita) sejam de natureza diversa, produzidos em situações diferentes e com propósitos diferentes, entende-se que, a partir deste conjunto de abordagens e do cruzamento de suas interpretações, será possível o reconhecimento das representações ou significações, numa perspectiva coletiva e histórica e também do ponto de vista público e privado. Este posicionamento metodológico tem a intenção de colher o máximo de informações, posições ou significados acerca do tema “tombamento de Antônio Prado”. Não se pretende, aqui, esgotar o assunto, mas é intenção mapear as representações e sentidos que se estabeleceram a respeito do tema, a partir de diferentes agentes e seus lugares no campo social, no qual se inclui a dimensão do patrimônio.

O primeiro conjunto a ser abordado constitui-se de textos de ordem técnica. Eles foram obtidos junto ao arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul e se compõem tanto por publicações em revistas especializadas quanto por documentos oficiais. O recorte temporal tem início em 1985, com o parecer e a ata do Conselho Consultivo referente ao tombamento da Casa da Neni; tem sequência com a Carta de Antônio Prado, resultante do Seminário de Arquitetura Popular Brasileira, em 1986; com uma matéria publicada no Jornal do IAB em 1988; com o parecer e a ata do Conselho Consultivo referente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, em 1988; com um artigo da antiga revista da SPHAN, de nov-dez/1988; e, por fim, com um artigo da Revista Construção de jan/1989. Pela característica de discurso performático, pronunciados no interior do campo do patrimônio - tendo como base o conhecimento arquitetônico -, esses discursos por vezes repetem os temas e, por este motivo, foi decidido que se restringiriam a esses exemplares provenientes do acervo da biblioteca do IPHAN

no estado. Os documentos e as reportagens foram fotografados em meio digital e encontram-se disponíveis no CD presente no Anexo A.

O segundo conjunto objeto de análise se compõe de entrevistas sociolinguísticas. Elas foram obtidas junto ao Banco de Dados de Fala da Serra Gaúcha – BDSer³⁵⁵. Temporalmente, as entrevistas são os instrumentos mais recentes, tendo sido realizadas no período compreendido entre os anos de 2003 e 2006, ou seja, existe uma certa distância cronológica do conflito. Para a análise, foram utilizadas as versões já transcritas e cabe salientar que elas foram realizadas apenas com moradores de Antônio Prado, não existindo a presença dos vários atores sociais envolvidos na questão do tombamento. Algumas considerações a respeito do BDSer e o modo como são realizadas essas entrevistas precisam ser registradas.

O BDSer é

[...] um acervo de entrevistas sociolinguísticas cujo propósito é o de subsidiar pesquisas de língua falada. No entanto, dada a natureza das entrevistas – narrativas de experiência pessoal, que incluem descrições de locais, práticas e fatos de épocas passadas, bem como posicionamento frente a questões sociais -, o BDSer como outros *corpora* linguísticos armazena material relevante também para estudos culturais, especialmente aqueles que se apoiam em depoimentos pessoais orais para registrar a história e a percepção social do ponto de vista do indivíduo.³⁵⁶

Esse banco é considerado como um *corpus* linguístico, porque as partes de seu acervo podem ser estudadas não-linearmente, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Esse *corpus* linguístico, disponível para consulta e análise pela comunidade acadêmica, quer por pesquisadores da área de Letras, quer por estudiosos de outras Ciências Humanas e Sociais, é antes de tudo um registro de memória. Destaca-se que sua relevância consiste em guardar a percepção do cotidiano do ponto de vista do indivíduo, a experiência oral de que se sabe apenas pela conversa, situada na lembrança de jovens e velhos, homens e mulheres.³⁵⁷

Com relação à execução das entrevistas, é necessário esclarecer que

³⁵⁵ O BDSer teve início em agosto de 2000, como resultado de um projeto de pesquisa do Departamento de Letras/ Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul. A área de abrangência da investigação é a Microrregião Vinicultora de Caxias do Sul, que inclui nove municípios de colonização italiana: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos, Veranópolis. Disponível em www.ucs.br. Acesso em nov/2009.

³⁵⁶ BATTISTI, Elisa e Cristiane Lembi. *BDSer: corpus linguístico como acervo de experiências pessoais*. In: Méti: história e cultura. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004. Volume 3, n° 5 (jan/jul.2004), p. 61-79.

³⁵⁷ *Idem*, p. 62/75.

[...] elas são gravadas um-a-um, isto é, com a presença apenas de entrevistador e informante, em local familiar ao entrevistado, seguindo-se um roteiro de entrevista. Coletam-se dados procurando-se minimizar a interferência do pesquisador na naturalidade da situação de comunicação. [...] Usualmente se pergunta sobre infância, família, trabalho, amigos, lazer, problemas enfrentados; eventualmente pergunta-se a opinião sobre algo. O roteiro contém cerca de quarenta questões e estão agrupadas em três blocos: descritivo, narrativo, argumentativo, podendo ser mescladas as questões no decorrer da “conversa” entre pesquisador e entrevistado. É assim que as narrativas de experiência pessoal surgem, que as entrevistas resultam num repertório de histórias de vida através das quais crenças e posicionamentos frente às coisas do mundo se revelam.³⁵⁸

É justamente este posicionamento frente às coisas do mundo que nos interessa neste trabalho. O registro das experiências pessoais pode se constituir em material relevante para a realização de estudos culturais, pois mostra “o modo como o indivíduo constrói a realidade que o cerca através das práticas diárias, bem como a visão de mundo que orienta a vida em comunidade e a compreensão das relações sociais”.³⁵⁹

As possibilidades de exploração das entrevistas sociolinguísticas a partir do ponto de vista discursivo são possíveis desde que as mesmas sejam consideradas como um gênero de discurso:

Gênero de discurso é um conjunto de convenções associadas a um tipo de atividade socialmente aprovada e também um representante desse tipo de atividade, que implica um tipo particular de texto, como também processos particulares de produção, distribuição e consumo de texto. Tais processos ou práticas discursivas são restritas socialmente: a natureza específica da prática social de que fazem parte determina o tipo de recurso discursivo a que se recorre e o modo como se utiliza esse recurso.³⁶⁰

É o que se assumiu neste trabalho: que as entrevistas sejam consideradas como um gênero de discurso e, portanto, passíveis de exploração, neste caso não do ponto de vista da linguagem, mas através dela. A exemplo dos demais instrumentos, foi realizada uma análise do ponto de vista sociológico.

Esclarecemos que, segundo informações do BDSer, em Antônio Prado as entrevistas foram realizadas quase que na sua totalidade por uma pesquisadora moradora da cidade, o que certamente contribuiu para a naturalidade das respostas dos entrevistados. Justamente por esta preocupação com a percepção local é que, no roteiro aplicado na cidade, foi inserida a questão do tombamento, com indagações do tipo:

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 63.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 67.

1. E o que o senhor pensa sobre as nossas casas tombadas?;
2. E tu acha que o tombamento que teve aqui foi bom?;
3. E o que tu pensa sobre o tombamento que teve aqui?;
4. Mas e o nosso centro, assim, das casas tombadas, e tal, que que tu acha sobre isso, aí?;
5. E o que que você pensa sobre o tombamento que teve, então? Tu acha que foi bom pra cidade, pro turismo?;
6. E a senhora achou bom ou ruim o tombamento?;
7. E o que o senhor acha lá das casas tombadas o senhor acha que foi bom, assim, tomba(r) aquilo?;

No caso de Antônio Prado, o BDSer executou cinquenta e sete entrevistas nas zonas urbana e rural. Em função do patrimônio tombado se localizar na zona urbana, se optou por selecionar apenas as entrevistas realizadas pelo BDSer nesta área, que totalizam o número de vinte e nove. Cabe destacar que não se pretende entrar na discussão conceitual do que constitui a zona urbana ou rural, mas apenas seguir a classificação do próprio BDSer, que identifica como urbana a área física contida dentro do perímetro delimitado pela legislação municipal. Os dados relativos à transcrição das entrevistas foram fotografados em meio digital e propiciaram a análise sociológica; no entanto, para preservar o anonimato dos entrevistados, se optou por referi-las, neste estudo, apenas com o número que as identifica no BDSer. Vale ressaltar que tanto a parte de audição como as transcrições encontram-se disponíveis para consulta na sala do banco, localizada no Bloco H na Cidade Universitária da UCS.

Do ponto de vista da análise sociológica dessas entrevistas, para uma maior compreensão das representações associadas ao ato do tombamento em Antônio Prado, foi elaborada uma tabela com a compilação dos posicionamentos perante o ato; além disso, foram identificados os temas recorrentes associados a ele a partir de transcrições parciais. (Anexo A)

Esses dados foram mais facilmente manipuláveis, por se constituírem de entrevistas com moradores de Antônio Prado, ou seja, com sujeitos pertencentes a um mesmo grupo social. Neste caso, os entrevistados manifestaram uma posição com relação ao ato de tombamento e, embora não pertencendo ao campo do patrimônio, atribuíram um sentido aos bens eleitos para preservação, já que em maior ou menor grau foram atingidos por este ato.

O último conjunto de dados analisados foi composto por textos jornalísticos e está dividido em dois blocos: um constituído por jornais de tiragem nacional, estadual e regional, e outro por jornais de tiragem local. O recorte temporal do

primeiro grupo também se restringe à proximidade com o ato de tombamento e abarca o período de 1987 a 1990, pois, a exemplo dos textos técnicos, foi selecionado na biblioteca do IPHAN no Rio Grande do Sul. Esse bloco é composto por duas reportagens do Jornal do Brasil, publicadas uma em 1987 e outra em 1989; oito do Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, sendo uma de 1987, quatro de 1988, uma de 1989 e duas de 1990; e, por fim, duas do Jornal Pioneiro, sendo uma de 1987 e outra de 1990. O segundo bloco é composto por matérias coletadas no jornal local, denominado Panorama Pradense. Esse veículo permitiu uma abrangência maior em termos de tempo, pois possibilitou a seleção de textos de antes, durante e após o tombamento, tendo compreendido o período de abril de 1982 até junho de 2008. Os exemplares deste veículo se encontram todos arquivados no Círculo Ítalo-brasileiro de Antônio Prado. Numa primeira abordagem, foram selecionadas todas as reportagens relativas à história e ao patrimônio de Antônio Prado, para em seguida haver um refinamento que conduziu à eleição de quarenta e duas matérias relativas ao patrimônio histórico edificado ou ao tombamento. Deste total, doze antecedem o tombamento provisório e datam de abril de 1982 a agosto de 1987; dezessete compreendem o período entre o tombamento provisório e o definitivo, de setembro de 1987 a novembro de 1988; sete se referem à fase entre o tombamento definitivo concedido a partir da reunião do Conselho Consultivo em dezembro de 1988 até a inscrição no livro do Tombo em 1989; por fim, seis matérias pós-tombamento que abarcam de janeiro de 1991 a julho de 2007.

Cabe observar que, antes do tombamento, várias matérias foram veiculadas por profissionais da área de preservação ou mesmo por outros intelectuais, interessados na formação de uma educação para a preservação da história e da memória locais. Durante a elucidação dos fatos relacionados ao conflito gerado pelo tombamento, também escrevem os intelectuais na tentativa de sensibilização para os valores do patrimônio histórico e artístico, mas os jornalistas dão voz aos moradores e proprietários de casas tombadas, além de empresários. Além disso, várias matérias foram reproduzidas integralmente de jornais de tiragem nacional ou estadual. O estudo do antropólogo Bernardo Lewgoy aponta o Jornal Panorama Pradense como um dos principais veículos de divulgação da controvérsia causada pelo tombamento.

A opção pela produção jornalística se deu em função do entendimento de que

ela ocorre quase que simultaneamente à geração dos fatos sociais e, além disso, como já destacado, em função da interação contínua entre os meios de comunicação e o imaginário popular, podendo ser determinante no processo de formação das representações sociais. Além disso, a mídia impressa tem a possibilidade de retratar várias falas, vários lugares do discurso social, sejam eles dos proprietários de casas tombadas, de moradores da cidade, do poder público municipal ou federal, ou ainda de profissionais ligados à área da cultura.

Ainda com relação aos textos, é oportuno registrar que os técnicos ilustraram as falas dos agentes do campo do patrimônio e pretenderam dar conta dos sentidos que os olhares “de fora” atribuíram ao processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado; já para expor as feridas “de dentro” foram usadas as entrevistas. No entanto, é importante considerar que as matérias jornalísticas permeiam os dois polos, tanto por sua prerrogativa de registrar a fala de ambos os envolvidos quanto pela característica de texto informativo que possui, a partir do ponto de vista do jornalista.

Considerando essas formações discursivas, é importante ressaltar uma observação de D.F.Mackenzie sobre os usos sociais da escrita: “ela, a escrita, jamais é neutra. Controlar sua produção, emprego, significação é um poderoso instrumento de poder e existem dois poderes envolvidos neste processo: um que é o poder da escrita (de quem escreve); e, outro, o poder sobre a escrita (de quem exerce um poder qualquer sobre a mesma)”.³⁶¹

Mesmo que essas observações tenham sido descritas com relação aos textos literários, acredita-se que também podem ser aplicadas aos textos para-literários, já que são produtos da cultura humana. Salienta-se ainda que este estudo não teve a pretensão de analisar os discursos do ponto de vista literário, mas sim de identificar, nos discursos, as representações e os sentidos. Ou seja, não foi uma análise da linguagem e sim uma análise através da linguagem.

Na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido, e ela só faz sentido porque se inscreve na história. Por isso, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística, ou seja, não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela

³⁶¹ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2º semestre/2008.

mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico. Enfim, o “discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.³⁶²

Pela eleição deste tipo de *corpus*, cabe considerar que esta pesquisa teve caráter qualitativo, pois foi “orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”,³⁶³ sendo que uma das posturas teóricas que determinam seu campo é o emprego textos como material empírico. Este material varia de artigos da mídia a entrevistas, e as interpretações baseiam-se nas transcrições dessas entrevistas ou nos textos a serem encontrados.³⁶⁴

Com relação à redação, considera-se que, nas ciências sociais, o texto não representa apenas um instrumento para documentar os dados e uma base para a interpretação, mas é também, e sobretudo, um instrumento para mediar e comunicar as descobertas e o conhecimento. Fazer ciência social significa, principalmente, produzir textos. “As experiências da pesquisa devem ser transformadas em textos e ser entendidas com base em textos.”³⁶⁵

Como referido anteriormente, na seção seguinte será abordada a questão dos olhares “de fora” a partir dos textos técnicos, e as feridas “de dentro” levando-se em conta as entrevistas sociolinguísticas, além de as reportagens jornalísticas permearem ambos. O cruzamento desses dados, relacionados ainda com a teoria apresentada até então, além da explicitação de outros casos similares, permitiram que fossem elucidadas as generalizações e as particularidades envolvidas no processo de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado, embora ao longo de todo o texto já tenham sido levantadas algumas questões.

Para encerrar, será elucidada a questão icônica – a imagem que a arquitetura gera –, já que, embora ainda persistam discursos contra o tombamento, se explora o patrimônio, nas peças publicitárias, como objeto de consumo, como motor do turismo local, ou ainda na eleição dos materiais ou na estética das novas edificações. Essas ações parecem denotar que a imagem das casas tombadas está mais presente no imaginário do que pressupõe a comunidade local.

³⁶² ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 16-17.

³⁶³ FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004, p. 28.

³⁶⁴ *Idem*, p. 213.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 247.

[...] os 13 mil habitantes da pitoresca Antônio Prado, localidade de colonização italiana situada nas escarpas da Serra Geral gaúcha, começam a digerir a dieta forçada de cultura a que foram submetidos pelo tombamento do centro histórico da cidade, ocorrido no final do ano passado. Superado o impacto negativo inicial – pela impossibilidade de substituir os antigos casarões de madeira por modernos prédios de alvenaria vários moradores começam a apostar na idéia do turismo como opção econômica viável.³⁶⁶

4.1 OS OLHARES “DE FORA” E AS FERIDAS “DE DENTRO”

A “dieta forçada de cultura” referida pelo jornalista certamente diz respeito à cultura partilhada pela elite, neste caso representada pelo ato do tombamento e não pelos objetos tombados em si. O ato de tombamento foi realizado por técnicos com formação superior e que têm acesso às mais variadas formas de produção cultural. Já os objetos tombados, representados pelo conjunto arquitetônico e urbanístico, são produtos de uma cultura de minoria e foram executados, sem auxílio técnico especializado, por artesãos ou mestres carpinteiros locais.

Ao longo do texto foram explicitadas as condições de ampliação do conceito de monumento a patrimônio cultural e a evolução da atuação da disciplina dita de restauração em bens considerados como patrimônio. A Carta de Veneza ampliou a atuação do profissional arquiteto ou restaurador, quando recomendou, em seu Art. 5º, que os edifícios fossem destinados a uma função útil à sociedade. As intervenções e os novos usos exigiram cada vez mais capacitação técnica, e esta disciplina passou a produzir um discurso próprio ao longo do tempo. Por esse motivo, os profissionais tiveram que continuamente buscar aprimoramento em seus conhecimentos. Essas ações parecem indicar que tanto o trabalho quanto os discursos de restauração são restritos a uma minoria dita culta, detentora de um capital cultural; portanto, correspondem a uma cultura dita de elite. Já os artesãos ou mestres carpinteiros são formados na prática cotidiana e respondem a uma necessidade imediata dos moradores, mais ligados à funcionalidade do que a uma preocupação formal ou estética – embora influenciados e com uma leitura particular

³⁶⁶ TREZZI, H. *Op. cit.*, 8/abr/1990, p. 33.

da produção da elite e com aperfeiçoamento progressivo de suas técnicas construtivas -; portanto, ligados à cultura dita popular.

No entanto, a cultura popular em dado momento passou a ser considerada por intelectuais como representativa da essência da nação. Os Estados nacionais fizeram uso dessa ideologia para se legitimarem e, em alguns casos, ajudaram a transformar elementos da cultura popular em símbolos nacionais. Nesse contexto, os órgãos de preservação e seus profissionais serão os principais agentes dessa nova formação identitária nacional. O discurso oficial se insere na sociedade, mas, quando se choca com os interesses particulares de proprietários de bens tombados, produz por vezes rejeição imediata, porque eles se acreditam tolhidos em seu direito de propriedade. O conflito se instaura.

Só o momento de instauração do conflito, contudo, não parecia suficiente para o mapeamento das representações envolvidas no processo de preservação e, principalmente, para o entendimento da divergência de sentidos atribuídos aos bens que foram objetos de tombamento. Por esse motivo e também como referido anteriormente, para entender este todo cultural, optou-se por realizar uma abordagem cronológica dos instrumentos de pesquisa, instituindo os marcos temporais como: período antes do tombamento provisório - com material de 1982 a agosto de 1987 -; período em que vigorou o tombamento provisório - de setembro de 1987 a novembro de 1988 -; período do tombamento definitivo – de dezembro de 1988 a dezembro de 1990 -; e, por fim, depois do tombamento – a partir de 1991, até 2007.

A fase **anterior ao ato de tombamento** é caracterizada por discursos de intelectuais. Com relação ao jornal local, cabe considerar que um dos principais fundadores e colaboradores é a figura do médico Telmo Marcantônio Cunha, pradense e pai de Valdomiro Bocchese Cunha, diretor do Moinho do Nordeste S/A, empresa responsável pelo maior percentual de arrecadação de tributos de Antônio Prado até os dias de hoje e o maior patrocinador dos eventos de conscientização e preservação do patrimônio local. A maioria dos textos relativos ao tema da preservação da história de Antônio Prado será de responsabilidade de Telmo, assim como a reprodução, no jornal local, de matérias veiculadas em outros de tiragem nacional ou estadual. Já em 1982 ele comenta e reproduz um dos textos do arquiteto Júlio Posenato, pesquisador da arquitetura da região que, em 1989, vai

publicar uma obra intitulada “Antônio Prado: cidade histórica”, patrocinada justamente pelo grupo empresarial de Valdomiro Bocchese Cunha. Nesse texto, Antônio Prado é caracterizado pelo arquiteto como o município que se conserva mais íntegro do que os demais da RCI e que tem o perfil de cidade de colonização italiana, ainda que seus moradores não se deem conta disso. Ele coloca a questão de como conscientizar a população, uma vez que na região o progresso se avalia pelo volume das construções novas sobre prédios antigos. Ao final, Telmo considera judiciosas as afirmações do arquiteto, mas pouco práticas, pois não apresentam soluções, e questiona como impedir a renovação de uma cidade com relativo progresso como Antônio Prado. Introduce a ideia de entregar todos os prédios ao Patrimônio Histórico Nacional, mas indaga se o poder municipal teria poderes para impedir a demolição de prédios antigos em nome da história e de uma estética arquitetônica, se nem em Ouro Preto, Salvador e Recife isso tem sido feito totalmente. E finaliza acrescentando que o asfaltamento da estrada poderia trazer levadas de turistas para verem o centro histórico.³⁶⁷

Outra matéria reproduzida exalta a paisagem, os casarões de madeira, a gastronomia e o culto das tradições dos pioneiros e registra que as casas poderão se tornar o principal atrativo turístico e que elas permanecem vivas mais pela disposição dos proprietários do que por uma consciência comunitária do valor do patrimônio histórico.³⁶⁸

Em 1983, se iniciam os estudos da SPHAN, em parceria com o Projeto ECIRS da UCS, o qual, conforme relatado anteriormente, almejava inventariar os núcleos de imigração alemã e italiana. Cabe registrar que, nesse ano, no jornal local é reproduzida parte de uma declaração do arquiteto Júlio Posenato, que dizia que, há uma década e meia, todos o ridicularizavam por considerar “construções de colonos grossos” como arquitetura e que atualmente se assistia a uma redescoberta da cultura popular. Registra ainda que a região precisa sacudir o complexo de inferioridade e autosegregação e sentencia que a comunidade possui um “notável

³⁶⁷ CUNHA, Telmo Marcantônio. *Antônio Prado e a arquitetura urbana de imigração italiana*. Jornal Panorama Pradense. Abr/1982.

³⁶⁸ SOUZA, Eliana Coelho. *Antônio Prado na imprensa: na Serra, a arquitetura e os costumes dos pioneiros*. Jornal Correio do Povo. 04/jul/1982. Reproduzido na íntegra no Jornal Panorama Pradense em jul/1982.

acervo arquitetônico, sem similar no país, e que certamente amanhã o Brasil inteiro há de admirar”.³⁶⁹

No início de 1985, o jornal local exalta a iniciativa de alguns proprietários em restaurar prédios históricos que estariam fadados à demolição se não tivesse sido despertada uma consciência nos proprietários. Além disso, caracteriza as cidades vizinhas como montes de cimento cujas construções não têm nenhuma preocupação estética e visam somente ao lucro fácil, em detrimento da arquitetura de colonização espetacular como maior atração para o futuro turismo em Antônio Prado.³⁷⁰

Nesse ano também é tombada a Casa da Neni - como já referido, por solicitação dos proprietários, o grupo Valdomiro Bocchese Cunha -, que é inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. O parecer do conselheiro relator já indica o valor do conjunto construído em madeira na cidade e o coloca como o “mais homogêneo de todo o acervo arquitetônico legado pela imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul”.³⁷¹ A Ata dessa reunião de tombamento ainda registra que outra edificação constante do mesmo processo havia sido demolida pela Prefeitura Municipal e sugere a adoção, sem mais tardança, de medidas que preservem o “tradicional conjunto urbano de Antônio Prado [...] testemunho inequívoco de identidade social e cultural”.³⁷²

Em 1986, ano do centenário da fundação da colônia de Antônio Prado, várias ações comemorativas são empreendidas, dentre elas a restauração do prédio da Prefeitura Municipal, a inauguração do Monumento ao Imigrante, e a realização do Seminário Nacional de Arquitetura Popular Brasileira “a produção das correntes imigratórias européias tardias”. O jornal divulga amplamente o Seminário, que coloca como um de seus objetivos “proporcionar a participação da comunidade do município nas discussões da preservação do seu patrimônio histórico e cultural”.³⁷³

³⁶⁹ CUNHA, Telmo Marcantônio. *Antônio Prado comemora o centenário de fundação em 1986*. Jornal Panorama Pradense. Jan/1983.

³⁷⁰ Jornal Panorama Pradense. *Antônio Prado restaura prédios históricos*. Fev/1985.

³⁷¹ SOUZA, Alcidio Mafra de. Parecer do Processo nº 1.145-T-85. Processo de Tombamento da Casa da Neni.

³⁷² Ata da 115ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria de Cultura, realizada em 07/mar/1985.

³⁷³ Jornal Panorama Pradense. *Seminário de Arquitetura Popular Brasileira “a produção das correntes imigratórias européias tardias”*. Nov/1986.

O resultado desse evento foi um documento intitulado “Carta de Antônio Prado”, que seria entregue à Comissão Nacional Constituinte, prefeituras, órgãos públicos e imprensa. Segundo a coordenadora do ECIRS, profa. Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, o seminário foi realizado para sensibilizar a comunidade e também a SPHAN, sendo que a discussão girou em torno do aspecto mais importante do tombamento: o político. A pretensão era que a SPHAN, depois de cinquenta anos de trabalho, começasse a privilegiar manifestações culturais de minorias: “entendíamos que os critérios do tombamento deveriam ser mudados”.³⁷⁴ Além disso, o documento recomendava que “a nova constituição brasileira incluísse no seu estatuto a noção de que a propriedade privada, além de seu interesse social *lato sensu*, contém, não raro, valores culturais que devem ser por imperativo ético, transmitidos às gerações que se sucedem”.³⁷⁵

No ano de 1987, antes do tombamento provisório, são publicadas no jornal, pela SPHAN, histórias em quadrinhos do cartunista Iotti com a figura do Nono (figura 5).

³⁷⁴ PEDROSO, N. *Op. cit.*, 24 e 25/out/1987.

³⁷⁵ Carta de Antônio Prado. Documento resultante do Seminário de Arquitetura Popular Brasileira realizado em dez/1986.



Figura 5: Primeira publicação da história em quadrinhos com o personagem Nono.
Fonte: Jornal Panorama Pradense, jun/1987.

Nas charges, o Nono tenta convencer os moradores da importância das edificações históricas, com estratégias bem particulares. É mais uma das ações de cunho educativo realizadas pelo órgão. Além disso, na página da Prefeitura no jornal local, é registrado um agradecimento aos técnicos da SPHAN que viabilizaram e que estão envolvidos nos trabalhos de levantamento visando à preservação e à valorização de uma paisagem única no país.

Além disso, registram que

[...] o conjunto de bens imóveis representados pelas “velhas casas de Antônio Prado” se constituem numa construção coletiva dos imigrantes italianos do início do século e pela sua singularidade personalizada, se constituem em Patrimônio. Primeiramente dos pradenses que têm e veem nas “velhas casas” o cenário onde se desenvolvem sua existência e, por extensão dos brasileiros todos que aqui tem um segmento cultural das correntes étnicas que integram nossa nacionalidade. Nossas velhas casas são hoje a identidade cultural de Antônio Prado.³⁷⁶

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com essa manchete, o Jornal Panorama Pradense, de setembro de 1987, reproduz o **Edital de Notificação aos proprietários**, constante de uma matéria do Jornal Zero Hora. O texto introduz que a cidade de Antônio Prado tem mais um motivo para se orgulhar, além da farta comida colonial e da bela paisagem do Vale do Rio das Antas: a inscrição como *“Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”*.³⁷⁷

Esse edital na verdade se refere ao tombamento provisório, que deverá se tornar definitivo com a votação do Conselho Consultivo da SPHAN. Essa notícia será a responsável pela deflagração do conflito e, a partir deste ato, os jornais darão vozes aos mais diferentes atores envolvidos no processo: SPHAN, ECIRS, Prefeitura, moradores, proprietários, empresários, intelectuais. “O polêmico tombamento de 48 casas no município gaúcho de Antônio Prado é prato frequente no cardápio da imprensa gaúcha.”³⁷⁸ Não somente a imprensa estadual como também a nacional vai registrar as tensões resultantes do ato de tombamento e enaltecer as belezas da cidade. Já o jornal local vai se preocupar em publicar, neste período, textos de intelectuais que contêm a exaltação dos valores do patrimônio da cidade, que reforçam posições favoráveis ao tombamento e que tentam conscientizar a população da importância desta distinção em nível nacional. Nesse veículo, um único documento que solicita a impugnação do edital é publicado, a pedido dos proprietários.

Na mesma edição que trouxe o Edital de Notificação no jornal local, o Editorial “Tombaram nossa paciência” não fala do tombamento, mas das condições da estrada. Traz à tona a questão da marginalização e classifica como fato mais

³⁷⁶ Jornal Panorama Pradense. *10ª Delegacia Regional da Fundação Pró-Memória realiza levantamento arquitetônico da paisagem urbana em Antônio Prado*. Página da Prefeitura. Jun/1987.

³⁷⁷ Jornal Panorama Pradense. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Set/1987. Reproduzido do Jornal Zero Hora de 03/set/1987.

³⁷⁸ Jornal Zero Hora. *Num país pobre, até preservação fica complicada*. 12/jun/1990.

marcante o desvio da BR 116 para Caxias do Sul e São Marcos, afirmando que parece estar na sina e na essência do povo pradense ser exilado. Reivindica ainda um reconhecimento à brasilidade, entendendo que o isolamento leva a um esquecimento. Por esse motivo, reclama que “não somos uma colônia clandestina, mas somos sim, uma comunidade bem brasileira, com direitos inalienáveis de todo cidadão ou comunidade. Direitos que não foram adquiridos paternalisticamente, mas na raça, suor e sangue de nossos antepassados”.³⁷⁹

Um vereador também registra sua posição declarando que a cidade vive um dos mais importantes momentos de sua história e que, embora a comunidade tenha recebido surpresa a notícia do tombamento, este é o fato que oportunizará a Antônio Prado se firmar diferencialmente entre os municípios da região nordeste do estado. Ele defende que, no futuro, bons frutos podem advir desse ato, como o asfaltamento da RS 122.³⁸⁰

Um texto do escritor e pesquisador José Clemente Pozenato expõe os motivos que levaram o conjunto a ser tombado. Faz um apanhado histórico ressaltando que na região se criou, em termos de arquitetura, o que se pode chamar de cultura da madeira. Salaria que é uma surpresa a permanência de um conjunto inteiro, como acontece em Antônio Prado, e que, se o Rio das Antas fez com que a cidade ficasse longe do fluxo das mercadorias e do processo de modernização por si só, preservando o acervo, a partir de agora a preservação só se dará por uma vontade firme e esclarecida. Ressalta que as casas de madeira precisam ser preservadas para que uma marca original, introduzida pelo fazer do imigrante na cultura brasileira, não desapareça em prejuízo da identidade do grupo humano que o criou com trabalho e inventividade.³⁸¹

Já a SPHAN publica texto no jornal local com esclarecimentos sobre o que é o tombamento, o porquê de Antônio Prado ter sido contemplado com esta distinção, quais as obrigações dos proprietários e as regras para as novas construções no entorno dos bens tombados, ressaltando que não devem ser construídas réplicas que diminuam o valor do patrimônio autêntico.³⁸²

Sob o título *Família Letti impugna casa tombada pela SPHAN*, foi publicado, a pedido dos proprietários, um documento que contesta não só os aspectos jurídicos

³⁷⁹ Jornal Panorama Pradense. *Editorial “Tombaram nossa paciência”*. Set/1987, p. 2.

³⁸⁰ ZANOTTO, Ody Antônio. *A hora é esta!* Jornal Panorama Pradense. Set/1987, p. 5.

³⁸¹ POZENATO, José Clemente. *Por que Antônio Prado*. Jornal Panorama Pradense. Set/1987, p. 7.

³⁸² Fundação Nacional Pró-Memória. *Tombamento*. Jornal Panorama Pradense. Set/1987, p. 7.

do edital, como também os aspectos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e históricos do tombamento. No quesito jurídico, coloca que não se podem estabelecer limites ao direito de propriedade e, quanto aos demais, argumenta que as edificações de Antônio Prado não representam a época da imigração, que teve raiz econômica, e que a madeira não é material que se possa conservar. Também levanta a questão que, sob o aspecto visual, as casas não possuem qualquer significado social e que nem com o asfalto haverá turistas para admirar casas velhas, sem valor artístico: “tais casas não provocam no observador o gozo estético e o sentimento do belo”.³⁸³ Por fim, declara que a SPHAN não tem o condão milagroso de impor a ditadura de uma minoria culta e longe das raízes do povo humilde e abandonado de Antônio Prado.

As declarações deste proprietário, que contesta alguns dos argumentos usados até então na defesa da preservação dos casarões da cidade, faz surgir uma série de respostas, de vários intelectuais ligados à área da arquitetura ou adeptos da proteção de bens culturais. Além disso, os protestos não são publicados somente nos jornais locais, como nos de tiragem estadual ou técnicos. Numa das respostas, em contraponto ao direito de propriedade, é esclarecido que os proprietários continuam com seus direitos, desde que não descaracterizem o bem ou pratiquem sua demolição, e que os direitos individuais não se sobrepõem ao interesse público. Do ponto de vista arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, argumentam que é uma ignorância dizer que as edificações não têm intenção estética, pois possuem influência do chalé internacional e do ecletismo, mesmo que dentro de uma interpretação dos construtores. É citada a Carta de Veneza para referir que as produções modestas também são consideradas patrimônio e, por fim, destaca o tombamento como honroso para a cidade.³⁸⁴

Mais uma vez o escritor e pesquisador José Clemente Pozenato volta à cena na cidade e escreve uma “Carta a Antônio Prado”, publicada no jornal local. O texto constata que, ao invés da esperada festa, houve uma consternação geral com o tombamento. Chama a atenção para as feridas pradenses, a estrada e a falta de progresso, e considera que elas devem ter sido o motivo para que o ato repercutisse no inconsciente coletivo como um decreto condenando a cidade a ser

³⁸³ LETTI, Nério. *Família Letti impugna casa tombada pela SPHAN*. Jornal Panorama Pradense. Set/1987, p. 6.

³⁸⁴ LUZ, Maturino. *Esclarecimentos ao Dr. Nério Letti e à comunidade pradense*. Jornal Panorama Pradense. Out/1987, p. 6.

perpetuamente uma velharia, transformando-a de vez na imagem do atraso. No entanto, chama a atenção para o fato de que é justamente esse ato que tirou Antônio Prado do anonimato e que ele poderá trazer tanto a estrada quanto o progresso. Ele acrescenta que sobra lugar para os espigões “sem demolir as relíquias de uma civilização que não é só de Antônio Prado. É de toda a imigração italiana. É de toda a sociedade brasileira, como acaba de reconhecer o ato de tombamento”.³⁸⁵ A coordenadora do projeto ECIRS faz coro a esta declaração ressaltando que o tombamento significa que “a cultura oficial brasileira reconheceu a participação do colono no processo de crescimento do país – é a entrada do italiano na história do Brasil”.³⁸⁶

Já nos jornais de cunho não local, as matérias dão voz aos mais variados atores sociais. Via de regra, os jornalistas apresentam um texto introdutório com questões históricas, ressaltando que o isolamento em função do desvio da BR 116 foi que propiciou a preservação das belas construções de madeira dos imigrantes e transformou a cidade em patrimônio brasileiro. Registram ainda que o tombamento não foi totalmente aceito pela população.³⁸⁷

O discurso técnico presente nesses veículos vai referir que de fato “o órgão decretou o tombamento de forma intempestiva, porque muitos prédios estavam ameaçados de destruição”.³⁸⁸ Faz ainda constar que “a preservação dos prédios está muito acima da boa vontade dos seus donos porque eles passaram a representar os interesses da comunidade inteira que de uma maneira ou de outra tem suas raízes ligadas a este pessoal”.³⁸⁹

O prefeito municipal declara que pelo menos uns vinte proprietários estão contra o tombamento, mas espera que, aos poucos, acabem aceitando. “Ainda não tenho uma visão muito clara sobre como isso vai acontecer, porque até eu fui apanhado de surpresa: soube do tombamento pelos jornais.”³⁹⁰

Enquanto um morador identifica o tombamento como a grande saída para Antônio Prado, pois haveria mais chances de desenvolvimento com o turismo, os proprietários se dividem em posições contrárias ou favoráveis. A pessoa favorável

³⁸⁵ POZENATO, José Clemente. *Carta a Antônio Prado*. Jornal Panorama Pradense. Nov/1987, contracapa.

³⁸⁶ WAGNER, Carlos. *Antônio Prado terá fundação para zelar pelo patrimônio*. 05/set/1987. Declaração de Cleodes Piazza Júlio Ribeiro, coordenadora do Projeto ECIRS.

³⁸⁷ PORTO, J. *Op. cit.*, 07/set/1987.

³⁸⁸ *Idem*, declaração de Ana Lúcia Meira, técnica da SPHAN.

³⁸⁹ WAGNER, C. *Op. cit.*, 05/set/1987. Declaração de Ana Lúcia Meira, técnica da SPHAN.

³⁹⁰ PORTO, J. *Op. cit.*, 07/set/1987. Declaração de Valner José Borges, prefeito municipal.

diz que foi convencida pelo pessoal do SPHAN e da UCS a restaurar a casa tombada ao invés de demoli-la. Os contrários se organizaram na Associação Pradense de Defesa dos Direitos dos Proprietários dos Imóveis e declaram que não são contra o tombamento, mas a maneira como foi feito no município. Além disso, registram que dezoito proprietários entraram com ações na Justiça contra o ato. Contestam, ainda, que isso “não é cultura, é o tombamento do cupim”³⁹¹ e que as casas deveriam ser destruídas para construção de novos prédios modernos de alvenaria.

Por fim, quase um ano após o edital de tombamento provisório, um arquiteto registra que, ao voltar à cidade para um trabalho, percebe que aos poucos a comunidade local passa a valorizar seu acervo arquitetônico. Escreve ainda que somente os proprietários “partidários da ganância” não aceitaram o reconhecimento do poder público da representatividade deste último reduto em que se pode fazer a leitura espacial das cidades de imigração italiana. Além disso, registra que o tombamento sem consulta à comunidade local foi o fato gerador da maior inconformidade, mas reconhece que era a única maneira para salvaguardar as casas da destruição dos especuladores. Por fim, faz um apelo: “tenho convicção de que nenhuma autoridade de nosso país incorrerá no erro de nos privar do casario de Antônio Prado, cidade que proporcionará às gerações futuras compreender o processo de urbanização e as técnicas construtivas na nossa região serrana”.³⁹²

O apelo foi atendido, e as autoridades não privaram o país do casario de Antônio Prado. “O presidente [do Conselho Consultivo] colocou a matéria em votação tendo o parecer do relator sido **aprovado por unanimidade**.”³⁹³ A partir desta decisão foi decretado o tombamento definitivo do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Antônio Prado”.

Os discursos técnicos dessa época, representados pelo parecer do conselheiro relator, pela ata da reunião do Conselho Consultivo e por um artigo publicado na Revista SPHAN, repetem os argumentos e temas utilizados desde o período antecessor ao tombamento provisório. Apenas uma revista técnica, de tiragem comercial, insere numa pequena nota as posições de alguns proprietários e

³⁹¹ *Idem*, declaração de Reinaldo Pontel, proprietário.

³⁹² LUZ, M. *Op. cit.*, jun-jul/1988.

³⁹³ Ata da 135ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 01/12/1988.

do prefeito. Os documentos da SPHAN vão novamente historiar o nascimento e o desenvolvimento da colônia, considerando como início da estagnação o deslocamento, por motivos políticos, da ponte sobre o Rio das Antas, e também o que possibilitou a preservação do acervo arquitetônico e urbanístico. Mais uma vez, é enaltecido o valor do conjunto e não da edificação isolada. Dois dados registrados no parecer e na ata são novos: o grau de deterioração de muitas edificações de madeira e as dificuldades de sua preservação, e a reação observada na cidade quando do tombamento provisório. Considera que as várias impugnações, mobilizações de autoridades e movimentos organizados contra o ato não foram demovidas nem com os esforços por demonstrar que a cidade poderia se reerguer com o tombamento e seu aproveitamento para fins turísticos. Por fim, ressalta que todas as propostas de novas construções têm passado pela SPHAN, em função de a Prefeitura Municipal não possuir legislação.³⁹⁴

A revista da SPHAN vai repetir esses temas, acrescentando que, além do valor do conjunto, precisa ser considerado que as paisagens dos morros circundantes são essenciais para a ambiência do núcleo. Além disso, registra o trabalho de conscientização junto à comunidade, desenvolvido em especial pelo Projeto ECIRS na região.³⁹⁵

A revista de tiragem comercial vai registrar que a população recebeu a honraria sem consenso e que o prefeito estranhou a decisão e considera o estudo da SPHAN superficial sobre o valor histórico das casas e sobre as condições de conservação de algumas edificações de madeira. Também menciona a criação de uma associação de proprietários que entraram na Justiça contra os tombamentos. Por fim, ressalta que a decisão pegou de surpresa até mesmo especialistas no assunto, já que até então a SPHAN tinha se preocupado em preservar bens oriundos da imigração portuguesa no Brasil.³⁹⁶

Os jornais de tiragem nacional, estadual ou regional continuaram dando voz aos mais diversos atores envolvidos no conflito pós-tombamento, mas percebe-se um maior volume de textos informativos redigidos diretamente pelos jornalistas. O

³⁹⁴ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Parecer do Processo nº 1.248-T-87/SPHAN. Processo de Tombamento do Conjunto Urbano e Arquitetônico de Antônio Prado, e, Ata da 135ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 01/12/1988.

³⁹⁵ Revista SPHAN e Pró-Memória. *Antônio Prado*. Nº 44 de nov-dez/1988, p. 5-7.

³⁹⁶ Revista Construção. *Tombamento polêmico*. Seção Painel. Editora Pini. Nº 243 de jan/1989.

jornal local continua reproduzindo matérias na íntegra ou sob responsabilidade de Telmo Marcantônio Cunha.

O discurso institucional veiculado na mídia retrata a aposta na diversificação econômica da cidade: “O culto ao trabalho e à poupança, característico da colônia, pode também ser dirigido para o turismo.” Ressalta que os proprietários têm que comprovar insuficiência de renda para a SPHAN executar as reformas e que em breve as casas devem ser valorizadas: “é uma questão de tempo para que Antônio Prado se transforme numa nova Gramado”.³⁹⁷

Já o discurso da Prefeitura pode ser dividido em dois momentos, em função da troca de administração. A gestão que não se entusiasmou com o tombamento continua declarando que os estudos da SPHAN foram superficiais e que apenas metade dos imóveis tem valor histórico. Além disso, o prefeito lamenta não ter sido avisado da intenção de tombar as casas, explicando que o trabalho de levantamento foi feito sem que ele soubesse.³⁹⁸ Demonstra ainda preocupação com o custo das restaurações e, referindo-se à SPHAN, declara que “já que foi atitude deles, autoritária, e não houve participação do poder público e da comunidade, eles devem, daqui para frente, ter responsabilidade sobre as casas”.³⁹⁹ Apesar de tudo, reconhece que o tombamento pode trazer turistas para o município.

A administração sucessora declara que aguardava desde 1987 a decisão pelo tombamento definitivo e que se encontra preparada para elaborar, juntamente com a SPHAN, o plano diretor. Considera que o tombamento foi uma medida certa e necessária, pois “somente desta forma poderemos conservar, para as próximas gerações, um pouco da nossa história”.⁴⁰⁰ Registra ainda que terá de vencer a resistência de uns poucos moradores que não ficaram satisfeitos com o tombamento por causa da conservação, que pode custar mais caro que uma edificação nova, em função das dificuldades de se conseguir madeira. Frisa que a maioria da população está consciente da importância turística de Antônio Prado e acredita que o tombamento definitivo tornará a cidade conhecida nacionalmente.⁴⁰¹ Outra

³⁹⁷ TREZZI, H. *Op.cit.*, 8/abr/1990, p. 33. Declaração de Ana Lúcia Meira, técnica da SPHAN.

³⁹⁸ Embora tenha sido publicado na página da Prefeitura, no jornal Panorama Pradense, em jun/1987, declaração agradecendo aos técnicos da SPHAN os levantamentos e estudos que estavam sendo realizados na cidade.

³⁹⁹ MADALENO, E. *Op.cit.*, 4/dez/1988; e, Jornal Zero Hora. *Cidade de Antônio Prado é tombada pelo Patrimônio Histórico*. 02/dez/1988, p. 37. Depoimentos de Valner José Borges, prefeito municipal.

⁴⁰⁰ Jornal Zero Hora. *Patrimônio é preservado*. 24/nov/1989, p. 51. Depoimento de Ulisses Pasa, prefeito municipal.

⁴⁰¹ *Idem*.

reportagem considera que o maior número de otimistas com relação ao futuro da cidade está na Prefeitura Municipal, pois as primeiras excursões vindas de Bento Gonçalves e Flores da Cunha começam a chegar, “coisa que nunca acontecia”.⁴⁰²

Os proprietários também não apresentam, neste segundo momento, uma convergência de opiniões. Uma das entrevistadas constata que o baque inicial foi forte, mas que todos já mudaram de opinião e estão entusiasmados.⁴⁰³ Outra que teve a casa restaurada com verbas da SPHAN constata que o tombamento veio em boa hora: “Graças a Deus, gostei muito. O que eu quero mais?”⁴⁰⁴ O proprietário da farmácia, localizada num prédio tombado, se diz “satisfeito pelo município ter saído do anonimato, embora tenha havido uma ‘grita geral’ no início. [...] Nós ficamos 40 anos isolados”.⁴⁰⁵ Os contrários continuam repetindo que o tombamento “é um grande espetáculo de segunda classe [...] um massacre contra a comunidade”.⁴⁰⁶ Já o presidente da Associação Pradense de Defesa dos Direitos de Propriedade dos Imóveis registra que “Antônio Prado vai progredir com os cupins”. Segundo a reportagem, ele se apresenta inconformado porque fez tudo o que pôde para impedir o processo, mas não teve êxito, tendo inclusive enviado carta a cada um dos 18 conselheiros explicando a situação da cidade e obtido resposta de apenas um deles, um industrial. Não desistindo, afirma que através da Justiça, vai até a última instância para adquirir o direito à sua própria casa, que comprou com sacrifício para um futuro investimento e avisa: “eles não vão ter a honra de tê-la”.⁴⁰⁷

Como referido anteriormente, o jornal local continua com a reprodução de matérias de outros jornais. Além disso, Telmo Marcantônio Cunha continua publicando textos relativos à história da cidade e exaltando seus valores, considerando que o casarão da família foi tombado duplamente: “para a posteridade em nossas boas lembranças e pela SPHAN”.⁴⁰⁸ Além disso, pondera que, com o asfalto, virão levadas de turistas para a cidade, que se tornou conhecida nacionalmente por uma característica inusitada, as 48 casas tombadas. Registra que grupos econômicos estudam investimentos na cidade e cita que o “município é

⁴⁰² TREZZI, H. *Op.cit.*, 8/abr/1990, p. 33. Declaração de Paulo Barp, Secretário de Turismo.

⁴⁰³ MADALENO, E. *Op. cit.*, 04/dez/1988, p. 36. Declaração de Maria Amélia Scopel, herdeira de casa tombada.

⁴⁰⁴ *Idem*, declaração de Ainzara Calliari, proprietária.

⁴⁰⁵ *Idem*, declaração de Mário Bocchese, proprietário.

⁴⁰⁶ *Idem*, declaração de Reinaldo Pontel, proprietário.

⁴⁰⁷ *Idem*, declaração de Flavio Citton, proprietário.

⁴⁰⁸ Jornal Panorama Pradense. *Os encantos da Praça Garibaldi*. Coluna Nova Dimensão, colaboração de Telmo Marcantônio Cunha. Abr/1990, p. 4.

visitado, estudado e reestudado por todos os setores da ‘inteligentzia’ nacional”.⁴⁰⁹ Com relação às matérias reproduzidas, cabe ressaltar que são aquelas que indicam a cidade para o turismo, com identificação de locais a visitar, de como chegar, além de serem colocadas algumas considerações históricas e frisar que os casarões são a principal atração. Uma delas vai acrescentar um dado novo, que é considerar a cidade como portadora de um “conjunto autêntico que não foi adulterado pela comercialização do estilo como muitas cidades mais conhecidas onde as mudanças de fachadas criaram ambientes estilizados que só fazem sucesso entre turistas ignorantes”.⁴¹⁰

Considerando os jornais de tiragem nacional, estadual e regional observa-se a repetição dos temas históricos, da exaltação do valor do patrimônio local, da educação patrimonial realizada na cidade, além das possibilidades turísticas: “A cidade ficara congelada por ter sido esquecida pela malha viária. Na sua arquitetura simplíssima de madeira, e na sua aparente falta de perspectivas econômicas, escondia-se uma mina: o interesse turístico, que frequentemente dá as mãos ao interesse histórico.”⁴¹¹

O plano Collor vai trazer mais declarações à tona, a exemplo do referido por um proprietário que parabeniza o presidente do país pela decisão de extinguir a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória.⁴¹² Além disso, o gerente do hotel, embora veja com bons olhos o tombamento, desde que acompanhado do asfaltamento da estrada, se mostra preocupado com a situação econômica do país: “as reservas caíram a zero e só vamos verificar se o tombamento deu certo quando essa crise passar”.⁴¹³ É registrado ainda o grande temor da Prefeitura Municipal: “que os trabalhos de conservação que vinham sendo feitos pela SPHAN sejam interrompidos, já que a entidade foi extinta”.⁴¹⁴ Um empresário local que apoiou várias iniciativas culturais na cidade, como a restauração de edificações e a publicação de um livro sobre o acervo arquitetônico do município, além de ações que culminaram no tombamento, ressalta que a “idéia inicial era incentivar a preservação

⁴⁰⁹ Jornal Panorama Pradense. *Antônio Prado turístico*. Coluna Nova Dimensão, colaboração de Telmo Marcantônio Cunha. Ago/1990, p. 4.

⁴¹⁰ KAYSER, Arno. *Flor do Rio das Antas*. Caderno de Domingo dos jornais NH e VS de 13 e 14 de maio de 1989. Novo Hamburgo. Reproduzido na íntegra no Jornal Panorama Pradense, jun/1989, p. 4.

⁴¹¹ Jornal do Brasil. *Memória Maltratada*. 1º Caderno. 17/abr/1989, p. 8.

⁴¹² TREZZI, H. *Op. cit.*, 8/abr/1990, p. 33. Declaração de Reinaldo Pontel, proprietário.

⁴¹³ *Idem*, declaração de Sadi Farinea, gerente do Hotel Piemonte.

⁴¹⁴ TREZZI, H. *Op. cit.*, 8/abr/1990, p. 33.

histórica e não obrigá-la através de lei”.⁴¹⁵ Ele não vê perspectivas imediatas de fluxo turístico, mas considera que talvez dentro de 20 anos tudo mude.

Para encerrar essa fase de discursos proferidos em meados do tombamento definitivo, será tomada uma matéria que se refere a uma reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Porto Alegre. Nessa reunião, foram apresentados quatro estudos de caso relativos ao tema da preservação, dentre eles Antônio Prado. Embora em dois dos casos relatados o interesse das comunidades coincidiu com os do órgão preservacionista, é registrado que “os interesses de demolição dos bens imóveis – desta vez em minoria – trouxeram para o centro da discussão, novamente, sua majestade – o conflito”.⁴¹⁶ A matéria aponta que o impasse não teve uma boa solução e que ignorar o sentimento dos habitantes dos bens na mira da preservação tem seu ônus, mas aguardar a concordância para proceder ao tombamento pode significar uma lacuna histórica. Respondendo ao questionamento: “Vamos ensinar ao povo o que é a cultura dele?”, o pesquisador Bernardo Lewgoy pondera que “a concepção iluminista, de que basta colocar as luzes da razão para que aceitem o valor do patrimônio foi aplicada em Antônio Prado. Não funcionou”.⁴¹⁷ A reportagem encerra considerando que a construção de uma política de preservação cultural do governo Collor, que lançou o termo dos “descamisados”, ainda é uma incógnita. Algumas declarações de técnicos que atuavam nesta época dão conta de que esta extinção produziu uma crise sem precedentes na história do órgão de preservação nacional e até hoje a instituição vive um processo de reestruturação.

A **fase posterior ao ato de tombamento**, como já referido, será elucidada através do jornal local e das entrevistas sociolinguísticas. As matérias locais continuarão sendo empreendidas por Telmo Marcantônio Cunha, sendo que saem de cena os discursos múltiplos, salvo quando alguma notícia remete a eventos ou ações relativos ao tema do patrimônio na cidade. Nos primeiros anos, os textos continuarão exaltando as qualidades do patrimônio local, a paisagem, o artesanato, a culinária, dentre outros aspectos, ou associarão o tombamento à possibilidade de

⁴¹⁵ *Idem*, declaração de Valdomiro Bocchese Cunha, proprietário do Moinho do Nordeste S/A.

⁴¹⁶ Jornal Zero Hora. *Num país pobre, até preservação fica complicada*. 12/jun/1990.

⁴¹⁷ *Idem*.

desenvolvimento através do turismo. Consideram ainda que a regulamentação vinda por imposição foi o motivo para as divergências.⁴¹⁸

Em 2004, é veiculada a notícia da reabertura do Escritório Técnico do IPHAN no local, e novamente sua responsável fala para a comunidade, numa reunião da Câmara de Vereadores, esclarecendo dúvidas do porquê do tombamento de Antônio Prado, seus valores, etc., além de explicar sobre as diretrizes de disciplinamento do entorno dos bens tombados e salientar a necessidade de elaboração do Plano Diretor, assim como de investimentos em turismo cultural.⁴¹⁹

Em 2007, uma ex-moradora escreve um texto em que ressalta que houve um momento que a cidade esteve meio triste, abandonada, mas que tudo mudou (ou tudo voltou), com um grupo de profissionais do Patrimônio. “Tempos e valores novos.”⁴²⁰ Ressalta, ainda, que as “casas estão, mas principalmente a humanidade está tombada ali, talvez seu principal patrimônio a ser preservado. De cidade escondida, passou a cidade querida, menina-dos-olhos internacional”.⁴²¹

Em relação às entrevistas sociolinguísticas, o BDSer utilizou categorias de classificação por origem étnica, naturalidade, idade, sexo, estado civil, profissão e grau de instrução. Vale o registro de que a origem étnica foi considerada por autoatribuição, sendo que vinte e cinco se colocaram como italianos, três como portugueses e um como indígena. Com relação ao posicionamento quanto ao tombamento, os números revelam que já não se pode falar somente em discursos contrários ou favoráveis: sete não mencionaram o tema, cinco declaram-se contrários, seis registraram que o tombamento é bom para o turismo, embora não o sejam para a cidade ou os proprietários, oito são favoráveis e três não esboçaram claramente nenhuma posição. Ressalta-se que nas transcrições de trechos das entrevistas é mantida a grafia conforme a transcrição realizada pelo BDSer.

As falas contrárias colocam que o tombamento “estragou o centro de Antônio Prado, estragou tudo. E depois esse tombamento aí foi um crime para Antônio

⁴¹⁸ Jornal Panorama Pradense. *O outro lado da Praça*. Jul/1991. p.5; *Igreja e campanário, um Patrimônio Nacional*. Mar/1994, p.4; *Tombamento*. Nov/1995; *Centenário de Antônio Prado é comemorado por 10 mil pessoas*. Fev/1991. p. 5.

⁴¹⁹ Jornal Panorama Pradense. *Chefe do escritório do IPHAN fala sobre o trabalho em Antônio Prado*. Jun/2004, p. 13.

⁴²⁰ RIGON, Dalva Palombini. *Antônio Prado, amoré mio!* Jornal Panorama Pradense. Jul/2007, p. 2.

⁴²¹ *Idem*.

Prado, um prejuízo... grandíssimo”.⁴²² Outros ressaltam que o preço dos terrenos subiu e o limite de altura de construções novas foi limitado.⁴²³ Há ainda o registro de que as casas tombadas são um atraso para a cidade e que em seus lugares poderiam ser construídos prédios bonitos.⁴²⁴ Um informante afirma ainda que deveria ser preservada a liberdade de ação das pessoas, porque “inclusive tem pessoas que são magoadas por causa disso. [...] acho que tolheu muito a liberdade dos proprietários”.⁴²⁵ A falta de sentido parece residir também no fato de que as casas fazem parte do cotidiano, chegando por vezes a passar despercebidas ou não serem consideradas: “[...] a gente é tão familiarizada com isso, não aprecio muito. Eu acho que é nosso dia-a-dia, sei lá o que o turista acha. Eu [...] pra fazer turismo, eu sempre procuro buscar coisas novas”.⁴²⁶ Mas mesmo as falas contrárias reconhecem que os turistas adoram: “Aqueles que vêm de fora, sim, né, adoram, os turistas, aqueles que gostam de ver essas casas velhas.”⁴²⁷

Algumas das falas que consideram o tombamento bom para o turismo oferecem um contraponto como prejudicial aos proprietários ou à cidade, ou referem que ele é pouco explorado.⁴²⁸ Os que consideram prejudicial aos proprietários o fazem pelas limitações construtivas que foram impostas após o ato:

[...] e aqui a gente construiu, ã, a engenheira decidiu, que o que ela quis nós tivemos que fazer, porque essa casa do lado é tombada. Não se podia subir mais, por causa do, do tombamento, ã, o, o estilo da casa tinha que ser assim. [...] eu queria construir casa, não permitiu. Aqui no, no centro como era... O terreno era grande, queria fazer a minha casa na frente e a parte de trás a gente vendia ou construía outra casa. Eles não permitiram, tinha que ser um prédio, mas só de três andares.⁴²⁹

[...] tipo pra, pra, pro turismo sim, agora quem tem não é bom negócio. [...] Porque você não pode praticamente construir nada, aqui no lado, né? [...] onde você podia ter feito um prédio, quem tinha, quem tinha um terreno no centro, não pode fazer. Pra, pra quem tem o imóvel não é bom negócio. Agora, pra, se é pra ir visitar, sim.⁴³⁰

Já o contraponto que refere que o tombamento é ruim para a cidade explicita questões de falta de evolução ou crescimento do centro. Essa situação, na visão dos

⁴²² Entrevista nº 136 AP/UR - sexo: M, idade: 72, escolaridade: ensino médio. Nº 137 AP/UR - sexo: F, idade: 75, escolaridade: 1ª a 4ª ensino fundamental.

⁴²³ Entrevista nº 147 AP/UR – sexo: M, idade: 48, escolaridade: 1ª a 4ª ensino fundamental.

⁴²⁴ Entrevista nº 152 AP/UR – sexo: M, idade: 66, escolaridade: 1ª a 4ª ensino fundamental.

⁴²⁵ Entrevista nº 154 AP/UR – sexo: F, idade: 65, escolaridade: superior.

⁴²⁶ *Idem.*

⁴²⁷ Entrevista nº 152 AP/UR.

⁴²⁸ Entrevista nº 148 AP/UR – sexo: M, idade: 42, escolaridade: 5ª a 8ª ensino fundamental.

⁴²⁹ Entrevista nº 114 AP/UR – sexo: F, idade: 59, escolaridade: 5ª a 8ª ensino fundamental.

⁴³⁰ Entrevista nº 151 AP/UR – sexo: F, idade: 41, escolaridade: ensino médio.

entrevistados, também estaria ligada às limitações construtivas impostas pela proximidade das casas tombadas ou pelo chamado Mato da Prefeitura, que hoje é uma área de preservação permanente, protegida por lei municipal:

[...] eu acho que o centro é o lugar onde que menos evolui. Pelo fato que, assim, tu não podes construir um prédio com mais de quatro andares, porque vai esconder o mato, porque não pode, até as casas tombadas, né, que é o patrimônio histórico. [...] Tombamento por um lado foi bom. Tipo assim, pro, pro turismo, mas pro outro eu acho que é por causa dessas casas, nada contra, né acho legal, tudo, mas não, por isso que não evolui o centro.⁴³¹

[...] o centro pra mim está igual, pra mim não mudou muita coisa, não. - O tombamento que teve ali, das casas, tu achas que foi bom? - Pro turismo sim, né, na verdade, mas assim, pra cidade, não, (...) assim, pra cidade, eu acho que não foi, não foi uma boa, uma boa coisa pro crescimento da cidade.⁴³²

Algumas falas continuam apostando no desenvolvimento da cidade através do turismo, mas permanecem com esta idéia como uma aposta para o futuro. A falta de modernidade, caracterizada mais pela questão da inserção de elementos novos na cidade do que pelo ideário da modernidade, também se faz presente, além da associação da falta de conservação das edificações tombadas a um sentimento deprimente que remete a cidade antiga ou coisa velha:

[...] Aí tem dois lados, né? O tombamento tem o lado bom, que eu acho, que futuramente vai crescer Antônio Prado, assim, com o turismo, se as pessoas se empenharem mais. E do outro lado, eu penso, assim, que parou também. As casas tombadas podiam ser/ Eu gosto de modernidade, odeio coisa antiga, está? Odeio casa velha, odeio coisa antiga, cupim, eu gosto de casa nova, [...] olha pode me chamar de velha e chata, mas eu gosto de modernidade. Eu gosto de edifícios bonitos, pintados, alegres. Essas casas tombadas podiam ser tudo edifício novo e bonito... [...] deprimente isso aí. Num dia de chuva me dá até uma tristeza de olhar. Então eu acho que a nossa cidade podia ser muito mais bonita, cheia de edifício novo... Tudo moderno. [...] Que conservem. Agora, se não cuidam... Aí, é triste, dá uma impressão de cidade podre, cidade antiga, coisa velha...⁴³³

Os posicionamentos favoráveis sempre associam o tombamento ao turismo, embora vários entrevistados salientem que a cidade não soube tirar proveito deste ato, que o turismo ainda é incipiente e que falta investimento em infraestrutura. A vocação turística ainda figura como um projeto de futuro. Além disso, alguns temas

⁴³¹ Entrevista nº 140 AP/UR – sexo: F, idade: 27, escolaridade: ensino médio.

⁴³² Entrevista nº 145 AP/UR – sexo: M, idade: 26, escolaridade: ensino médio.

⁴³³ Entrevista nº 153 AP/UR – sexo: F, idade: 45, escolaridade: ensino médio.

encontrados nos discursos técnicos ou nas matérias jornalísticas também são encontrados nas entrevistas.

Com relação às particularidades, chama a atenção que um entrevistado, que se caracteriza como de origem étnica portuguesa, reconhece o culto à tradição italiana, mas reivindica espaço para outras trocas culturais:

[...] pelo fato de ser uma, uma cidade com colonização, ã, típica italiana, e o pessoal ã, cultivar bastante, e essa parte, né, da, da cultura italiana, né mas eu acho importante também que ã o pessoal esteja aberto, né, a, a outras, a outras culturas, a outras vivências, isso aí, enriquece, todo mundo né? (...) Eu acho que o tombamento foi positivo pro município de Antônio Prado, em termos de, de achar uma vocação, né, ã nesse caso pro turismo, né, ã, hoje, a gente sabe que Antônio Prado, a vocação de Antônio Prado é o turismo, embora, ainda, esteja, assim, de uma maneira muito incipiente, né, (...) Bom, ã, pessoal quando vem a Antônio Prado, o que chama mais atenção é o conjunto, né, de casas tombadas no centro da cidade, que eu acho que é o, é o carro chefe.⁴³⁴

Outros atrativos culturais, principalmente de ordem imaterial, também são citados como agregados importantes ao tombamento na questão do desenvolvimento do turismo na cidade. Também é ressaltada a visão de pessoas “de fora” para reafirmar o valor da cidade, que não tira proveito deste fato como opção de investimento econômico:

Ah, eu acho legal, aí, as casas antigas, ou o centro histórico, né? Eu acho muito interessante isso. É, pena que a cidade não aproveita, não é aproveitado, né? Mas eu acho que tem, ela tem tudo para ser uma cidade turística mesmo. (...) Eu acho que o que traz turista, que poderia trazer mesmo é esse, ã, ã, esse lado histórico da cidade. A gastronomia poderia também ser uma coisa... O artesanato daqui é muito rico (...) Então acho que aliando tudo isso com o centro histórico, com as casas antigas, ali... (...) até familiares meus que já foram (pra Europa) e que vieram aqui, dizem que Antônio Prado tem tudo para ser uma cidade daquelas. É só investir em algumas coisas aí, ã, ter alguma, ter lugares pra que as pessoas possam ir, né?⁴³⁵

Um dos depoimentos refere que o tombamento foi forçado, mas que a partir deste ato a cidade passou a ser conhecida mundialmente, embora não tenha aproveitado as condições que o IPHAN poderia oferecer em termos de divulgação, considerando-o como um inimigo ao invés de aliado:

[...] Eu acho que o nosso turismo, ele é incipiente, assim, ele é uma, uma coisa que veio espontânea, assim, com o tombamento, quer dizer, caiu, não foi espontâneo. Aconteceu, eles nos socaram o tombamento, hoje nós somos conhecidos mundialmente, aí. E nós não, também não fizemos nada.

⁴³⁴ Entrevista nº 146 AP/UR – sexo: M, idade: 52, escolaridade: ensino superior.

⁴³⁵ Entrevista nº 120 AP/UR – sexo: F, idade: 40, escolaridade: ensino superior.

Isso não agora, de anos pra cá a gente não faz nada pra aproveitar isso aí, pra pegar esse limão aí e fazer uma limonada, né? A gente só chora, se lamenta e não faz nada, tchê. Eu sei que até o pessoal do IPHAN aí deve estar com Antônio Prado atravessado, porque o que eles tentaram, aí, fazer e nunca tiveram reciprocidade, tchê. [...] Por falar nisso, nós não temos nenhuma política de turismo, né? Não tem nada. [...] eu sei de cidades, aí, se pudessem levar nossas casas, levariam pra explorar isso aí. E nós... Sabe? Antônio Prado parece um guri, assim, que não, não caiu a ficha ainda, sabe? Nós preferimos ficar brigando cos caras. Olha o que o IPHAN podia ter feito por nós, na minha opinião, em matéria de divulgação e, e ajuda, patrocínio e coisa, e não fez porque a gente nunca quis. A gente sempre teve o IPHAN como um inimigo, não como um parceiro, né? (...) E nós aqui veio por desgraça, pra muitos, o tombamento, né? Que podia ser ao contrário, uma benesse, mas a gente não aproveita, né? [...]mas eu colocaria num programa desses aí, sabe? Então eu pegaria o centro histórico, aí, os, esse turismo de, de, ã, de arquitetura e da história aí, histórico, e depois eu consorciaria com os produtos orgânicos, que eu acho que isso aí tem que atrair o pessoal, e mais colocaria a ecologia, o ecoturismo. A gente tem condições de fazer isso.⁴³⁶

Os mais jovens ressaltam que a cidade é tranquila, mas falta oportunidade de trabalho. Em alguns casos, consideram que a história é conhecida mais por pessoas “de fora” do que da própria cidade:

[...] quando tu se aposentar, voltar pra Antônio Prado é ótimo, que é mais tranquilo, é mais calmo, ã, o turismo é bacana, ã, da visitação de casas tombadas e tal, toda essa questão histórica que tem é legal. Mas pruma determinada faixa etária. (...) Antônio Prado, ele não tem muito essa questão jornalística... De dentro da cidade. Antônio Prado é conhecida pelo, pela questão histórica e tal, mas muito de fora pra dentro, sabe? Então daqui de Antônio Prado pra fora ele não é muito divulgado, tanto pelos veículos que tem aqui... Na verdade uma rádio e dois jornais, que é... É, pouco na verdade (...) é mais interessante trabalhar fora de Antônio Prado, fazendo matérias sobre Antônio Prado do que dentro [...] É em termos turísticos falta muita coisa, porque começando que muitos moradores de Antônio Prado não sabem a história de Antônio Prado. Então eu acho que em primeiro lugar, se tu queres passar a história de um município pra outras pessoas, as pessoas que moram no município devem conhecer a história.⁴³⁷

A questão do relativo isolamento que propiciou a preservação, tema constante na mídia e nas falas técnicas, também aparece nas entrevistas. Além disso, também faz coro com esses textos, ao considerar que, se não houvesse o isolamento, a exemplo de outras cidades da região, o progresso teria provocado a perda das edificações históricas, que foram o que tornou a cidade conhecida. Além disso, ressalta que, ao invés de vergonha, deveria se sentir orgulho das casas:

[...] Depois que surgiu a ponte, etecetera, aí, ã melhorou bastante Antônio Prado. Porque Antônio Prado ficou isolado, então e, e veio em benefício, virando a página, porque se tivesse vindo, ã, vindo o progresso aqui,

⁴³⁶ Entrevista nº 121 AP/UR – sexo: M, idade: 42, escolaridade: ensino superior.

⁴³⁷ Entrevista nº 135 AP/UR – sexo: M, idade: 23, escolaridade: ensino superior.

desmanchava todas essas casas, aí não tinha histórico de, de casa tombada, como Caxias lá tem pouca coisa, como Flores da Cunha e outros municípios tem pouca coisa. Então Antônio Prado se beneficiou... beneficiou segurando as casas. Hoje quem é que conhece Antônio Prado? Por causa das casas, por causa do Quatrilho. Se não tivesse isso, Antônio Prado é pequenininho, ninguém falasse, ã, falaria dele." - O senhor acha, então, que o tombamento foi bom? - Foi bom para Antônio Prado. Agora, pros proprietários, alguns, não, porque eles não deram, não, não dão valor que tem essas casas. Porque tem gente de Minas Gerais, de outros estados, vêm aí só pra ver as casas, e nós aqui achamos que é uma vergonha ter as casas velhas, né? No entanto, não. É, é um orgulho.⁴³⁸

Uma das falas destaca a questão da exploração imobiliária e da inexistência de legislação municipal que regulasse as construções antes do tombamento, e considera que os contrários só visam ao lucro, sem pensar nos interesses da coletividade:

[...] o tombamento, ã, ele foi muito discutido, porque ele mexeu no bolso, [...] por não poder acontecer uma exploração imobiliária: 'Porque eu comprei em tal lugar, porque ali eu ia fazer um prédio... E agora eu comprei aquilo e o meu prédio não vai sair, vou ter que ficar com a minha casinha?!' Que muita gente se frustrou, quem pensava que, ã, poderia um dia fazer um, um prédio, um prédio com alguns andares, sem limite, né? Porque antes do tombamento não tinha limite, que se um quisesse fazer um prédio de dez andares, poderia fazer. [...] É, e essa questão, então, ela foi muito polêmica, essa foi a razão, né? E acredito que a grande maioria nem pensou na beleza que pode ter esse conjunto, ou então está pouco se importando se aqui tem uma casa que merece ser respeitada e aqui do lado tem um prédio que a sufoque... Né? Então tem, tem, as pessoas teriam que ter um pouco mais de sensibilidade e pensar um pouco mais no bem-estar de todos, do que no, do que em forrar e aumentar o seu poder aquisitivo, ou melhorar a sua conta bancária.⁴³⁹

Um dos entrevistados reconstrói todo o processo que antecedeu ao tombamento, que pode ser confirmado tanto no cruzamento dos dados com a mídia quanto na bibliografia disponível sobre o tema. Ele considera que o seminário de arquitetura realizado na cidade foi o estopim para o ato e que isso foi possibilitado porque os arquitetos presentes consideraram o acervo da cidade como portador de um diferencial. Além disso, proclama que o valor está no conjunto e considera que o IPHAN acertou ao delimitar as áreas de entorno, mas errou ao não explicar isso para a população. Também refere que a cidade não aproveita a questão de possuir casas tombadas, fazendo inclusive alusões a turismo forjado em outras cidades:

[...] Mesmo toda essa história, digamos assim, do tombamento. Ninguém soube aproveitar. [...] Temos, ã, paisagens belíssimas, temos um patrimônio histórico autêntico, enquanto outras cidades é tudo turismo forjado. [...]

⁴³⁸ Entrevista nº 134 AP/UR – sexo: M, idade: 77, escolaridade: ensino superior.

⁴³⁹ Entrevista nº 161 AP/UR – sexo: F, idade: 72, escolaridade: ensino superior.

tombamento, no início, ele foi muito mal visto, né? Quase deu revolta aqui em Antônio Prado, quase deu briga por causa do tombamento, né? Mas ao menos a história oficial, ã, foi o seguinte: A Innocencia e a Corina, né são muito amigas da Cleodes Piazza, certo? E a Cleodes viu, digamos assim, algo diferente em Antônio Prado, que isso também não foi conservado por mérito nosso, mas por descaso ou atraso, falta de evolução. Né? Então esse casario, principalmente esse casario ali da, da praça, ele não foi modificado por falta de condição dos proprietários. E eles viram alguma coisa diferente, e foi, eu, se não me engano, não sei se foi um ano antes do centenário de Antônio Prado, foi feito um seminário de arquitetura já com intenção de alguma ação aqui em Antônio Prado, né? E quando vieram esses arquitetos apaixonados por qualquer coisa diferente, digo eu, né, se encantaram com Antônio Prado e aí foi, digamos, o estopim, pra, pra, pra detonar o processo de tombamento. Né? À porque, se tu fores analisar, digamos assim, ã, bem friamente, ã, nem uma dessas casas merece ser considerada um monumento. Todas elas são simples, são casas de moradia. Nem uma delas tem, digamos, ã, obras de arte ou qualquer coisa, nada, nada. As nossas casas que estão aqui são iguais das casas que existiam nas colônias, no interior. Era a forma de construir, digamos, naquele tempo. Só que como eles não tinham, ou tinham dificuldade de construir em alvenaria, construíram em madeira, mas dentro dos padrões de norte da Itália, né? A arquitetura em si é a mesma. E o que eu chamo a atenção do pessoal foi exatamente aquele conjunto homogêneo, não os valores individuais de cada uma. Porque se tu isolares, tem muita gente que até hoje defende a ideia, que bastava ter três ou quatro casas tombadas. Nesse ponto eu dou total razão pro IPHAN. Eles tinham que tombar o conjunto, porque o valor está no conjunto, e não nas peças individuais, né? A mesma coisa eu acho que eles foram, assim, certíssimos quando declararam, digamos, como zona de proteção rigorosa a vegetação ao redor da cidade, tanto o mato da prefeitura como o morro aqui, encosta na AABB. Que é o que faz pano de fundo do nosso núcleo tombado, né? [...] deixar as casinhas isoladas lá perdeu o sentido. [...] E o pessoal não entendeu, o que deu motivos, digamos, a toda aquela briga, todas aquelas desavenças, pró e contra tombamento. Ali eu acho que o IPHAN errou... De não ter orientado e explicado.⁴⁴⁰

Após a exibição dos olhares “de fora” e a exposição das feridas “de dentro”, a partir dos discursos apresentados, foi empreendida uma tentativa de cruzamento dos dados, para identificação dos temas recorrentes ou particularizados. Tal atitude revela o esforço de entendimento deste todo cultural que constituiu o processo de tombamento de Antônio Prado.

A ampliação do contexto temporal de análise, tanto para a fase anterior quanto para a posterior ao ato de tombamento, permitiu uma ligação dos fatos históricos e propiciou uma ampliação da visão reducionista, que certamente seria empreendida se somente o estudo do conflito fosse realizado. Além disso, a heterogeneidade do conjunto de instrumentos de análise também possibilitou um alargamento no mapeamento das representações e sentidos atribuídos ao patrimônio local. Essa concepção de análise da cultura permite uma leitura

⁴⁴⁰ Entrevista nº 155 AP/UR – sexo: M, idade: 63, escolaridade: ensino superior.

contextual, pois não se restringe ao estudo de elementos isolados, mas encontra-se dentro de uma concepção dinâmica onde ela, a cultura, é vista como “um universo de sinais com significado”.⁴⁴¹

Do ponto de vista da análise dos discursos, considera-se que os textos técnicos e as entrevistas tiveram uma abordagem mais facilitada. Os técnicos, como já referido, têm como base uma disciplina, a restauração, que se criou aliada à evolução do conceito de monumento a patrimônio e de todas as reflexões críticas que se seguiram a isso. No entanto, esse discurso tem como base o conhecimento da área da arquitetura, que também toma emprestado termos de outras áreas que lhe são afeitas, como a arte e a história. Considera-se ainda que a área de formação da pesquisadora contribuiu significativamente para a compreensão dos conceitos abordados, além de serem desenvolvidos no interior do mesmo campo – o do patrimônio.

Acredita-se que, no caso das entrevistas, o fato dos informantes pertencerem a um mesmo grupo social, expressando livremente sua opinião sobre o tema do tombamento a partir de sua condição de moradores, facilitou a interpretação dos dados.

Já os textos jornalísticos, pelo fato de seus produtores tentarem restituir todos os pontos de vista e dar palavra a todos os atores envolvidos, requereu um maior esforço no mapeamento e na interpretação dos dados. Cabe considerar que muitas vezes os informantes se repetem, assim como os pontos de vista considerados, tanto que o editor do jornal local registrou:

[...] mas os jornalistas que hodiernamente visitam Antônio Prado levam para suas publicações sempre os mesmos ângulos, as mesmas casas e os mesmos entrevistados, alguns vadios encontrados perambulando pela praça ou ruas que, não tendo nada para informar, doam a pior das impressões sobre o nível cultural e educacional local; desse tão sofrido Antônio Prado a merecer melhores informações, para desmentir o provérbio popular – a covardia dos bons é a coragem dos maus, dos enigmáticos, dos energúmenos e ignorantes crassos.⁴⁴²

O jornal local foi o grande veículo de difusão dos valores culturais da comunidade, com publicações de cunho histórico valorizando os pioneiros, as manifestações culturais, etc. Os primeiros textos analisados já exaltam as casas da cidade e tentam promover uma conscientização da população, mas questionam

⁴⁴¹ POZENATO, J. *Op. cit.*, 1990, p. 32.

⁴⁴² CUNHA, Telmo Marcantônio. *O outro lado da praça*. Jornal Panorama Pradense. Jul/1991, p. 5.

como isso pode se dar, se na região o progresso e a modernização são avaliados pelo volume de construções novas sobre prédios antigos. Um arquiteto registra a redescoberta da cultura popular e conclama a região a sacudir o complexo de inferioridade e reconhecer o valor do seu patrimônio. As cidades próximas são pintadas como montes de cimentos, sendo que as casas de Antônio Prado já são vistas como principal atrativo turístico. A exemplo do que aconteceu no restante da RCI, mas com cores locais, registra-se uma sucessão de eventos que caminham em favor da valorização e preservação das edificações: os estudos do Projeto ECIRS e da SPHAN, as ações comemorativas ao centenário, o tombamento da Casa da Neni e a realização do seminário de arquitetura popular. Na ocasião do tombamento da Casa da Neni, a SPHAN ressalta a preocupação com o restante do conjunto em função da demolição de uma edificação pela Prefeitura Municipal, em 1985, que deveria ter sido tombada no mesmo processo. No entanto, em 1987, na página da Prefeitura no jornal local, as “velhas casas de Antônio Prado” são consideradas a identidade cultural do município e, por sua singularidade, se constituem em Patrimônio, primeiro dos pradenses e, por extensão, dos brasileiros, por representarem um segmento cultural das correntes étnicas que integram a nacionalidade. Cabe registrar que, nessa época, a Prefeitura dispunha de uma equipe de preservação e conservação do patrimônio histórico, e os proprietários custeavam os serviços.

Essas ações e registros antes do tombamento demonstram que, a exemplo da RCI, intelectuais e empresários estão engajados na questão da valorização e preservação dos bens culturais. Uma professora registra que “a população do município aos poucos está compreendendo o valor de preservar o patrimônio histórico, embora exista um longo caminho a percorrer, pois este tema era visto antes com certo descaso, em função da ideologia do progresso”.⁴⁴³ O prefeito afirma que “já existia uma consciência de preservação no município através do grupo Valdomiro Bocchese, que promoveu dois ciclos culturais, reforçados pelo seminário”.⁴⁴⁴ Mas salienta que um trabalho como esse não depende somente dele, mas principalmente da aceitação da população, e declara “há muito trabalho a fazer, pois não se desperta a consciência do povo de um dia para o outro”.⁴⁴⁵

⁴⁴³ MADALENO, E. *Op. cit.*, dez/1986, capa e p. 10. Declaração de Corina Dotti, professora.

⁴⁴⁴ *Idem*, Declaração Valner José Borges, prefeito municipal.

⁴⁴⁵ *Idem*.

Com a publicação do edital que decretou o tombamento provisório, se instaura o conflito que a imprensa nacional, estadual, regional e local vai registrar amplamente, sendo que nestas matérias as mais variadas falas ganharão espaço: SPHAN, ECIRS, prefeito, proprietários, intelectuais, empresários, moradores.

O discurso técnico se mantém aos moldes anteriores, mas, quando a SPHAN é interpelada pela imprensa sobre o conflito, declara que o tombamento foi realizado de forma intempestiva em função do perigo de demolição das edificações e ressalta que os interesses coletivos devem prevalecer sobre os particulares. Já os intelectuais, sejam ligados ao Projeto ECIRS ou não, entrarão na discussão numa tentativa de sensibilizar a população para os valores históricos e culturais, que deveriam ser mais importantes que o econômico. Nesse sentido, consideram que, se as casas desaparecerem, sumirá também uma marca do imigrante, o que prejudicará a identidade de todo o grupo, pois as casas não são mais somente da cidade, mas representam a região e, com o tombamento, a sociedade brasileira. Consideram que o reconhecimento desse grupo étnico é a entrada do italiano na história do Brasil.

O prefeito vai se declarar surpreso com a medida e sem uma visão clara da situação, ao passo que a comunidade vai ser mostrada como dividida, algumas pessoas contra e outras a favor do ato. Os proprietários serão expostos da mesma forma, sendo que os favoráveis assumem o discurso da preservação e os contrários se declaram não contra o tombamento, mas contra o modo como foi feito. No entanto, sua principal reivindicação diz respeito à questão da propriedade privada, já que pretendiam demolir as casas para a construção de prédios novos: “fazer a opção pelo velho e usado, quando se convive com o velho e o usado, é a negação do próprio princípio. Há que ser estar fora, ver de longe, com amplitude, para despertar no povo o sentimento estético da conservação”.⁴⁴⁶

Um vereador local vai considerar que o tombamento é a chance de Antônio Prado se firmar diferencialmente das outras cidades da região e que este fato pode trazer benefícios, a exemplo da estrada. É justamente a estrada que aciona os brios pradenses, e o tema da marginalização ressurgiu, com os indivíduos reclamando uma condição de brasileiros cujos direitos foram adquiridos com o esforço dos antepassados.

⁴⁴⁶ LETTI, N. *Op. cit.*, set/1987, p. 6.

O tombamento definitivo vai trazer à tona novamente a crise envolvida no processo de Antônio Prado. Os discursos vão se repetir em todas as instâncias, mas alguns elementos novos vão sendo acrescentados. A SPHAN vai assumir o discurso da diversificação econômica da cidade através do turismo associado ao patrimônio protegido. Além disso, a ata do Conselho Consultivo registra que o problema da deterioração das casas de madeira pode ser resolvido e recomenda ações de conscientização para a população em função da forte reação observada na cidade, quando do tombamento provisório. Já o discurso técnico veiculado numa revista comercial vai ressaltar que até especialistas ficaram surpresos com a medida, pois até então só eram objeto de proteção, no Brasil, os acervo da imigração portuguesa. Os intelectuais vão relacionar o patrimônio local a uma autenticidade, declarando que na cidade não existe um turismo forjado, sendo que é ressaltado que o interesse turístico quase sempre dá as mãos ao interesse histórico.

Nessa fase, por ter ocorrido troca de prefeito, o discurso do poder público municipal vai ser diverso. O prefeito que acompanhou todo o processo vai declarar que os estudos da SPHAN foram superficiais e que somente metade dos imóveis tem valor histórico, ressaltando que não foi avisado do tombamento. Além disso, apesar de na página da Prefeitura de 1987 constar um agradecimento aos técnicos da SPHAN pelos trabalhos na cidade, declara que os levantamentos ocorreram sem que ele soubesse. Por fim, registra que, já que foi uma atitude autoritária, sem participação do poder público e da comunidade, a responsabilidade sobre as casas deve ser da SPHAN. O prefeito sucessor vai mudar o tom e declarar que o tombamento foi uma medida certa e necessária, que tornará a cidade conhecida nacionalmente. Além disso, destaca que a maioria da comunidade está consciente da importância histórica da cidade e que ele terá que vencer a resistência de poucos moradores em função da conservação ser mais cara do que uma construção nova, pela dificuldade de conseguir a madeira. Ressalta, ainda, que as primeiras excursões estão chegando à cidade. Os proprietários continuam com posições distintas, alguns acreditam que todos já são favoráveis ao ato, enquanto outros, afetados em seu projeto de futuro, com relação às suas casas, declaram: “eles não vão ter a honra de tê-la”.

O Plano Collor vai trazer muitas incertezas para a cidade, principalmente porque a SPHAN e a FNpM foram extintas, sendo que o Escritório Técnico foi

fechado e reaberto somente em 2004, apesar de um servidor da sede trabalhar eventualmente na localidade.

A fase posterior ao tombamento parece remeter à anterior nos registros da imprensa local. As matérias continuam falando das belezas e valores do município e região, trazendo textos de cunho histórico ou apresentando relatos dos eventos acontecidos na cidade. Continuam fazendo a associação do tombamento com o turismo e afirmando que o motivo das divergências na época foi a regulamentação por imposição. Na reabertura do Escritório Técnico do agora IPHAN, em 2004, o discurso continua sendo o da necessidade de elaboração de um Plano Diretor e de investimentos em turismo cultural. Continua a publicação de textos de ex-moradores, exaltando os sentimentos que os ligam à cidade e elogiando os atos do IPHAN, além de promover uma associação das casas com a humanidade do local, remetem também ao discurso tão em voga do patrimônio imaterial.

As entrevistas sociolinguísticas, talvez pela característica de distância temporal, vão remeter a vários temas surgidos nas matérias jornalísticas ou mesmo nos discursos técnicos, o que demonstra que os meios de comunicação são certamente veículos que formam e reformam as representações.

Com relação aos temas, os discursos contrários referem que a falta de valor pode se dar pelo fato de que as casas fazem parte do cotidiano, ou ainda, associam as limitações impostas pela legislação como atraso para a cidade, que, no lugar dos bens tombados poderia ter prédios bonitos.

Os discursos que se referem ao tombamento como bom para o turismo, mas prejudicial à cidade e aos proprietários, trazem os temas das limitações construtivas como determinantes na falta de evolução do centro, relacionando este fato diretamente com a altura das edificações. A falta de conservação dos bens tombados repercute no imaginário, com a imagem deprimente de “cidade podre, antiga, velha”.

Os posicionamentos favoráveis são os que apresentam os discursos mais longos e elaborados, relacionando vários temas correlatos ao do tombamento. A maioria associa o tombamento ao turismo, mas consideram que atualmente ele é incipiente. Também são referidas em várias falas as possibilidades de associação de outros atrativos às casas tombadas, como a gastronomia, o artesanato, os produtos ecológicos, etc. Além disso, é salientada a questão de que a cidade é mais

valorizada e apreciada pelas pessoas de fora do que pelos moradores. Ressalta-se que outros temas que circularam na mídia escrita aparecem nas entrevistas: o incentivo às trocas com outras culturas, a questão da impossibilidade de exploração imobiliária, o isolamento ou a falta de evolução que gerou a preservação do acervo, o diferencial que se encontra no conjunto arquitetônico e na paisagem do entorno, a autenticidade do patrimônio histórico e artístico em detrimento de um turismo forjado em outras cidades da região, a falta de parceria com o IPHAN em função de a cidade não aceitar a imposição do tombamento, dentre outros.

Sobre esses posicionamentos em relação ao tombamento, um dado chama atenção: a escolaridade. Das cinco falas contrárias, três possuem os primeiros anos do ensino fundamental, uma o ensino médio e uma o superior. Das seis falas que registram que o tombamento é bom para o turismo e ruim para a cidade ou os proprietários, duas têm o ensino fundamental e quatro o ensino médio. Das oito falas favoráveis, uma possui o ensino médio e as demais o superior. Esse fato pode estar associado à questão de acesso à mídia escrita, principal divulgadora das posições preservacionistas, e, ainda, ao capital cultural acumulado ao longo dos anos de formação escolar. O que não pode deixar de ser considerado a partir deste estudo é o papel dos intelectuais na formação das representações através dos meios de comunicação. O estudo do antropólogo Bernardo Lewgoy também aponta nesta direção, indicando, na legitimação social do tombamento, além dos meios de comunicação, os agentes do campo do patrimônio, o apoio dos intelectuais de outras áreas e políticos, além da população que foi alvo das ações pedagógicas.⁴⁴⁷

Isso certamente teve influência na construção de um imaginário ligado às casas tombadas, principalmente à Casa da Neni, que teve sua imagem associada às administrações municipais, a campanhas publicitárias e até ao novo pórtico da cidade. Essas duas faces interdependentes das representações sociais, a simbólica, relacionada com as significações, e a icônica, referente à imagem, serão abordadas no item seguinte, levando-se em conta a arquitetura, que tem sido o eixo norteador do presente estudo.

⁴⁴⁷ LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 289.

Como as pessoas carregam consigo tantos motivos diferentes, mesmo quando se juntam na mesma causa! Acho que foi Machado de Assis quem escreveu que debaixo de toda grande bandeira cada qual carrega a sua pequena bandeira pessoal.⁴⁴⁸

4.2 AS MARCAS ARQUITETÔNICAS

A bandeira pessoal foi levantada em todos os discursos acionados no conflito originado pelo tombamento de Antônio Prado, assim como deve ser nas mais variadas práticas sociais, e há que se registrar se, em algum momento, ela nos abandona. Certamente, o posicionamento de um técnico - que fez uma opção de formação na área de preservação e, além disso, passou todo período acadêmico estudando teorias arquitetônicas, motivos e justificativas para a preservação dos patrimônios como um modo de transmitir a história, o legado de um povo - será divergente do de um proprietário que adquiriu um bem, numa região central da cidade, como possibilidade de geração de capital.

Mesmo neste estudo, a bandeira pessoal não deixou de ser carregada. Pela atuação num órgão oficial de preservação, várias indagações se insinuavam diante da prática profissional. Entender o complicado leque de atribuição de sentidos ao patrimônio tombado de Antônio Prado era também uma possibilidade de responder às questões éticas e estéticas dessa atuação. Gerir os conflitos que se apresentam não é tarefa fácil, ainda mais se isso está aliado ao fato de que respostas de ordem técnica continuamente precisam ser dadas. Mas acredita-se que, a partir do momento em que se tem um maior entendimento dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos ou culturais envolvidos, a atuação seja, se não facilitada, pelo menos embasada numa compreensão maior das variáveis envolvidas em cada indagação.

Embora o conflito seja inerente a toda prática social e, no caso do tombamento de Antônio Prado, tenha ficado latente, ele não impediu que a comunidade carregasse em seu imaginário, mesmo com a crise, a referência icônica das casas tombadas. Algumas observações em particular permitem perceber que o imaginário local carrega consigo a imagem dos velhos casarões. Dizem respeito ao

⁴⁴⁸ POZENATO, J. *Op. cit.*, 2006, p. 215.

uso de referências arquitetônicas deles nas novas construções, ou mesmo de elementos recortados em peças publicitárias, em discursos de preservação e associação ao patrimônio imaterial, ou ainda como símbolo da cidade. Sem um compromisso metodológico rigoroso, do ponto de vista de análise em arquitetura, até pelos limites que o mestrado impõe, alguns destes referenciais serão elucidados a seguir.

O primeiro deles diz respeito ao *slogan* que acompanha as administrações municipais. Na gestão de 1983-1988, utilizava-se “Antônio Prado: história viva de um povo.” (figura 6) Mais recentemente, a partir do ano de 2004, se faz uso de “Antônio Prado: a cidade mais italiana do Brasil.” (figura 7) Não nos cabe aqui fazer julgamento se, do ponto de vista teórico, isto é condizente, mas apenas registrar as ações com o intuito de elucidar que o imaginário da italianidade, despertado em parte pelo tombamento, está sendo acionado. Além disso, todo o material institucional da atual administração traz imagens das edificações tombadas ou de alguns de seus elementos, sendo que o mais utilizado é, sem dúvida, o lambrequim, em suas mais variadas formas.



Figura 6: Imagens e *slogan* da administração municipal de 1983/1988.
Fonte: publicação da Prefeitura Municipal.

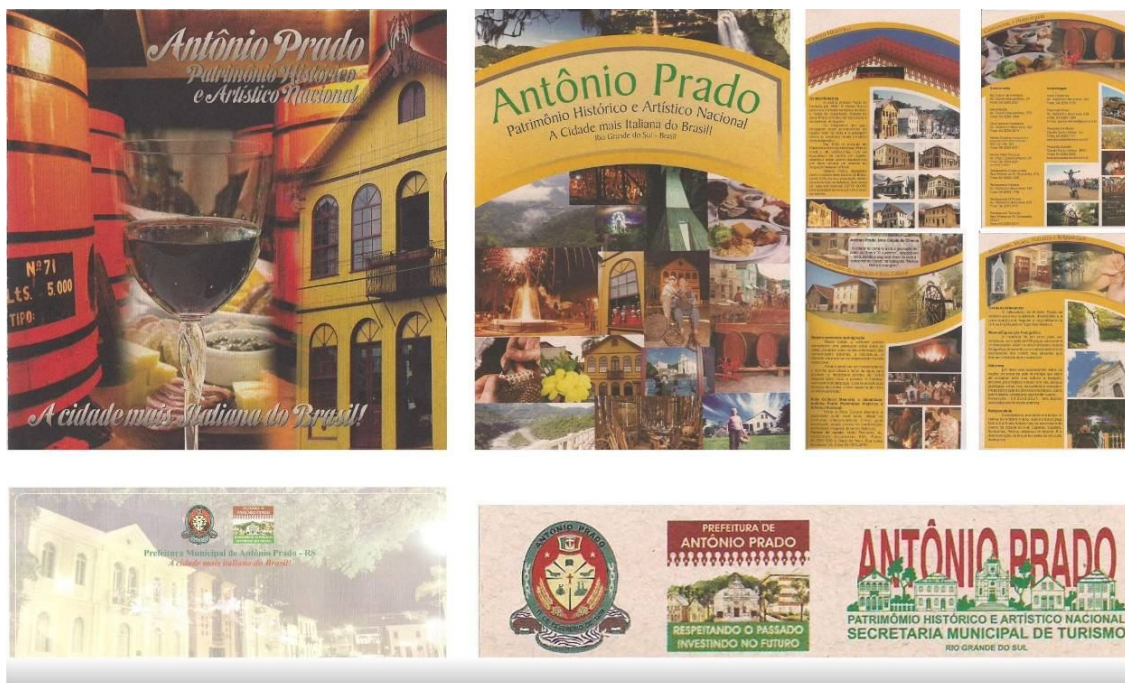


Figura 7: Imagens e *slogan* da administração municipal de 2004/2012.
Fonte: *fôlder* turístico e logomarcas da Prefeitura Municipal.

Do ponto de vista da paisagem, as áreas delimitadas como de Proteção Natural ou mesmo a Área de Preservação Permanente parecem estar sendo respeitadas, embora se necessite de uma revisão nas diretrizes para a ocupação dos morros do entorno, que apresentam um adensamento e estão perdendo a característica de ambiência para os bens tombados. Mas aqui reside um ponto crítico, elucidado por Canclini: o patrimônio histórico por vezes é visto como inimigo dos atuais processos de mudança, representados pelo desenvolvimento urbano e pela mercantilização.⁴⁴⁹ Este parece ser o marco principal do conflito do tombamento em Antônio Prado, pois, aos olhos de uma parcela dos moradores, foi justamente esse ato que impossibilitou a dinamicidade da esfera central, ou seja, a substituição das casas antigas por exemplares modernos. Além disso, não havia legislação que regulasse as intervenções no espaço urbano e, como já referido, as diretrizes para o disciplinamento foram as primeiras a serem aplicadas. (Anexo B)

Do ponto de vista do traçado urbano, que foi projetado por funcionários do Governo Imperial e tinha como característica uma malha ortogonal que se

⁴⁴⁹ CANCLINI, Néstor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Trad. Mauricio Santana Dias. Revista IPHAN, p. 95-115.

implantava independentemente da geografia do terreno, a exemplo das demais colônias destinadas à imigração, houve algumas alterações. Onde o terreno permitia, foi mantido o traçado xadrez. Já no limite com os morros do entorno, o traçado muda de configuração, acompanhando seus contornos. (Figura 3)

Do ponto de vista formal das edificações, constatava-se que, na época do tombamento, elas estavam sendo substituídas por exemplares considerados “modernos” pelos moradores, conforme já demonstrado na figura 3. Mas, desde que as Diretrizes para o Disciplinamento do Entorno dos Bens Tombados de Antônio Prado foram implantadas, a cidade ganhou outra morfologia, certamente como resultado da aplicação das limitações impostas quanto à altura, materiais, recuos, além de desenho de cobertura. No entanto, cabe o registro de que, fora das áreas de atuação do IPHAN, por vezes estes modelos se repetem; todavia, isso não quer dizer que os habitantes meramente copiem estes modelos, e outros estudos mais específicos necessitam ser realizados para identificar os fatos geradores dessa repetição de configuração. (figura 8) Também não nos cabe fazer crítica arquitetônica, nem das edificações construídas dentro das áreas de proteção, como resultado da aplicação das diretrizes, nem das edificadas no entorno.

Área de proteção do IPHAN



■ Zona de Proteção Rigorosa - ZPR
■ Zona de Ocupação Controlada - ZOC
■ Zona de Proteção Natural - CPN
■ Zona de Preservação Permanente - Reserva Biológica



Áreas não protegidas pelo IPHAN



Figura 8: Edificações novas nas áreas protegidas e não protegidas pelo IPHAN em Antônio Prado. Mapa e fotos: acervo Escritório Técnico II – Antônio Prado / IPHAN-RS

Um indivíduo quando perde seu pequeno universo sente como se uma parte sua tivesse morrido com suas coisas, cidade, espaço. Sua lembrança se prende a imagens apagadas para sempre. Esses pesares e inquietações individuais não têm consequências porque não tocam a coletividade. Ao contrário, um grupo não se contenta em manifestar o que sofre, em se indignar e protestar na hora; ele resiste com toda a força de suas tradições e essa resistência tem suas consequências.⁴⁵⁰

Talvez esta seja a hipótese mais ousada, porque induziu a uma identificação da substituição das edificações como uma tradição para este grupo étnico formado na região. O que foi preservado regionalmente até o tombamento de Antônio Prado o foi por vontade do grupo, seja porque não afetava seu cotidiano, seja por um apelo sentimental. Como já registrado, todas as cidades da região assistiram a substituições de edificações antigas por exemplares de edificações novas e modernas, e inclusive em Antônio Prado o processo já havia iniciado. No entanto, em função do tombamento, a cidade permaneceu, pelo menos em parte, com a mesma fisionomia de cidade antiga. O arquiteto Júlio Posenato, pesquisador da região, identificou vários períodos referentes às construções dos imigrantes e, além dele, outros afirmaram que a casa era a confirmação da ascensão do imigrante. Do processo de ocupação até os dias de hoje, as substituições por exemplares novos são recorrentes e parecem ser o símbolo mais visível de que o colono veio, trabalhou e venceu.

Entretanto, sem dúvida é o novo pórtico, construído entre os anos de 2007 e 2008, que traduz com maior ênfase que a imagem das edificações tombadas está mais presente no imaginário da população do que ela mesma pode perceber. A opção formal foi feita pela comunidade, que através de votação elegeu o modelo construído, dentre três apresentados (figura 9). O menos votado, com 4% do total, remete ao desenho de uma porteira, aos moldes dos que se usam nas fazendas do entorno. Isso parece indicar que símbolos mais representativos do gaúcho ainda não são plenamente incorporados, embora o CTG Cancela do Imigrante exista na cidade desde o ano de 1959 e, quando se consultam seus integrantes, a grande maioria sustenta sobrenomes de origem italiana. O segundo mais votado tem uma configuração que lembra um campanário e obteve votação mais próxima do eleito, totalizando 40%. Embora as três opções apresentadas utilizem os mesmos tipos de

⁴⁵⁰ HALBWACHS, M. *Op. cit.*, 2006, p. 164.

Cartaz para escolha do pórtico de Antônio Prado

Fonte: acervo Prefeitura Municipal de Antônio Prado

Você Escolhe o Pórtico de Antônio Prado

Antônio Prado é o que sua gente faz!



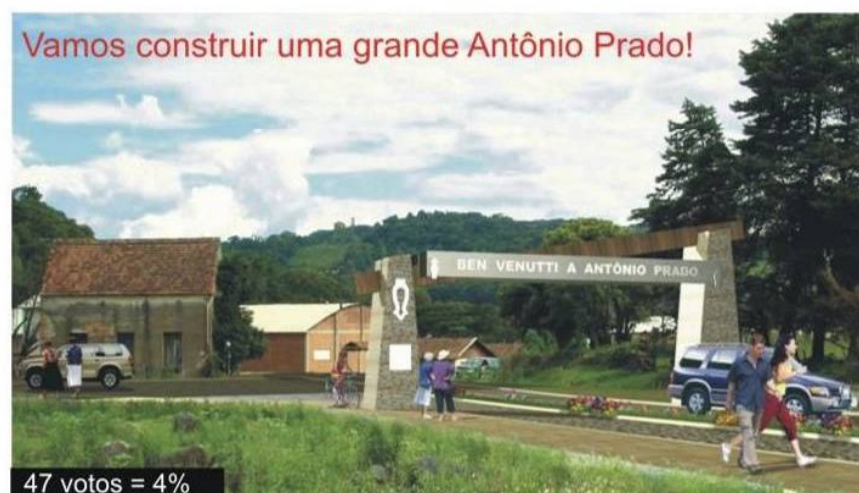
720 votos = 56%

Antônio Prado espera sua participação!



515 votos = 40%

Vamos construir uma grande Antônio Prado!



47 votos = 4%

Participe! Dê sua opinião! Escolha e vote!



Coroamento com elemento metálico

Janela em arco remete às esquadrias da Casa da Neni

Peça de madeira que lembra uma unidade de lambrequim

Uso de pedra e madeira, materiais utilizados nas edificações tombadas



Pórtico de Antônio Prado



Figura 9: Pórtico de Antônio Prado.
Fotos: acervo Escritório Técnico II - Antônio Prado / IPHAN-RS

material, pedra e madeira, e apresentem desenhos de lambrequins e frase de boas vindas em italiano, foi eleito, com 56% dos votos, aquele que remete formalmente às casas tombadas (Anexo C). O eleito tem o desenho do corpo mais limpo, sem muitos elementos agregados, e o coroamento remete à configuração do telhado em duas águas, presentes na maioria das edificações tombadas. A janela disposta no alto do pórtico, aos moldes do que seria o desenho de um oitão com função de sótão, está presente com verga em arco, e, assim como “as portas” por onde cruzam os veículos, remete às esquadrias em arco da Casa da Neni. Além disso, uma peça de lambrequim de madeira está disposta no centro do pórtico, totalmente sem função, apenas com uma conotação simbólica. Também o arremate no que poderia ser considerado a cumeeira remete aos utilizados nas edificações tombadas, mas é uma peça em metal, material nunca antes utilizado para a confecção de lambrequim na região.

Diante do exposto, se não podemos considerar o patrimônio tombado como unanimidade, pelo menos se acredita que sua imagem não morreu completamente, já que vive, embora com outras leituras, como é da dinâmica dos processos culturais, no presente. Isso mostra que o ser humano tem realmente necessidade de se ligar a uma memória e, através de símbolos, tenta não perder completamente seus referenciais. Ao contrário, reinventa-os numa tentativa de não perder sua origem, sua história, sua ligação com o passado.

Com base no que vimos até aqui, podemos considerar que somente o tempo histórico será capaz de mensurar os resultados desses processos culturais na região e, mais especificamente, em Antônio Prado. A interação social nem sempre implica num desaparecimento de identidade ou em mudanças radicais nos traços culturais, que parece ser aquilo a que assistimos no nosso entorno. O futuro da atribuição de valor vai depender, entretanto, das representações simbólicas que serão construídas pelos grupos sociais ao longo do tempo, de como eles vão elaborar o seu passado recortado no presente e, ainda, de como vai refletir nos grupos do futuro.

Mais especificamente com relação à arquitetura, acreditamos que, no futuro, devam ser empreendidos estudos mais específicos, que confirmem ou refutem os dados que foram preliminarmente apresentados neste item. Porém, deverá ser observada a utilização de metodologias adequadas e teorias condizentes com este campo de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sua majestade: o conflito. Mesmo percebendo-o a partir da atuação profissional num órgão de preservação, não era possível compreender as reações extremadas que ele suscitava. Entendê-lo associado a um ato de tombamento não foi uma tarefa fácil, embora fosse possível identificar imediatamente as diferentes valorações atribuídas aos objetos do ato. Foi necessário um longo percurso para intuir que a multiplicidade de significações atribuída às “velhas casas” podia ser representada, na realidade, pelos sentidos em luta. Luta porque diferentes representações foram construídas por diferentes atores sociais acerca do mesmo objeto: o conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado.

Os estudos teóricos iniciaram justamente pelas representações sociais para que pudesse ser compreendido seu processo de formação e reformulação diante de um universo não-familiar para a sociedade local. Mas a multiplicidade de discursos, por vezes divergentes, fez com que houvesse a necessidade de ampliar o espectro dos estudos teóricos, já que a teoria das representações sociais deixava lacunas. Dessa forma, empreendeu-se um estudo de constituição dos diferentes *habitus* e de como eles refletem o campo em que estão inseridos. Nesse percurso, não foram deixadas de lado as questões relativas ao poder simbólico, exercido no interior do campo. Sob este aspecto, a ação dos agentes do campo do patrimônio foi considerada um ato de violência simbólica, pois, como observa Arantes, “ao se efetuar a política da preservação (inventário, seleção e tombamento do bem), os responsáveis estavam de fato introduzindo, no processo de produção da cultura, um dado novo, um elemento novo que é a cultura produzida por nós, intelectuais, técnicos, pesquisadores, políticos”.⁴⁵¹ Levando em consideração o tombamento como um dado novo para a cultura pradenense, ele se torna um rito de instituição, à medida que transmuta os velhos casarões em patrimônio. Entender os aspectos legais envolvidos no tombamento fez refletir sobre as questões de propriedade privada e do direito de construir, seriamente afetados porque, ao longo do tempo,

⁴⁵¹ TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos: outros desafios...* Série Antropologia. Nº 390. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1008/1203>. Acesso em: mar/2009.

adquirem conotação de interesse social, em detrimento dos interesses particulares. Dessa forma, as casas, quando transformadas em monumento, não pertencem somente aos seus donos, mas à sociedade brasileira enquanto objeto memorial de seus feitos. Mas como considerar patrimônio histórico as velhas casas, se elas representavam na sociedade local justamente a estagnação, o isolamento geográfico, a falta de progresso e de modernização por uma série de manipulações da política regional? A casa, na região, principalmente na área urbana, era tida como um dos símbolos de distinção e, devido à impossibilidade de sua substituição, o ideário coletivo antevê o congelamento da cidade, numa imagem que eles não gostariam de memorizar – a de cidade antiga. A crise se instaura e as feridas ficam expostas.

Nesse contexto, a proteção de obras anônimas, oriundas da cultura popular, só pode ser entendida quando referida à ampliação do conceito de patrimônio, chegando até a indústria cultural. Nesse âmbito, a passagem de monumento a patrimônio da nação vai refletir a institucionalização da proteção dos bens ditos nacionais. A própria constituição das nações, uma invenção da modernidade, usará os símbolos da cultura popular, a exemplo da arquitetura, para constituir a representação de uma identidade nacional, ancorada nos temas do passado, da memória e da tradição. Sob esse aspecto, a criação de órgãos de proteção vai legitimar o campo do patrimônio e seu discurso; serão eles os detentores de capital simbólico para eleger os bens representantes da nacionalidade. No Brasil, o órgão responsável pela institucionalização do patrimônio foi a SPHAN, criada sob a égide do Estado Novo e sua concepção nacionalista e unificadora do território. A ampliação do conceito nas últimas décadas se deve principalmente à Carta de Veneza, que aponta como sendo de valor as obras modestas que representam uma parte importante da história, e à incorporação do conceito antropológico de cultura, que possibilitou que “Unesco e IPHAN ampliem as políticas públicas para os patrimônios com o objetivo de atender ao vasto repertório de expressões culturais e à pluralidade das identidades sociais”.⁴⁵² No Brasil, essa pluralidade vai ser representada por uma revisão dos critérios, que permitirá, por exemplo, o tombamento do terreiro da Casa Branca, em 1984. Isso só foi possível pela forte pressão popular, pois o que estava em jogo não eram os aspectos técnicos e legais,

⁴⁵² *Idem.*

mas sim o reconhecimento oficial do Estado nacional a uma tradição afro-brasileira.⁴⁵³ Da mesma forma, aconteceu com Antônio Prado em 1987. Embora a votação tenha sido unânime, foi a primeira vez que o Estado nacional reconheceu um conjunto arquitetônico oriundo da imigração italiana, e não de tradição portuguesa, como patrimônio histórico e artístico nacional. Isso não significa que todos os processos que chegaram ao Conselho Consultivo foram aprovados, alguns foram analisados e devolvidos, para que o “tombamento ficasse a cargo da Prefeitura Municipal ou do Governo do Estado, tendo em vista o fato de o valor do imóvel estar mais ligado ao aspecto regional do que nacional”.⁴⁵⁴

Nesse contexto, emergem as identidades regionais, muitas vezes ligadas a um *revival* étnico como contraponto aos processos globalizantes da economia e mundializantes da cultura. Sob esse aspecto, cabe considerar o advento da sociedade de consumo e da publicidade como constituidoras de identidades na contemporaneidade. No caso do Brasil, assiste-se a uma afirmação dos mais diferentes tipos de identidade, entre elas “as regionais, que salientam suas diferenças em relação ao resto do país, como forma de distinção cultural”.⁴⁵⁵ Levando-se em conta a identidade regional, registraram-se os trabalhos dos intelectuais e empresários da RCI na constituição e valorização de uma identidade étnica e no sentimento de italianidade, principalmente os trabalhos do Projeto ECIRS, em função de sua atuação em Antônio Prado. Esse trabalho contribuiu para um sentimento de orgulho da *italianità*, deixando para trás o estigma de colono atrasado. Para entender esse estigma, foi empreendida uma incursão histórica ao processo de imigração italiana ao Brasil e de ocupação da região, e percebeu-se que essa identidade se construiu em relação ao brasileiro, tendo como principal característica o trabalho como marca distintiva. Também na cidade pradense se observa este discurso: “à simplicidade dos modos contrapõe-se uma riqueza cultural que explica muito do dinamismo da região, revelado pela gama dos produtos vendidos em todo o país e no exterior. Grande parte destas realizações podem ser explicadas pela ética do trabalho ali existente, tão diferente do resto de nosso

⁴⁵³ VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. In: Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. (org.) Manuel Ferreira Lima filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 249-261.

⁴⁵⁴ Esta decisão refere-se à proposta de tombamento do prédio onde funcionou o antigo High Life, no bairro da Glória no Rio de Janeiro. Fonte: Revista SPHAN e Pró-Memória. N° 44, nov-dez/1988, p. 7.

⁴⁵⁵ OLIVEN, R. *Op.cit.*, 2006, p. 210.

país”.⁴⁵⁶

Uma das marcas de concretização dessa identidade étnica, a exemplo de outros tipos de identidade, é a arquitetura. Por essa razão, partindo dela, se empreendeu esta incursão num contexto cultural tão abrangente. O objetivo era o entendimento das práticas e dos relatos de regionalidade que, embora não podendo ser estudados fora do seu contexto, necessitam ser ligados a fatos maiores para serem interpretados a partir de um conceito semiológico de cultura.

Os relatos puderam ser apreendidos através da abordagem de discursos heterogêneos em suas condições de produção e cronologicamente. Cabe considerar as limitações de ordem quantitativa que a pesquisa impôs; na verdade, este é um trabalho de cunho qualitativo que se apoiou em materiais já produzidos sobre o tema, o que não significa que seus resultados não sejam legítimos.

Um registro em particular é relevante: o papel dos intelectuais e empresários, também observado no restante da RCI, no processo de conscientização do valor do patrimônio da cidade. Nesse caso, a imprensa escrita local vai ser um relevante instrumento de divulgação do valor patrimonial da cidade, sendo uma importante fonte de legitimação social nestes tempos de condições descentradas de poder. Este discurso também vai permitir a aliança entre patrimônio histórico e turismo, “que embora representado de forma negativa e destrutiva, parece ser uma das fontes de existência social e cultural do patrimônio [...] o prédio tombado pode tornar-se objeto de consumo turístico, é o suporte de uma imagem que é consumida”.⁴⁵⁷ Isso pode ser visto na comercialização da imagem da Casa da Neni em miniaturas, camisetas, copos, chaveiros, dentre outros artefatos.

Nesse contexto, a SPHAN vai se aliar ao discurso dos intelectuais e se diferenciar dele à medida que tem como atribuição institucional a imposição de normas e regulamentações que visam a proteger os bens tombados e seu entorno. Sob esse prisma, concorda-se com o estudo de Bernardo Lewgoy, para quem “a dinâmica da vida social de Antônio Prado foi afetada pela entrada de novas normas

⁴⁵⁶ POSENATO, Júlio. *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. Apresentação de Valdomiro Bocchese Cunha.

⁴⁵⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria analítica antropológica*. In: Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. (org.) Manuel Ferreira Lima filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 239-248.

e significações patrimoniais”.⁴⁵⁸ Essas novas normas têm particular inflexão na cidade, em função de não existir nenhuma legislação que regulasse as construções até o ato de tombamento, que trouxe consigo uma série de limitações construtivas, interferindo no direito de construir. Sob esse aspecto, surgirá apenas em 2001, com o Estatuto da Cidade, a possibilidade dos proprietários de bens preservados ou do entorno venderem o potencial de construção que não podem mais usufruir em função do tombamento. Esse potencial construtivo que não será usado, pela venda registrada em cartório, pode ser executado em outros locais da cidade que não contenham zonas de proteção patrimonial. Mas, para isso acontecer, o município deve elaborar legislação municipal específica para constituir o Banco de Índices. Neste quesito, registra-se que a troca de administração figurou como aliada na mudança de posicionamento quanto ao ato de proteção, pois o prefeito anterior oscilou em suas posições, conforme demonstrado pelas entrevistas aos jornais, ao passo que seu sucessor apoiou plenamente o ato. No entanto, ouve um grande prejuízo de atuação com a extinção da SPHAN e da Fundação *pró-Memória* pelo governo Collor. Com relação à essa fase, algumas bibliografias consideram-na nefasta, indicando que atualmente, a instituição ainda se encontra em reestruturação.

Além disso, a demolição de bens tombados é considerada crime, e os proprietários já não dispõem da posse absoluta de seu imóvel. Cabe considerar que, dentro do contexto cultural local, “a propriedade privada é um valor (parece que pela paixão com que alguns a defendem, o valor básico da existência), enquanto isso não se define numa política de preservação cultural, sempre haverá conflitos”.⁴⁵⁹ Mas não é só na sociedade local que existe o conflito relacionado à questão da propriedade privada. No Rio de Janeiro, nos bairros de Ipanema, Leblon e Jardim Botânico, surgiu um movimento organizado contra as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, produzindo manifestações e ações na Justiça.⁴⁶⁰

Por fim, se ressalta que, para o tombamento de Antônio Prado, convergiram interesses. Inicialmente, com o projeto maior da SPHAN, que considera o patrimônio da cidade como representativo da contribuição do elemento italiano na formação da nacionalidade brasileira. Para a região, figura como uma das marcas de constituição

⁴⁵⁸ LEWGOY, B. *Op. cit.*, 1992, p. 318.

⁴⁵⁹ POZENATO, J. *Op. cit.*, 1990, p. 30.

⁴⁶⁰ VELHO, G. *Op. cit.*, 2007, p. 249-261.

da italianidade, sendo que nenhuma outra cidade da região conta com um acervo arquitetônico urbano tão significativo, a ponto de ser classificado como o maior conjunto, o mais homogêneo, o melhor, o mais íntegro, etc. Por esse motivo, vai ser levantada a possibilidade de a cidade, até então tida como à margem da região, firmar-se como diferencial pelo conjunto arquitetônico e urbanístico. A importância da arquitetura como marca de representação de identidade é demonstrada quando as cidades do entorno criam as chamadas ficções arquitetônicas, instituindo roteiros, transplantando edificações, construindo réplicas, etc., ao passo que Antônio Prado é visto como detentor de um patrimônio autêntico.

Essas considerações procuraram responder ao caráter simbólico das representações sociais. Com relação às marcas arquitetônicas, é preciso referir novamente a questão da casa como marca de distinção social. Neste quesito, Antônio Prado é detentora de exemplares singulares, no sentido de que uma de suas edificações está inscrita no Livro de Belas Artes. É justamente essa edificação, a Casa da Neni, que vai figurar como símbolo maior da cidade em vários momentos: nos selos comemorativos do centenário de imigração do município, no caderno de 135 de Cultura do Jornal Pioneiro, nos mais variados *souvenirs*, nos materiais institucionais do poder público municipal ou como a principal referência de desenho do novo pórtico. Mas um aspecto em particular merece destaque, o lambrequim, elemento mais precioso da arquitetura serrana da imigração: “os lambrequins eram só para aqueles que tinham dinheiro, que podiam pagar”.⁴⁶¹ Hoje ele é reproduzido, é objeto de releituras, ornamenta espaços simbólicos e serve como fonte de inspiração. É ainda um elemento de distinção que refere certamente as duas faces interdependentes das representações sociais: a simbólica e a icônica.

Sob esse ponto de vista, futuros estudos podem apontar para esta relação numa tentativa de identificar como ela acontece e quais são as variáveis envolvidas no processo. Além disso, este estudo pode direcionar para uma multiplicidade de outros: o papel dos caminhos e rotas no desenvolvimento econômico das regiões e a preservação pela falta ou desvio deles, o papel da arquitetura como suporte de memória dos grupos sociais, como garantir que a cidade mantenha sua dinamicidade sem a estagnação do seu ambiente físico e sem torná-la um cenário

⁴⁶¹ Jornal Pioneiro. Encarte 135 anos de cultura. Caxias do Sul. 01/jun/2010. Depoimento de João Tochetto, fabricante de lambrequins em Antônio Prado.

turístico.

No passado, a manutenção da cultura se dava pelo próprio grupo, tendo como suporte a memória e a manutenção de suas tradições. O relativo isolamento dado por uma condição geográfica particular, pela língua e pelos costumes era fator de conservação. Hoje, com a comunicação digital, a pluralidade de linguagens que um indivíduo pode dominar, as facilidades do movimento de ir e vir, já não se garantem essas condições de manutenção da identidade de um grupo. Outros suportes são necessários, e identificá-los é tarefa premente. O desafio é grande.

Neste relatório, a literatura e a arquitetura transitaram entre teorias e conceitos. As duas manifestações artísticas são consideradas aqui como elementos emblemáticos na medida em que proporcionam experiências estéticas. A literatura permite uma entrada simbólica no tempo histórico, na vida dos personagens, nos cenários descritos. Permite, enfim, a elaboração de constructos intelectuais a respeito de uma cultura. Já a arquitetura é uma maneira de entrar na cultura do outro, e talvez por isso fascine tanto os turistas, que saem decepcionados quando descobrem que não podem entrar em nenhuma casa tombada de Antônio Prado. Eles vivem a cidade, mas perdem esta experiência de ordem material das casas. Deixando de percorrer seus espaços, deixam de vivenciar a experiência física. Assim, literatura e arquitetura, permitindo experimentações intelectuais ou sensoriais, se complementam, e talvez resida aí o motivo do fascínio de ambas.

REFERÊNCIAS

LIVROS:

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 36). 5ª reimp. 14ª Edição de 1990.

ARIÈS, P. Educação. *In: Vida-morte-tradições-gerações*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1997. Enciclopédia Einaudi, v. 36, (p. 167-197).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar* (a aventura da modernidade). Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Prefácio de Sérgio Miceli. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Org. [coletânea Renato Ortiz]. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1994, 2ª Ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli.

BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Trad. Alda Porto. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870/1950*. São Carlos: RIMA, 2004.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GASPARINI, Audrey. *Tombamento e direito de construir*. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. *In: A invenção das tradições*. Org. Eric Hobsbawn e Terence Ranger. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção

Pensamento Crítico, v. 55).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Cartas patrimoniais. 3ª Ed. rev. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Carta de Veneza, 1964.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen, traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. 4ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (4ª reimp., 5ª Ed. de 1994).

POUTIGNAT, Philippe e Jocelyne Streiff-Fenart. *Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Tradução de Elcio Fernandes.

POSENATO, Júlio. *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

_____. Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

POZENATO, José Clemente. *A babilônia*. Caxias do Sul: Editora Maneco, 2006.

_____. José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

_____. José Clemente. *A Cocanha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

_____. José Clemente. *O Quatrilho*. 7ª Edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. (Série: Novo Romance, nº 5).

_____. José Clemente. *Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1990. Cadernos da EDUCS.

RETONDAR, Anderson Moebus. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume, Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Anotações de literatura e de cultura regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

_____. Cleodes Maria Piazza Júlio e José Clemente Pozenato (org.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Rafael José dos. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e sua proteção jurídica*. 3ª Ed. (ano 2005), 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2006.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES:

FILIPPON, Maria Isabel. *A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar*. Universidade de Caxias do Sul, 2007. Dissertação de Mestrado.

LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento de 48 casas em Antônio Prado/RS*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFRGS, 1992.

MOCELIN, Maria Clara. *Trajetórias em rede: representações de italianidade entre empresário e intelectuais da região de Caxias do Sul*. Campinas, SP: [s.n.], 2008. Tese (doutorado).

ARTIGOS:

ABREU, Regina. *Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In: Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. (Org.) Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornélia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 263-285.

BATTISTI, Elisa e Cristiane Lembi. *BDSer: corpus linguístico como acervo de experiências pessoais*. In: Métis: história e cultura. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004. Volume 3, nº 5 (jan/jul.2004), p. 61-79.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. *Elementos de arquitetura da imigração italiana*. In: GÜNTER, Weimer (Org.). *A arquitetura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BIASE, Alessia de. *Ficções arquitetônicas para a construção da identidade*. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 16, dezembro de 2001, p. 173-188.

BOSI, Alfredo. *Cultura como tradição*. In: *Cultura brasileira: tradição/contradição*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, Funarte, 1997.

CANCLINI, Néstor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Trad. Mauricio Santana Dias. Revista IPHAN, p. 95-115.

DOTTI, Corina Michelin. *O percurso da resignificação de uma cultura*. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio e José Clemente Pozenato (Org.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul, RS: EducS, 2004, p. 42-44.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria analítica antropológica*. In: Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. (Org.) Manuel Ferreira Lima filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 239-248.

IANNI, Octávio. *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana*. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 11-28. Conferências e debates apresentados durante o 1º e 2º Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1975 e 1976.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Entre formas e tempos: Goiânia na perspectiva do patrimônio*. In: Associação Brasileira de Antropologia. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. (Org.) Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 221-236.

MANFRÓI, Olívio. *Imigração e nacionalismo*. In: Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana, e Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, Caxias do Sul, 24 a 27 de abril de 1996. Juventino Dal Bó, Luiz Horn Iotti, Maria Beatriz Pinheiro Machado (Org.). Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 44-54.

MARTINS, José de Souza e outros. *Pesquisas sobre imigração italiana (painel)*. In: Instituto Superior

Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 47-73. Conferências e debates apresentados durante o 1º e 2º Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1975 e 1976.

SANTOS, Rafael José dos. *Relatos de regionalidade: tessituras da cultura*. Revista Antares. Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. N. 2, Jul-Dez 2009. Disponível em <http://www.ucs.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/revista>. Acesso em: abr/2010.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Nasce a Academia Sphan*. In: Cidadania. Curadoria Antonio Augusto Arantes, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24. 1996, p. 77-95.

TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos: outros desafios...* Série Antropologia. N° 390. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1008/1203>. Acesso em: mar/2009.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *Pierre Bourdieu: a teoria da prática*. RAP Rio de Janeiro 40(1): 27-55, jan-fev/2006, p. 33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>. Acesso em: maio/2009.

VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. In: Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. (Org.) Manuel Ferreira Lima filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 249-261.

WORLD WIDE WEB

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>.

SPINK, 2004. Disponível em: <http://nosos.multiply.com/journal/item/62/62>. Acesso em: nov/2009.

<http://www.ucs.br>.

Chancela de Paisagem Cultural. Portaria nº 127 de 30/abr/2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>. Acesso em: nov/2009.

OUTROS:

BIASE, Alessia de. *Vêneto-gaúchos ou ensaios sobre a identidade e as tradições no mundo contemporâneo*. Anotações pessoais do curso. 2º semestre/2009.

CHAVES, Flávio Loureiro. *Literatura e Regionalidade no Sistema Literário Brasileiro*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre/2008.

Jornal Pioneiro. Encarte 135 anos de cultura. Caxias do Sul. 01/jun/2010.

JOURNET, Nicolas. *Cultura e Tradição*. Trad. Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro e José Clemente Pozenato. Polígrafo disciplina: Tradição popular e expressão oral. Profa. Dra. Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro. 2º semestre/2009.

MURARI, Luciana. *Região, Memória e Modernidade*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 1º semestre/2009.

POZENATO, José Clemente. *Literatura e Interdisciplinaridade*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre/2008.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Tradição popular e expressão oral*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre/2009.

SANTOS, Rafael José dos. *Região, Regionalidade e Cultura*. Anotações pessoais da disciplina. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. 2º semestre/2008.

SARTORI, Tríssia Ordovás. Colono is *beautiful*. *Jornal Pioneiro*, Coluna 3POR4. Caxias do Sul, 17/out/2009.

CORPUS – Textos utilizados na pesquisa

DOCUMENTOS IPHAN:

Ata da 135ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 01/dez/1988.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Parecer do Processo nº 1.248-T-87/SPHAN. Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbano de Antônio Prado. 1987.

Carta de Antônio Prado. Documento resultante do Seminário de Arquitetura Popular Brasileira realizado em dez/1986.

Ata da 115ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria de Cultura, realizada em 07/mar/1985.

SOUZA, Alcidio Maфра de. Parecer do Processo nº 1.145-T-85. Processo de Tombamento da Casa da Neni. 1985.

REVISTAS TÉCNICAS:

Revista Construção. *Tombamento polêmico*. Seção Painel. Editora Pini. Nº 243. Jan/1989.

Revista SPHAN e Pró-Memória. *Antônio Prado*. Nº 44. Nov-dez/1988, p. 5-7.

LUZ, Maturino. *A arquitetura popular de Antônio Prado*. *Jornal do IAB*. Jun-jul/1988.

JORNAIS:

Jornal do Brasil:

Jornal do Brasil. *Memória Maltratada*. 1º Caderno. Rio de Janeiro. 17/abr/1989.

PORTO, Juarez. *SPHAN tomba cidade de imigrantes*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 07/set/1987.

Jornal Zero Hora:

Jornal Zero Hora. *Num país pobre, até preservação fica complicada*. Porto Alegre. 12/jun/1990.

TREZZI, Humberto. *Só o turismo pode alegrar Antônio Prado*. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 08/abr/1990.

Jornal Zero Hora. *Patrimônio é preservado*. Porto Alegre. 24/nov/1989.

MADALENO, Érika Hanssen. *Antônio Prado, tombamento divide a população da cidade*. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 04/dez/1988.

Jornal Zero Hora. *Cidade de Antônio Prado é tombada pelo Patrimônio Histórico*. Porto Alegre. 02/dez/1988.

Jornal Pioneiro:

FERREIRA, Marlei. *Tombamento*. Jornal Pioneiro, Caderno Sete Dias. Caxias do Sul. 10 e 11/fev/1990.

PEDROSO, Néri. *ECIRS e SPHAN na luta contra a destruição*. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 24 e 25/out/1987.

WAGNER, Carlos. *Antônio Prado terá fundação para zelar pelo patrimônio*. Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 05/set/1987.

Jornal Panorama Pradense:

RIGON, Dalva Palombini. *Antônio Prado, amoré mio!* Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Jul/2007.

Jornal Panorama Pradense. *Chefe do escritório do IPHAN fala sobre o trabalho em Antônio Prado*. Jun/2004.

Jornal Panorama Pradense. *Tombamento*. Antônio Prado. Nov/1995.

Jornal Panorama Pradense. *Igreja e campanário, um Patrimônio Nacional*. Antônio Prado. Mar/1994.

CUNHA, Telmo Marcantônio. *O outro lado da praça*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Jul/1991.

Jornal Panorama Pradense. *Centenário de Antônio Prado é comemorado por 10 mil pessoas*. Antônio Prado. Fev/1991.

CUNHA, Telmo Marcantônio. *Antônio Prado turístico*. Jornal Panorama Pradense, Coluna Nova Dimensão. Antônio Prado. Ago/1990.

CUNHA, Telmo Marcantônio. *Os encantos da Praça Garibaldi*. Jornal Panorama Pradense, Coluna Nova Dimensão. Antônio Prado. Abr/1990.

KAYSER, Arno. *Flor do Rio das Antas*. Caderno de Domingo dos jornais NH e VS de 13 e 14/mai/1989. Novo Hamburgo. Reproduzido na íntegra pelo Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Jun/1989.

POZENATO, José Clemente. *Carta a Antônio Prado*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Nov/1987.

LUZ, Maturino. *Esclarecimentos ao Dr. Nério Letti e à comunidade pradense*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Out/1987.

TURCATO, Márcia. Citação retirada da Revista "Isto É", 16/set/1987. In: Jornal Panorama Pradense, Coluna "Opiniões sobre o tombamento". Antônio Prado. Out/1987.

POZENATO, José Clemente. Jornal Panorama Pradense, Coluna "Opiniões sobre o tombamento". Antônio Prado. Out/1987.

_____. José Clemente. *Por que Antônio Prado*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Set/1987.

LETTI, Nério. *Família Letti impugna casa tombada pela SPHAN*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Set/1987.

ZANOTTO, Ody Antônio. *A hora é esta!* Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Set/1987.

Jornal Zero Hora. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Porto Alegre. 03/set/1987. Reproduzido na íntegra pelo Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Set/1987.

Jornal Panorama Pradense. *Editorial "Tombaram nossa paciência"*. Antônio Prado. Set/1987.

Fundação Nacional Pró-Memória. *Tombamento*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Set/1987.

Jornal Panorama Pradense. *10ª Delegacia Regional da Fundação Pró-Memória realiza levantamento arquitetônico da paisagem urbana em Antônio Prado*. Página da Prefeitura. Antônio Prado. Jun/1987.

MADALENO, Érika Hanssen. *Arquitetos reconhecem: o povo sabe construir*. Jornal Zero Hora. 15/dez/1986. Reproduzido na íntegra pelo Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Dez/1986.

Jornal Panorama Pradense. *Seminário de Arquitetura Popular Brasileira "a produção das correntes imigratórias europeias tardias"*. Antônio Prado. Nov/1986.

Jornal Panorama Pradense. *Antônio Prado restaura prédios históricos*. Antônio Prado. Fev/1985.

CUNHA, Telmo Marcantônio. *Antônio Prado comemora o centenário de fundação em 1986*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Jan/1983.

SOUZA, Eliana Coelho. *Antônio Prado na imprensa: na Serra, a arquitetura e os costumes dos pioneiros*. Jornal Correio do Povo. 04/jul/1982. Reproduzido na íntegra pelo Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Jul/1982.

CUNHA, Telmo Marcantônio. *Antônio Prado e a arquitetura urbana de imigração italiana*. Jornal Panorama Pradense. Antônio Prado. Abr/1982.

ENTREVISTAS SOCIOLINGÜÍSTICAS – BDSer:

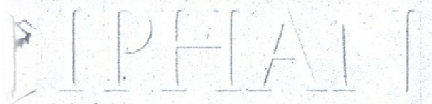
Entrevista nº 114 AP/UR
 Entrevista nº 120 AP/UR
 Entrevista nº 121 AP/UR
 Entrevista nº 134 AP/UR
 Entrevista nº 135 AP/UR
 Entrevista nº 136 AP/UR
 Entrevista nº 137 AP/UR
 Entrevista nº 140 AP/UR
 Entrevista nº 145 AP/UR
 Entrevista nº 146 AP/UR
 Entrevista nº 147 AP/UR
 Entrevista nº 148 AP/UR
 Entrevista nº 151 AP/UR
 Entrevista nº 152 AP/UR
 Entrevista nº 153 AP/UR
 Entrevista nº 154 AP/UR
 Entrevista nº 155 AP/UR
 Entrevista nº 161 AP/UR

ANEXO A

CD com imagens digitalizadas do *corpus* utilizado na pesquisa

ANEXO B

Resposta da Prefeitura Municipal sobre legislação de
Antônio Prado



INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

12ª SUPERINTENDÊNCIA REG.
Avenida Independência, 867 - 95239-276 Porto Alegre
Fone/Fax: (51) 3311.1188 - 3311.9351 - 3311.3854 - 3311.3855
homepage: www.iphan.gov.br

Antônio Prado, 05 de julho de 2010.

Referente: pesquisa sobre legislação de regulamentação do espaço urbano e de construção de novas edificações em Antônio Prado

Prezado Senhor:

Encaminho através deste instrumento solicitação de informações quanto à existência de legislação para o regramento do espaço urbano e também quanto às normas para construções de novas edificações, em período que engloba desde a constituição do município de Antônio Prado em 1899 até 1988, época do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Esclareço que tal solicitação deve responder a um questionamento surgido durante o desenvolvimento da dissertação desta solicitante, que está sendo realizada na Universidade de Caxias do Sul, junto ao Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Saliento que esta dissertação estuda em linhas gerais, o processo de tombamento e a paisagem urbana de Antônio Prado. Por este motivo o esclarecimento do uso de legislação ou não, é importante na medida em que, as legislações porventura vigentes influenciam diretamente na imagem construída da cidade.

Certa de sua atenção antecipo agradecimentos

Cordialmente


Terezinha de Oliveira Buchebuan
Chefe do Escritório Técnico II Antônio Prado
12ª. SR/IPHAN

Ilmo. Sr.
Admir Zanella
Secretário Municipal de Planejamento
Rua Francisco Marcantônio, 57
95250-000 – Antônio Prado/RS



*Prefeitura Municipal de Antônio Prado
Estado do Rio Grande do Sul*

OF.SEPLAN. Nº 09/2010 Antônio Prado, 06 de julho de 2010.

Prezada Senhora:

Ao cumprimentá-la, respondemos seus ofícios encaminhados em 05 de julho do corrente, informando:

1) Referente ao regramento do espaço urbano e normas construtivas, de 1899 até 1988, ao se consultar o arquivo de leis municipais, não se verifica a existência de legislação pertinente à regulação do espaço urbano ou normas construtivas, normalmente tratadas em lei intitulada Código de Obras.

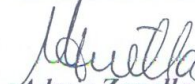
Encontra-se apenas, por exemplo, a Lei Municipal 0109/1950 (cópia anexa), que “*regula a construção de calçadas, cordões, sarjetas e muros que beneficiem terrenos particulares*” e a Lei Municipal 1.035/1984 (cópia anexa), que “*dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de muros, cercas e passeios, bem como limpeza de terrenos*”.

No mais, há carência de legislação. Esta só começa a aparecer a partir das diretrizes de tombamento, instituídas pelo IPHAN, e mais adiante a Lei Municipal nº 2.061/2002, que trata do parcelamento do solo. Já o Código de Obras e o Código de Meio Ambiente e Posturas são instituídas em 2006.

2) No que se refere à eleição para escolha do modelo de pórtico, segue a folha de votação e cópia dos três projetos apresentados.

Sem outro particular, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

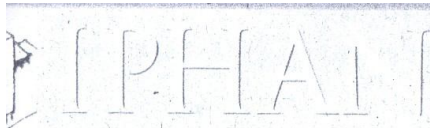

Admir Zanella

Secretário de Planejamento

Rua Francisco Marcantônio, 57 - 95.250-000 - Fone/Fax: 54 3293.5600 - e-mail: executivo@nol.com.br
A cidade mais italiana do Brasil!

ANEXO C

Documentos referentes à eleição do pórtico de
Antônio Prado



INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
Avenida Independência, 867 - 90035-076 Porto Alegre
Fone/Fax: (51) 3311.1188 - 3311.9351 - 3311.3853 - 3311.
homepage: www.iphan.gov.br

Antônio Prado, 05 de julho de 2010.

Referente: eleição para construção do pórtico de Antônio Prado

Prezado Senhor:

Encaminho através deste instrumento solicitação de informações quanto à eleição para construção do novo pórtico de Antônio Prado. Na medida do possível, gostaria que fossem cedidas as imagens das propostas concorrentes e que fosse disponibilizado o resultado final do pleito.

Esclareço que tal solicitação deve embasar o desenvolvimento da dissertação desta solicitante, que está sendo realizada na Universidade de Caxias do Sul, junto ao Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade. Saliento que esta dissertação estuda em linhas gerais, o processo de tombamento e a paisagem urbana de Antônio Prado. A eleição do novo pórtico é importante na medida em que se pretende fazer uma relação com as edificações tombadas, levando-se em conta a linguagem arquitetônica.

Certa de sua atenção antecipo agradecimentos

Cordialmente

Terezinha de Oliveira Buchebuan
Chefe do Escritório Técnico II Antônio Prado
12ª SR/IPHAN

Ilmo. Sr.
Admir Zanella
Secretário Municipal de Planejamento
Rua Francisco Marcantônio, 57
95250-000 – Antônio Prado/RS



Prefeitura Municipal de Antônio Prado
Estado do Rio Grande do Sul

Concurso escolha do Melhor Pórtico

DIA: 01/04/2007

Local: Praça Garibaldi

Coordenação: Secretaria de Planejamento

Escrutinadores: Celestino Anghinoni, Osvaldo Conte, Luiz Ziliotto e Admir Zanella.

Urnas	Nº	Pórtico Portal	Pórtico Campanário	Pórtico Cancela
Banrisul	01	60	31	4
Bco Brasil	02	22	18	2
Sicredi	03	6	3	2
Caixa Eco. Federal	04	51	31	2
Esc. João XXIII	05	43	70	2
Esc. Caetano Reginato	06	16	12	-
Esc. Aparecida	07	9	13	-
Esc. Ulisses Cabral	08	82	70	5
Esc. Irmão Irineu	09	58	50	1
Esc. Cenecista	10	23	47	4
Esc. Santana	11	68	33	5
Esc. Linha 21 abril	12	22	18	2
Séc. Turismo	13	46	32	4
Prefeitura Municipal	14	207	83	14
Fórum	15	7	4	-
Total.....	720	515	47
Total Geral.....	56%	40%	4%

1282
votos

Rua Francisco Marcantônio, 57 - 95.250-000 - Fone/Fax: 54 3293.1277 - e-mail: executivo@nol.com.br
A cidade mais italiana do Brasil!